

Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 12 - Ano 2005 - ISSN 1806-1591

Dossiê:
Fim do petróleo?

Leste Europeu

Restauração e Revolução

**A questão da mulher
nas internacionais operárias**



Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional

Nº 12 - 2005

Marxismo Vivo é uma revista do Instituto

José Luís e Rosa Sundermman.

CGC 73282.907/0001-64

Atividade principal 61.81.

Rua Humaitá, 476

Bela Vista - São Paulo-SP

Cep 01321-010

Telefone 11-3106.3345

Impressão

Gráfica e Editora Alaúde Ltda.

Rua Santo Irineu, 170

Saúde - São Paulo-SP CEP 04127-120

Telefone 5575-4378/5549-8344

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia

MTb 12.471

Editores

José Welmowicki

Martín Hernández

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Mercedes Cezar

Alejandro Iturbe (Argentina)

Alicia Sagra (Argentina)

Bill Hunter (Inglaterra)

Cecília Toledo (Brasil)

Gabriel Massa (Argentina)

Gustavo Amado (Peru)

Jaime Vilela (Bolívia)

João Lopes (Portugal)

João Ricardo Soares (Brasil)

Joseph Weil (Brasil)

Marcelo García (Argentina)

Marcial Cantero (Paraguai)

Martín Hernández (Brasil)

Nazareno Godeiro (Brasil)

Pedro Villa (Peru)

Viacheslav Rodin (Rússia)

William Felipe (Brasil)

www.marxismalive.org

marxismalive@marxismalive.org

Marxismo Vivo - Revista de teoria e política internacional

São Paulo - Brasil - Instituto José Luís e Rosa Sundermman

ISSN: 1806-1591

2000, nº 1, julho/setembro

2001, nº 2, outubro/janeiro

2001, nº 3, maio

2001, nº 4, dezembro

2002, nº 5, abril

2002, nº 6, novembro

2003, nº 7, novembro

2004, nº 8, março

2004, nº 9, julho

2004, nº 10, novembro

2005, nº 11, junho

2005, nº 12 dezembro

Ano 2005

A situação mundial

Anos de confusão e capitulação 6

Restauração e revolução 8

Uma etapa revolucionária sem direção e controle do aparato stalinista 9

Uma situação revolucionária em escala mundial 11

Reorganização do movimento operário e de massas
e crise da direção revolucionária 16

Iraque e América Latina: dois epicentros da situação revolucionária mundial 18

O recurso da frente popular 19

Um programa e uma política para a situação revolucionária 20

A mãe de todas as batalhas: a luta por construir a direção revolucionária 25

Em teoria

Leste Europeu: restauração e revolução 26
MARTÍN HERNÁNDEZ

Sua localização no tempo 35

A restauração foi pacífica? 40

Meio século de vitórias táticas e derrotas estratégicas 46

O veredicto da história 47

Neste número

Dossiê

O fim do petróleo?	51
ALEJANDRO ITURBE	
A renda petroleira	65
ALEJANDRO ITURBE	
Estratégia continental dos hidrocarbonetos. Que tipo de integração a América Latina necessita?	76
MARCELO GARCÍA	
Quem controla a Petrobrás?	87
JOÃO VALENTIM	

Independência de classe

Brasil - Conlutas - A construção de uma alternativa!	94
PAULO AGUENA	
A estrutura sindical no Brasil e o crescimento da Conlutas	103
Propostas em debate para o I CONAT	111

Isto é história

O marxismo e o problema da emancipação da mulher	120
CECILIA TOLEDO	





O ano de 2005 vai chegando ao fim e achamos conveniente apresentar a nossos leitores uma visão global do que ocorre hoje no planeta. Por isso, incluímos nesta edição de nossa revista uma série de artigos agrupados sob o título *A Situação Mundial*, mostrando as principais conclusões da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores - IV Internacional) em seu VIII Congresso, em julho deste ano. Mas também, nesta mesma edição, estamos publicando uma série de artigos agrupados sob o título *Leste Europeu: Restauração e Revolução*.

Dessa forma, uma boa parte desta edição está dedicada a explicar o que ocorre no mundo hoje, e outra parte, a tirar conclusões do que ocorreu na Europa do Leste há quase 20 anos, e esta combinação de artigos tem uma justificativa. A cada 30, 40 ou 50 anos ocorrem fatos em um país ou em determinada região do planeta que têm repercussão mundial. No século que passou tivemos quatro desses grandes acontecimentos: a Primeira Guerra Mundial (de 1914 a 1918); a Revolução Russa (1917); a Segunda Guerra Mundial (de 1939 a 1945) e no final da década de 80 e começo da década de 90 tivemos os chamados acontecimentos do Leste, a restauração do capitalismo nos países dessa área e, a posteriori, uma ampla mobilização revolucionária das massas, que foram derrubando, um a um, os regimes de partido único encabeçados pelos PCs.

Isso levou a profundas transformações, não só nessa região mas no mundo inteiro. Econômicas, políticas, militares, geográficas. Esses fatos deram origem a guerras, revoluções, grandes debates ideológicos e, entre a esquerda, organizações inteiras desapareceram, outras entraram em crise e muitas novas foram construídas.

Em outras palavras, as transformações ocorridas a partir dos acontecimentos do Leste foram tão profundas que são raras as coisas que acontecem hoje que podem ser explicadas sem um estudo e um balanço desses fatos que ocorreram há 20 anos. Daí a importância de publicar estes dois textos em uma mesma edição.

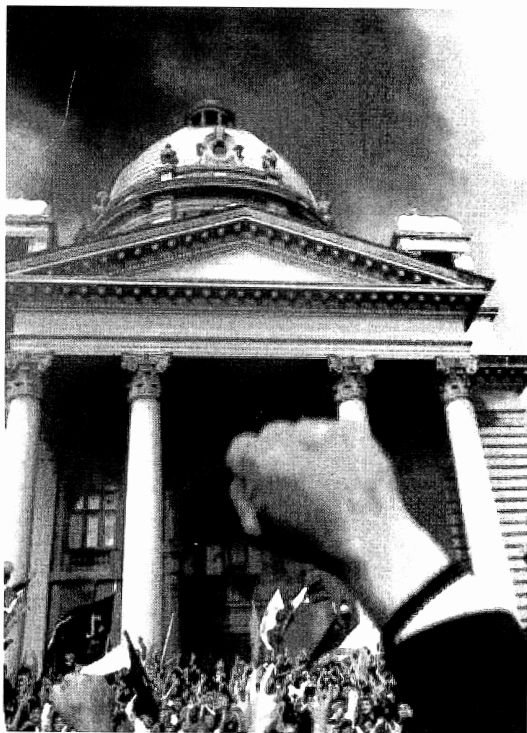
O Dossiê desta revista está dedicado a analisar o problema do petróleo no mundo, uma questão chave para entender muitos outros fatos, em especial as guerras que vêm ocorrendo.

Fechando a edição, publicamos um trabalho sobre o problema da opressão da mulher, visto a partir de um novo ângulo: o debate que ocorreu ao longo da história no seio das quatro Internacionais operárias. ■

Ano 2005

A situação política mundial

Os textos a seguir são parte das Teses sobre a Situação Mundial aprovadas no VIII Congresso Mundial da LIT-QI em julho de 2005.



ANOS DE CONFUSÃO E CAPITULAÇÃO

No final do século XX ocorreram profundas mudanças no mundo. Entramos na era da “globalização”; nos ex-Estados Operários, o capitalismo foi restaurado; a maioria dos regimes e aparatos stalinistas centrais foram derrubados pela mobilização das massas.

A profundidade dessas mudanças levou os ideólogos da burguesia a dizer que “o capitalismo demonstrou a sua superioridade”. Chegaram inclusive a “decretar” o fim da luta de classes e do socialismo. Essas ideologias foram penetrando profundamente, de uma forma ou de outra, nas organizações de esquerda e no conjunto da vanguarda. Virou moda dizer que “tudo mudara”; que “o imperialismo não existia mais” ou era invencível; que era possível acabar com as guerras “democratizando a ONU”; que a classe operária já não tinha qualquer papel a cumprir; que a “democracia” e suas instituições tinham um valor universal; que lutar pelo poder era coisa do passado. O mesmo se dizia dos partidos revolucionários, das Internacionais operárias, dos jornais partidários, do centralismo democrático. Até que virou um ritual repetir que, sem revolução socialista, outro mundo é possível.



A partir de 1994, depois de superar o pior momento de crise, os militantes da LIT-QI lutaram contra essas posições. As profundas transformações ocorridas no mundo não mudaram a afirmação que Lenin fez em 1916: “O capitalismo se transformou em um sistema universal de opressão colonial e estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por parte de um punhado de países ‘adiantados’”¹. Como Lenin, afirmamos que vivemos uma época de guerras, crises e revoluções. Que essas revoluções, para serem vitoriosas, têm que acabar com a ditadura do capital e, em seu lugar, impor a ditadura do proletariado; que essa tarefa é impossível se os trabalhadores não constroem, em seus países, fortes partidos revolucionários e que, ao mesmo tempo, é impossível construir esses partidos se for como parte integrante de um partido revolucionário mundial.

Devido a nossa batalha em defesa do marxismo, do leninismo e do trotskismo, fomos acusados de “não ver as mudanças ocorridas na realidade”. No entanto, foi a própria realidade que começou a colocar as coisas em seu lugar. Primeiro, a guerra do Afeganistão e depois a do Iraque deixaram claro que o imperialismo não só existe como tem seu quartel-general nos EUA. Ao mesmo tempo, a guerra do Iraque e a derrota do golpe na Venezuela mostram que o imperialismo pode ser derrotado, inclusive no terreno militar. Os atentados contra a ONU no Iraque, vistos com muita simpatia pela população, deixaram em evidência o papel dessa instituição. A revolução boliviana, encabeçada pela COB, colocou novamente o proletariado no centro da cena política. Nas revoluções no Equador, Argentina e Bolívia ressurgiram embriões de organismos de poder dual. Esses três processos revolucionários enfrentaram violentamente as principais instituições do regime democrático burguês. Todas essas revoluções, em especial a equatoriana, colocaram de forma dramática a necessidade da direção revolucionária. Nesse caso, os insurgentes tomaram o poder e, oito horas depois, o entregaram ao comandante das Forças Armadas.

Esses fatos seriam suficientemente claros para superar antigas confusões. Mas não foi isso que aconteceu. Pelo contrário. Quando explodiram as revoluções na América Latina, a maior parte das correntes políticas que se reivindicam marxistas revolucionárias respondeu com suas antigas confusões, agora transformadas em ideologia e política.

A maioria das organizações de esquerda vinha sofrendo um processo de adaptação aos planos imperialistas de “reação democrática”. Esse processo deu um salto qualitativo com a restauração do capitalismo nos ex-Estados Operários. Ocorreu um verdadeiro “aluvião oportunista” que arrastou a ampla maioria da esquerda, não só a esquerda reformista como também a esquerda revolucionária. Assim, quando a situação se torna mais revolucionária, os revolucionários se tornam mais reformistas.

De certa forma, se repete a experiência da Primeira Guerra Mundial. Naquela época, a situação revolucionária aberta em toda a Europa surpreendeu a ampla maioria dos marxistas colaborando com suas respectivas burguesias. As divergências entre ambas as situações são claras, mas as conclusões práticas são as mesmas: não se pode sequer tentar superar a crise de direção revolucionária sem uma luta implacável contra o reformismo e o neo-reformismo.

1 O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, p. 696.

RESTAURAÇÃO E REVOLUÇÃO

O capitalismo foi restaurado em todos os ex-Estados Operários. Dizer o contrário é fugir do marxismo. Todos esses Estados Operários eram burocráticos porque era a burocracia e não a classe operária que estava no poder. Continuávamos considerando-os Estados Operários porque suas economias eram contraditórias com o capitalismo: mantinha-se o monopólio do comércio exterior, a planificação econômica central e a propriedade estatal dos principais meios de produção e troca. Isso não existe mais.

Para a maioria das correntes de esquerda, o capitalismo foi restaurado no Leste europeu mas não na China e em Cuba. Isso é um erro grave. Nesses países, como nos outros ex-Estados Operários, o monopólio do comércio exterior não existe mais, nem uma economia central planificada. Há diferenças entre os demais ex-Estados Operários e China e Cuba, porque nestes dois países as massas ainda não derrubaram os regimes de partido único, nem destruíram os respectivos partidos comunistas. Mas isso não atribui um caráter operário a esses países. Pelo contrário, em todos eles, foram justamente os partidos comunistas que impulsionaram a restauração do capitalismo.

Não foram as mobilizações das massas que levaram esses países à restauração capitalista. Com suas mobilizações, elas impulsionaram uma revolução e não uma contrarrevolução. Derrubaram os regimes de partido único e o aparato stalinista. A restauração começou muito tempo antes de que ocorressem mobilizações contra as ditaduras stalinistas. As grandes mobilizações da Praça Tianamen, na China, ocorreram em 1989, onze anos depois que o Partido Comunista Chinês iniciou a restauração do capitalismo. As mobilizações na ex-URSS começaram em 1988, dois anos depois que se iniciara o desmonte do Estado Operário.

A restauração do capitalismo não foi “pacífica”, mas um dos fatos mais violentos da história da humanidade. É verdade que o capitalismo foi restaurado em todos esses países sem que houvesse, nesse momento, um banho de sangue. Mas a restauração não é algo conjuntural, e sim um processo histórico. Essa luta pela restauração teve vários picos: a guerra civil, a vitória do stalinismo e a invasão nazi à ex-URSS, a Guerra Fria e os massacres contra os levantes na Europa do Leste. O stalinismo usou o prestígio conquistado na Segunda Guerra Mundial e nas novas expropriações da burguesia para afastar cada vez mais a classe operária do poder. Os que tentaram reclamar foram mortos, deportados para campos de concentração ou internados em centros psiquiátricos. Nos Estados Operários deformados da Europa Oriental, várias revoluções políticas desafiaram a ditadura da burocracia stalinista e só foram derrotadas com a intervenção militar direta das tropas da ex-URSS, que afogaram em sangue os trabalhadores de Berlim em 1953, os conselhos operários da Hungria em 1956, o processo da Checoslováquia em 1968 e o multitudinário processo do sindicato Solidaridad na Polônia, em 1981. Assim foram se preparando, historicamente, as condições para a restauração “pacífica” do capitalismo, que deixou entre quarenta e cinquenta milhões de mortos.

Não é verdade que a classe operária desses países não tinha nada a defender dos antigos Estados Operários. Do contrário, não se entenderia por que a burocracia fez a restauração em nome do socialismo e dos líderes da revolução.

A restauração na China foi feita em nome da “modernização socialista” e do “socialismo de mercado”. A restauração na ex-URSS foi feita por Gorbachov dizendo que Lenin era “a fonte ideológica da Perestroika”. Na Polônia, a propriedade estatal das fábricas foi abolida mediante uma campanha de propaganda dizendo: “As fábricas para os trabalhadores”. Em Cuba, a restauração está sendo feita em base a discursos que dizem: “nunca abandonaremos o socialismo”. Uma classe operária reprimida, embrutecida, alienada e desorganizada pela burocracia dos partidos comunistas foi alvo fácil para as mentiras e ilusões. A burocracia enganou os trabalhadores desses países e milhares de marxistas revolucionários de todo o mundo, muitos dos quais acham que até hoje Cuba e China continuam sendo bastiões do socialismo.

O imperialismo tentou entrar nos Estados Operários burocráticos por cima, pela via das negociações e acordos com a burocracia, aproveitando-se das crises criadas pela própria gestão burocrática da economia. O mais significativo dessa política foram as negociações, desde a época de Nixon, com a burocracia chinesa, e de Reagan com Gorbachov, com sua política de abrir a ex-URSS para os capitais internacionais e promover as “reformas de mercado”.

Frente à restauração do capitalismo, o programa trotskista foi o único que passou a prova dos fatos. Trotsky já havia alertado que se a burocracia ficasse no poder, a restauração seria inevitável. Por isso, ele conclamou a defesa desses países por meio de uma nova revolução política para expulsar os burocratas do poder e colocar em seu lugar os legítimos representantes da classe operária. A classe trabalhadora do Leste várias vezes tentou cumprir essa tarefa, mas foi derrotada e com isso a restauração se consumou. A cada derrota, e a cada dia que a burocracia stalinista permanece no poder, mais se aprofunda o caminho rumo a restauração do capitalismo. A entrada da Polônia e da Hungria no FMI nos anos 80, o record macabro do romeno Ceausescu, único no mundo a pagar a totalidade da dívida externa (com a fome e o frio da população), são fatos que falam por si. A restauração mostrou, de forma trágica, como sempre alertou o trotskismo, que a teoria stalinista do “socialismo num só país” não passava de uma utopia reacionária.

UMA ETAPA REVOLUCIONÁRIA SEM DIREÇÃO E CONTROLE DO STALINISMO

Dentro da época imperialista definida por Lenin como de “guerras, crises e revoluções”, nossa corrente identificou três etapas diferentes em relação à correlação de forças entre as classes. Há uma primeira etapa, revolucionária, de 1917 a 1923, caracterizada por uma grande onda revolucionária que se inicia com a tomada do poder pelos soviets na Rússia. Há uma segunda etapa, contrarrevolucionária, de 1923 a 1943, que se abre a partir da derrota da revolução alemã, que continua com a derrota de todos os processos revolucionários, o fortalecimento do nazi-fascismo e a vitória da contrarrevolução stalinista. E há uma terceira etapa, novamente revolucionária, de 1943 em adiante, que começa com a derrota histórica do nazi-fascismo. Nessa etapa ocorre a expropriação da burguesia em um terço do planeta e a expulsão do imperialismo da maioria de suas colônias. É a etapa de maior ascenso da história. Mas essa etapa



tem uma grave contradição: o stalinismo sai enormemente fortalecido como direção internacional do proletariado, pelo papel que da URSS na derrota do nazismo. Por isso, os novos Estados Operários nascem burocratizados e o stalinismo faz um acordo com o imperialismo sobre uma divisão do mundo. De qualquer maneira, o fortalecimento desse aparato contrarrevolucionário é relativo porque se origina ao dirigir um processo revolucionário.

Os acontecimentos que estamos vivendo atualmente (resistência iraquiana, Intifada palestina, mobilizações antiguerra, revoluções na América Latina) são, em certo sentido, continuidade e, em outro, descontinuidade da etapa aberta em 1943. O ascenso é um traço de continuidade. Mas agora esse ascenso não é dirigido pelo stalinismo, nem este tem a capacidade de desviá-lo, detê-lo ou massacrá-lo, e essa é a descontinuidade. Essa grande diferença com o período anterior nos leva a afirmar que a partir de 1989 existe uma nova etapa revolucionária, a quarta, que se origina em um dos maiores triunfos da história da luta de classes: a derrota do aparato contrarrevolucionário stalinista.

Esta caracterização é questionada pelos que dizem que o fato determinante de todo esse período é a restauração do capitalismo, já que os Estados Operários, mesmo burocratizados, eram a principal conquista dos trabalhadores em toda a sua história. Por isso, teria sido aberta uma quarta etapa, mas de caráter reacionário ou contrarrevolucionário.

A restauração do capitalismo nos ex-Estados Operários representa a perda da maior conquista da história da classe trabalhadora. Mas não é a perda ou conquista o que determina mecanicamente uma determinada relação de forças entre as classes. Com a decadência do capitalismo, a classe trabalhadora mundial vem perdendo suas conquistas de forma ininterrupta, e isso foi uma constante, tanto nas etapas de retrocesso como de ascenso.

As grandes mobilizações no Leste europeu em 1989-1991 poderiam ter chegado a uma derrota sangrenta, e com isso aberto uma quarta etapa mundial de caráter reacionário ou diretamente contrarrevolucionário. Mas não foi assim. É certo que a mobilização revolucionária das massas não conseguiu reverter a restauração do capitalismo e a burocracia a impôs, apesar da mobilização das massas. Mas pagou caro pela traição. As Revoluções do Leste conseguiram três objetivos de transcendência histórica: destruíram os regimes de partido único, destruíram o aparato stalinista em escala mundial e alcançaram a reunificação da Alemanha (e com isso, a reunificação daquele que foi proletariado mais organizado e de maior tradição marxista do mundo).

A destruição e queda do aparato stalinista significou um mudança qualitativa, por isso falamos em quarta etapa. A classe trabalhadora livrou-se do principal obstáculo que a impedia de avançar em suas lutas. Nesse marco, a discussão sobre o signo da etapa já não tem muito sentido. Podia ter há alguns anos, mas não agora, diante da magnitude dos acontecimentos mundiais.

A quarta etapa começou com uma ofensiva das massas, desde o Leste europeu até a América Latina (rosariazo, caracazo, greve geral no Brasil), China, Palestina (primeira Intifada). Mas apesar dessa ter sido a característica dominante nos dois primeiros anos de abertura da etapa, pouco depois, em 1990-1991, teve início uma grande contra-ofensiva imperialista, que colocou os trabalhadores e os povos na defensiva. Definimos esse intervalo como uma situa-

ção reacionária e atravessa quase todo o restante da década de 90. Foi um período marcado pelo auge do neoliberalismo, o genocídio nos Balcãs, a ofensiva recolonizadora, que reincorporou países que se haviam tornado independentes e os próprios ex-estados operários ao mercado mundial, e o auge das privatizações na ex-URSS e outros países. Marcou também o abandono do marxismo revolucionário por parte da ampla maioria da esquerda e liquidou uma geração inteira de ativistas para o projeto revolucionário.

A restauração do capitalismo significou um retrocesso enorme na consciência da vanguarda e das massas. Nos processos do Leste não surgiram importantes correntes revolucionárias de massas ou de vanguarda. Pelo contrário, na maioria dos casos, surgiram novas instituições de caráter democrático burguês. E, com elas, também surgiram grandes dúvidas sobre o passado e o futuro. O capitalismo não demonstrou, nos fatos, sua superioridade? O leninismo não deu origem ao stalinismo? O socialismo é possível? Vale a pena lutar por ele? A partir daí se iniciam todos os questionamentos ao bolchevismo, à ditadura do proletariado, aos partidos revolucionários, ao centralismo democrático e à própria revolução.

No entanto, esse impacto monumental sobre a consciência da vanguarda e das massas, que agudizaram a crise de direção revolucionária, não determinam por si o signo da etapa. Mesmo com a situação reacionária, que durou alguns anos e teve consequências profundas, permanecemos dentro da etapa revolucionária. Inclusive quando o movimento de massas retomou a iniciativa, abrindo a possibilidade de um vitória histórica no Iraque.

A dinâmica dos acontecimentos mostra que a perda da enorme conquista dos Estados Operários não conseguiu deter a dinâmica de ascenso das massas, pela simples razão de que esses países, nas mãos da burocracia, nunca foram um ponto de apoio para os processos revolucionários, pelo contrário.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma nova ordem mundial surgiu, em função dos acordos contrarrevolucionários da burocracia soviética com o imperialismo. Essa ordem foi derrotada pelas Revoluções do Leste, e surgiu uma nova ordem, unilateralmente nas instituições do imperialismo, e os EUA assumiram um lugar determinante. A primeira Guerra do Golfo, com uma ampla coalizão militar dirigida pelos EUA, expressa essa nova ordem. Aparentemente, é mais forte que a anterior mas, na verdade, é mais frágil. Isso fica claro durante todo o processo da guerra do Iraque.

UMA SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA EM ESCALA MUNDIAL

Desde o final da década de 90, a partir do que chamamos “crise do neoliberalismo”, os monopólios imperialistas não conseguiram evitar uma queda na taxa de lucro global, o que fez com que a economia norte-americana e mundial entrassem em recessão. O momento mais grave foi o ano de 2001, quando os três centros imperialistas - EUA, Japão e Europa - coincidiram na recessão, e chegou a vislumbrar-se uma depressão semelhante à de 1929. Para tentar resolver a crise, o imperialismo americano redobrou a ofensiva contra os trabalhadores e os povos.

Essa ofensiva das grandes potências imperialistas tem um duplo caráter. Por um lado, reforçam seus planos colonizadores e, por outro, aumentam a exploração dos trabalhadores das metrópoles e mais ainda dos trabalhadores dos países dependentes. Em meados de 2002 teve início uma recuperação que se apoiou na extração de mais-valia dos trabalhadores dos países coloniais e semicoloniais, sobretudo China, e dos trabalhadores dos próprios EUA; na ofensiva colonizadora reforçada por Bush, no impulso à economia advindo dos gastos de guerra e nas transferências adicionais para o grande capital por meio de cortes nos impostos e subsídios. Com isso, Bush conseguiu evitar a depressão econômica e retomar um crescimento que, nos EUA, já dura três anos, recorrendo a uma taxa de juros artificialmente baixa. Esse crescimento teve repercussões na economia mundial, com um forte ascenso no sudeste da Ásia, Índia, Rússia e inclusive a América Latina, permitindo um respiro à burguesia de países como o Brasil e a Argentina. Enquanto isso, acumulam-se e crescem as contradições na economia americana e mundial, já que nem sequer se queimou o capital suficiente para superar a crise de superprodução iniciada em 2000-01. A capacidade ociosa ainda é alta e não se recuperaram os índices de emprego anteriores a 2000. A sombra dos “déficits gêmeos” dos EUA (comercial e fiscal), agravados pelos cortes de impostos e gastos de guerra, e a incerteza criada pelo impasse no Iraque, com o consequente descontrole nos preços do petróleo, apontam para uma nova recessão em um prazo não muito longo.

A ofensiva brutal não se restringe ao imperialismo americano. Basta ver o papel da Espanha no processo de recolonização da América Latina (incluindo Cuba) ou o ataque da Alemanha a seus próprios trabalhadores. Nesse caso, o governo e a burguesia, para tornar o país mais competitivo frente os EUA, lançaram a Agenda 2010, que significa um violento ataque ao nível de vida dos trabalhadores e do povo.

A ofensiva recolonizadora combina aspectos econômicos, políticos e militares. No terreno econômico, significou um salto no controle e domínio do imperialismo sobre os países dependentes. No terreno político, vivemos um processo inverso ao da segunda pós-guerra, quando o imperialismo, para manter seu domínio econômico, teve de desmontar a estrutura colonial e aceitar o surgimento de novos países “independentes”. No terreno militar, o aumento das intervenções por parte dos EUA e das outras potências criaram situações já plenamente coloniais e de ocupação militar, como em Kosovo, Iraque, Afeganistão e Haiti.

Devido ao avanço recolonizador desaparecem os chamados “países independentes”, como Nicarágua e Líbia. E, no marco dessa ofensiva imperialista, os ex-Estados Operários, com a restauração do capitalismo, estão se tornando semicolônias ou mesmo colônias das grandes potências.

A China merece uma análise especial. A maioria da intelectualidade, de direita, esquerda ou centro, afirma que em poucas décadas a China será a grande potência do século XXI e vai disputar a hegemonia do mundo com os EUA. Este é um dos maiores absurdos do século. A China está se transformando na principal colônia do imperialismo, especialmente o americano. Por seu peso na produção industrial para exportação, ela cumpre um papel importante de “fábrica do mundo”, porque destina grande parte de sua produção para abastecer, a baixos preços, os mercados imperialistas (e também dos países semicoloniais), acumulando

do imensos superavits comerciais. Esse é um dos fatos que ajuda a criar “ilusão” em muitos intelectuais sobre o papel de “grande potência” da China. Mas essa produção é dominada pelas empresas americanas, japonesas e européias, e se baseia em uma imensa acumulação de mais-valia, resultado da superexploração do proletariado chinês, que recebe salários de miséria. O imperialismo usa a China como “plataforma de exportação” para obter grandes lucros e, ao mesmo tempo, como submetrópole regional no sudeste da Ásia.

A política de utilizar algumas nações como submetrópoles regionais também se aplica em outras zonas (Brasil, na América do Sul, Índia, na Ásia, e Rússia em sua velha área de influência). É o chamado BRICH (Brasil, Rússia, Índia, China). Esse papel de submetrópole não significa, como pensam alguns setores de esquerda, uma maior autonomia. Como são totalmente dependentes dos investimentos imperialistas, essas nações ficam ainda mais submetidas à exploração das empresas multinacionais e à dominação colonial. No marco do mesmo processo de recolonização implementado em seus continentes ou regiões, as burguesias e os governos desses países são utilizados para ajudar a controlar essas áreas. O papel do Brasil como “bombeiro político”, inclusive de “braço armado auxiliar” no Haiti é uma expressão dessa nova função.

Muitos setores intelectuais e de esquerda lutam para que a Europa adote um “modelo social” e “democrático” que se contraponha ao “modelo neoliberal e guerreiro” dos EUA. No entanto, a União Européia não tem outra alternativa que aceitar a hegemonia norte-americana. Não existem condições econômicas, políticas e militares para que a burguesia imperialista européia seja uma alternativa ao domínio norte-americano. A Europa tem uma localização secundária em relação aos EUA desde a segunda pós-guerra e isso não mudou com a criação da UE. A última cúpula internacional de junho em Bruxelas outra vez mostrou, e de forma solene, a aceitação por parte da UE da ocupação norte-americana do Iraque e seu apoio ao governo títere. A formação do bloco econômico imperialista na Europa depois da Segunda Guerra Mundial foi alentada pelos EUA não só para contrapor ao bloco “soviético” como para ter um mercado para sua produção e aliados para controlar o planeta.

Contra aqueles que se esforçam em identificar como “imperialistas” só os EUA, é preciso responder que a UE é um bloco regional imperialista que, ao contrário do NAFTA, não está organizado exclusivamente em torno dos interesses de um único imperialismo. Seu núcleo duro é formado por duas grandes potências, Alemanha e França (rivais entre si), competindo com os britânicos (com sua “relação especial” com os EUA). Em torno desse núcleo se agrupam imperialismos de segunda linha, como o italiano, o espanhol e outros e, depois da ampliação da UE, os países do Leste, em processo de colonização. Na cúpula européia de Lisboa de 2000, os governos se comprometeram a fazer da Europa, em dez anos, “a região mais competitiva do mundo”, atingindo e superando os EUA. Essa autêntica declaração de guerra ao movimento operário europeu significa, de fato, o compromisso comum de impor um retrocesso histórico às conquistas sociais e trabalhistas obtidas na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Antes de mais nada, a União Européia é uma plataforma comum dos imperialismos europeus para agredir os trabalhadores do continente. Os governos de todos os matizes reconhecem que jamais teriam chegado tão longe em seus



planos neoliberais se não tivessem contado com a imprescindível colaboração da UE. É também a plataforma de colonização dos países do Leste em benefício das multinacionais europeias e, claro, a plataforma imperialista conjunta dos capitalismo europeus e suas multinacionais para defender sua parte no botim diante da voraz hegemonia norte-americana e do Japão.

O recente NÃO francês no referendo sobre o Tratado da Constituição Européia foi uma grande vitória de todos os trabalhadores europeus contra a UE e suas políticas neoliberais. Foi um NÃO massivo, operário e popular, reflexo da intensa mobilização que vem agitando a França e do trabalho febril de milhares de ativistas. Foi um NÃO que se impôs de forma esmagadora frente a uma descomunal campanha de chantagem a favor do Sim, protagonizada por todas as instituições, pela direita, a patronal, a Confederação Européia de Sindicatos (CES), a social-democracia européia e até o mesmíssimo Toni Negri.

O NÃO francês deixou em evidência uma democracia parlamentar na qual (em agudo contraste com o povo francês) 90% dos deputados era favorável ao Tratado. Fazendo alarde dessa “democracia”, os governos que tinham previsto convocar referendos, os adiaram sine die porque, dizem, “se forem convocados agora, o NÃO vai vencer”.

O NÃO francês é a maior vitória política das massas europeias em muito tempo. Derrotou o governo francês, fulminou seu Presidente e feriu mortalmente a Constituição européia, dificultando os planos neoliberais (diretiva Bolkenstein), bloqueando os processos de ampliação e incendiando os enfrentamentos entre as potências europeias. O jornal Le Figaro, um dos mais importantes porta-vozes da burguesia francesa, teve de reconhecer que o referendo entrara na “consolidada cronologia das grandes datas históricas (...), essas datas que permanecem na memória coletiva como o dia em que as relações de força balançaram e as trajetórias políticas saíram do rumo (...) O Não venceu e tudo ficou de cabeça para baixo”. Quando a enorme máquina neoliberal funcionava a pleno vapor, as massas francesas, em seu nome e de todos os povos da Europa, demonstraram que se pode derrotar essa máquina. A vitória do NÃO tira legitimidade da UE, de seus governos, partidos e parlamentos; repudia massivamente os planos neoliberais e abre uma nova realidade na França e em toda a Europa.

A cúpula posterior ao referendo francês deu origem, devido as perspectivas financeiras da UE, aos maiores enfrentamentos entre as potências europeias. Esses choques agudos, que vêm se intensificando, anunciam que a UE não é apenas uma plataforma comum dos imperialismos europeus para atacar os trabalhadores e disputar o botim imperialista aos EUA. A UE é também o campo onde se dá a batalha pela hegemonia da Europa, com o imperialismo alemão de grande candidato. A UE reflete o alto grau de unificação econômica continental e expressa a imperiosa necessidade de eliminar as fronteiras e os estados nacionais. Mas é ao mesmo tempo a negação de tudo isso, como fruto do acordo de burguesias imperialistas que não podem nem querer prescindir de seu próprio Estado. Os capitalismo europeus unificaram o mercado interno e a moeda, e suas multinacionais têm completa liberdade de movimento. Mas cada Estado vai continuar com sua polícia, seu exército, seu orçamento, sua legislação trabalhista e social, seus impostos e sua capacidade de veto em política externa e de defesa. Nenhuma grande potência pode entender a unificação

da Europa se não for sobre a hegemonia de seus próprios interesses. A unificação europeia não será obra dos governos imperialistas. Fazemos nossas as palavras de Trotsky em 1929, “para unificar a Europa é preciso, antes de mais nada, arrancar o poder de suas mãos. Nós unificaremos a Europa. Nós a unificaremos contra o mundo capitalista hostil. Nós a transformaremos em uma poderosa base de apoio do socialismo combativo. Nós faremos dela a pedra angular da federação socialista mundial”. A união da Europa só será possível sob a forma de Estados Unidos Socialistas da Europa.

A ofensiva brutal do imperialismo contra as massas provocou, e continua provocando, uma violenta reação. A ofensiva guerreira dos EUA deu origem à maior mobilização contra uma guerra na história e gerou uma forte resistência armada no próprio Iraque. As ações truculentas do Estado de Israel radicalizaram a Intifada palestina. A ofensiva colonizadora sobre a América Latina, com a ALCA como ponta de lança, provocou uma resposta revolucionária na maioria dos países do continente (Argentina, Bolívia, Peru, Venezuela, Equador, Paraguai). A Agenda 2010, na Alemanha, deu origem a um movimento em mais de 200 cidades alemãs.

Este quadro nos leva a afirmar que desde o final da década de 90 há uma nova situação revolucionária no mundo. Essa afirmação é polêmica. O nome é secundário; importante é o conteúdo. O que queremos dizer é que existe uma situação que, tendo como pano de fundo a crise do imperialismo e das direções contrarrevolucionárias, vai gerar (ou já está gerando) grandes mobilizações revolucionárias, revoluções, guerras civis e crises revolucionárias em muitos pontos do planeta, mesmo que nenhuma delas triunfe, por falta de uma direção revolucionária.

No marco dessa situação revolucionária mundial, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, o imperialismo tentou uma grande contra-ofensiva. A doutrina Bush de “guerra preventiva” é sua materialização.

Depois da derrota no Vietnã, os EUA tinham uma limitação para garantir sua dominação imperial. As massas de seu próprio país, traumatizadas com a derrota (“síndrome do Vietnã”), impediam o governo de enviar soldados para invadir qualquer país que desafiasse seus interesses. A partir de 11 de setembro de 2001, essa situação mudou e, em poucos dias, acabou a “síndrome do Vietnã”. O imperialismo americano deixou em segundo plano sua tática de “reação democrática” e passou a implementar a “guerra preventiva”.

A nova política de Bush foi aplicada, primeiro, no Afeganistão e, depois, no Iraque. Ao mesmo tempo, se preparava uma lista de países que formariam o “eixo do mal” e deveriam ser atacados em seguida (Irã, Síria etc.). Mas, rapidamente, ficaram claros os limites que a situação revolucionária impunha à contra-ofensiva de Bush. A preparação da guerra do Iraque gerou uma mobilização de massas e uma das maiores crises interimperialistas do pós-guerra. A guerra provocou um enorme desprestígio dos aliados europeus (com resultados eleitorais desastrosos na Espanha e Itália e, em menor medida, na Inglaterra) e abriu, inclusive, a possibilidade de que as tropas de ocupação sejam derrotadas no Iraque.

Isso também se deu na América Latina. Na Venezuela, os EUA deixaram de lado a tática de reação democrática e orquestraram um golpe de Estado contra Chávez. Mas o golpe foi derrotado pelas massas, obrigando o imperialismo a



mudar novamente de tática e lançar mão de um mecanismo “democrático” para derrotar Chávez (o plebiscito), mas também foi derrotado.

O que ocorreu na Venezuela está demonstrando possivelmente uma reorientação geral do governo Bush. Ele já não fala mais em países do “eixo do mal”. Apesar de a recente vitória eleitoral dar um respiro aos seus projetos, o futuro da política de “guerra preventiva” se definirá, em última instância, nos campos de batalha do Iraque e do restante do mundo.

REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DE MASSAS E CRISE DA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA

O período de crise e confusão ideológica e programática aberto com a restauração do capitalismo e a contraofensiva imperialista começou a ser parcialmente superado com a crise do neoliberalismo.

A própria realidade do capitalismo cada vez mais mundializado, os planos neoliberais e a doutrina da “guerra preventiva” de Bush provocaram um avanço na consciência antiimperialista. O movimento de massas começou a identificar seu inimigo e ver a necessidade de enfrentá-lo. Esse avanço na consciência antiimperialista se retroalimenta com o crescimento das mobilizações antiglobalização e contra a guerra. Também se expressa cotidianamente nos países periféricos, onde o movimento de massas identifica o FMI com seus sofrimentos e orienta suas mobilizações contra ele.

Observa-se também um avanço na consciência anti-regime: cai a credibilidade das instituições, das eleições como fator de mudança e da “justiça”, que aparece imersa na corrupção.

Isso não significa que já se superou o atraso na consciência. É um processo parcial e contraditório. A adaptação das direções ao regime afeta também o ativismo e as massas. As ilusões democráticas e pacifistas ainda são muito fortes em muitos setores de vanguarda, especialmente nos países imperialistas. Busca-se a reforma do regime e não sua superação revolucionária. Em resumo, a consciência do movimento de massas ainda é reformista.

A maior prova de que a consciência da vanguarda e das massas não deu um salto qualitativo é que, apesar da destruição do aparato stalinista, a crise de direção revolucionária se mantém. Além de não existirem fortes alternativas revolucionárias de massas ou de vanguarda, ainda subsistem e se recriam velhas e novas direções contrarrevolucionárias.

Na América Latina e, em menor escala, no restante do mundo, o chavismo (uma direção que por suas limitações de classe não poderá ir mais além de um enfrentamento parcial com o amo imperial) aparece como uma alternativa de luta contra o imperialismo.

A maioria das correntes que provêm do marxismo revolucionário se afastam cada vez mais dele e se orientam claramente na direção do reformismo. Algumas estão na metade do caminho, outras já chegaram nele, como as organizações do chamado SU (Secretariado Unificado da Quarta Internacional).

Desde a década de 1980, um novo fenômeno político cresceu no mundo árabe muçulmano: as correntes fundamentalistas. Apesar de suas divergências, têm dois traços comuns: são direções burguesas apoiadas nas diversas alas da

hierarquia muçulmana; e, depois da bancarrota do stalinismo e do antigo nacionalismo burguês pan-árabe, ocuparam seu espaço na resistência ao imperialismo e aos governos proimperialistas, conquistando grande prestígio junto as massas em toda a região.

A destruição do aparato stalinista central abriu um profundo processo de reorganização do movimento operário e popular. No início dos anos 90, expressou-se pela negativa. As velhas centrais sindicais, como a COB boliviana e a CGT argentina, entraram em crise profunda e perderam poder de convocatória. Surgiram novos organismos, como a CTA argentina. No terreno político, não surgiram expressões revolucionárias de peso e sim novas organizações à esquerda dos PCs (cada vez mais ligados à social-democracia), como Refundação Comunista, na Itália.

Em meados de 90 surgem poderosos movimentos populares, camponeses ou indígenas, com repercussão internacional, como o EZLN mexicano, o MST brasileiro, a CONAIE equatoriana e os cocaleros bolivianos.

No final dos anos 90 surge o movimento antiglobalização. Setores da juventude, sobretudo das classes médias dos países imperialistas, começam a se mobilizar contra os efeitos da globalização capitalista e se ligam a movimentos populares da periferia. O subcomandante Marcos passa a ser uma referência importante, cresce a simpatia pelo MST brasileiro e por Hugo Chávez. O mais positivo é que esses movimentos se voltam contra as multinacionais e os organismos econômicos e políticos do imperialismo, mas há muita confusão ideológica devido a ação de setores reformistas e todo tipo de ONGs.

Nos últimos anos, a reorganização dá um salto. Encontramos processos vivos na América Latina, Ásia ou Europa. No continente europeu, depois das grandes mobilizações do movimento antiguerra em 2003, o movimento antiglobalização decaiu em função dos Foruns Sociais cada vez mais esvaziados e menos combativos, e cada vez mais digeríveis (e dirigidos) para a social-democracia. Ao mesmo tempo, vimos, em meio a uma forte ofensiva neoliberal, um incremento da mobilização operária e popular, na França, Alemanha (as mobilizações das segundas-feiras na Alemanha do Leste) e Itália. A França ocupa hoje um lugar de vanguarda, com o NÃO à Constituição europeia e a recente greve geral. Lembremos que na França as candidaturas da LCR-LO obtiveram 10% dos votos populares. Estamos assistindo, pela primeira vez desde o pós-guerra, a processos de ruptura nos partidos social-democratas na Alemanha e na França. Os PCs e suas expressões eleitorais (como a IU na Espanha), cada vez mais travestidos de sombra da social-democracia, vivem uma crise irreversível. No entanto, ainda não surgiram agrupamentos de esquerda com influência de massas e vivemos um grande atraso na construção da esquerda revolucionária. Na América Latina surgiram novos organismos e outros se revitalizaram. No Equador, durante o processo revolucionário de 2001, a CONAIE ganhou um peso enorme e surgiu o Parlamento dos Povos. Na Bolívia, a Coordenadora de Aguas de Cochabamba chegou a ser preponderante, e o movimento político dos cocaleros dirigido por Evo Morales ganhou peso, assim como a Central Operária Boliviana, que estava praticamente destruída, se revitaliza e encabeça a insurreição de 2003. Na Argentina, ao calor da revolução surgiram as assembléias populares, as assembléias piqueteras, as coordenações de fábricas recuperadas



e, ultimamente começam a surgir grupos de oposição e novas direções sindicais. No Brasil, o processo de ruptura com a CUT está adquirindo peso de massas, enquanto que o processo de construção de uma nova alternativa político-sindical, a CONLUTAS, ainda tem uma expressão de vanguarda.

No último período foi lançada uma proposta política que tenta ocupar o espaço à esquerda dos aparatos social-democratas e stalinistas. São os chamados “partidos anticapitalistas”. No Brasil, esse projeto se expressa no PSOL. Na Europa, nas propostas desse mesmo tipo que encabeçam organizações como a LCR francesa e o SWP britânico. A idéia de seus ideólogos é unir os revolucionários com os “reformistas honestos” em partidos ou movimentos de caráter essencialmente eleitoral, baseados em programas que agrupem a todos, isto é, programas reformistas. Hoje, essas correntes são o maior obstáculo para que as rupturas com os aparatos se orientem para a construção de partidos revolucionários.

No marco desse processo de reorganização ainda não surgiram correntes de massas, nem sequer de vanguarda, que se orientem para um programa revolucionário.

IRAQUE E AMÉRICA LATINA: EPICENTROS DA SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MUNDIAL

Dos processos de ascenso e de revolução que ocorrem no mundo, destacamos dois, por razões objetivas e subjetivas: a guerra do Iraque e a América Latina. Esquemáticamente, toda a situação mundial depende dos resultados da guerra do Iraque e, em especial, toda a situação da LIT depende do que ocorra na América Latina.

A “síndrome do Vietnã” voltou a surgir nos EUA. Existe a possibilidade real de que o imperialismo seja derrotado militarmente no Iraque. Essa possibilidade não está colocada a partir de uma análise unicamente militar, mas do contexto mundial dessa guerra, fundamentalmente, devido aos atritos interimperialistas que a guerra provocou e pela ação do movimento de massas nas grandes metrópoles, especialmente dentro dos EUA.

Se o Iraque se transformar em um novo Vietnã do imperialismo norteamericano, a situação da luta de classes de conjunto pode sofrer grandes transformações, possivelmente em um sentido mais amplo e profundo do que ocorreu depois da derrota dos EUA no Vietnã.

Na América Latina se confirmaram os prognósticos de nossas Teses sobre a região. Hoje, o continente está vivendo processos revolucionários contra os governos submetidos ao imperialismo e contra o processo de recolonização em curso.

A realidade mostra o acerto da perspectiva apontada nas Teses sobre América Latina: revolução ou colônia. Nada demonstra melhor essa perspectiva do que a situação venezuelana. As massas estão enfrentando o imperialismo nas ruas. O presidente Chávez o enfrenta em seus discursos, mas o modelo econômico do país continua tão dependente do imperialismo como antes de Chávez assumir o poder. Pior, a entrega do petróleo continua avançando. Isso mostra que não basta enfrentar o imperialismo com discursos, ou apenas com mobilizações nas ruas. Se a classe operária não toma o poder e o expropria, o destino

da Venezuela, com Chávez ou sem Chávez, é transformar-se em uma colônia dos EUA. E se isso vale para a Venezuela, que tem um presidente que faz discursos contra o imperialismo, vale muito mais para o restante do continente, onde os presidentes só fazem discursos a favor do imperialismo.

Na América Latina, a determinação de acelerar a implementação da ALCA e a aplicação dos planos do FMI a qualquer custo agravam o panorama e deixam sem saída os governos pro-imperialistas e os regimes de democracia colonial.

Na Bolívia existe um processo revolucionário operário e socialista em curso, que teve uma de suas máximas expressões na insurreição vitoriosa contra o recém eleito Gonzalo Sánchez de Losada encabeçada pela COB como direção do conjunto do movimento de massas. Em outros países do continente vimos crises revolucionárias que colocaram o problema do poder na ordem do dia no Equador, Argentina e Venezuela. Sem chegar ainda a essa situação, houve importantes mobilizações de caráter revolucionário em outros países, como Peru e Paraguai, enquanto que no Brasil e no Uruguai a burguesia tenta antecipar-se às grandes convulsões sociais, construindo governos de frente popular.

A burguesia brasileira está conseguindo seu principal objetivo com o governo Lula: quase a totalidade das forças de esquerda apoiam o governo reacionário e proimperialista e, com isso, está conseguindo evitar uma explosão revolucionária. No entanto, o desgaste do governo entre os trabalhadores, acusado de traidor, já é evidente. Houve uma nova onda de ocupações de terra e uma série de greves em 2004 (na educação, no funcionalismo público federal, nos servidores da saúde estadual e municipal) e recentemente ocorreu a mais longa greve nacional dos bancários. Todos esses movimentos enfrentaram diretamente o governo Lula. Ao mesmo tempo, esses embates fazem com que se aprofunde o processo de reorganização no terreno político e sindical e, com isso, teve início o processo de ruptura com a CUT, que atualmente não passa de uma agência do governo. Esta realidade está abrindo um espaço objetivo para construir uma oposição de esquerda ao governo de Frente Popular. O PSTU, por sua atuação como direção ou codireção nas principais greves, no processo de ruptura com a CUT e de construção da CONLUTAS, está se postulando para ocupar esse espaço, em uma dura disputa com outras correntes, reformistas e centristas, sobretudo o PSOL e a esquerda do PT.

O RECURSO DA FRENTE POPULAR

Nas Teses sobre América Latina dizemos que “a combinação de pelo menos quatro fatores: o atual caráter da crise econômica, a debilidade e crise dos regimes, o ascenso do movimento de massas e a crise de direção, fortalece a tendência a construir projetos de colaboração de classes”. Hoje isso já não é apenas uma tendência: os governos de Frente Popular são uma realidade na América Latina.

As derrotas dos governos abertamente neoliberais e pro-Consenso de Washington provocam novos tipos de Frentes Populares, como ocorreu no Brasil, Equador e Uruguai. O governo de Kirchner na Argentina, apesar de sua composição de classes, é também fruto de uma revolução que já havia derrotado um projeto bonapartista e atua como um governo de Frente Popular, tentando



enganar as massas com discursos pseudo “antiimperialistas” e “medidas progressivas” em relação aos direitos humanos. O mesmo ocorre no caso de Chávez, na Venezuela. Na Bolívia, o governo de Carlos Mesa também tinha elementos frentepopulistas, já que se mantinha no poder graças ao apoio de Evo Morales e do MAS (Movimiento al Socialismo), partido que colocou um de seus assessores no gabinete ministerial.

Há uma diferença importante entre os atuais governos de Frente Popular e os anteriores. A atual situação mundial faz com que todos esses governos tenham um caráter claramente pro-imperialista. Apesar das variantes de Frente Popular não serem as preferidas do imperialismo norte-americano, quando instaladas, este adota a política de utilizá-las para facilitar sua política recolonizadora.

A política em relação aos governos de Frente Popular divide águas na esquerda. A maioria das correntes de esquerda no Brasil (também foi assim no Equador) defendeu a participação no governo Lula, alegando que era um governo “popular” ou, no melhor dos casos, “que estava em disputa”.

Algumas correntes de esquerda não têm ministros no gabinete e até fazem críticas à Frente Popular, mas não rompem com o governo. Este não é um fenômeno novo; já ocorreu, por exemplo, na França, em 1936. Ficou conhecido como “frente popular de combate”. Essas correntes alimentam confusão no seio da vanguarda e as massas.

No marco da atual situação revolucionária da América Latina, os governos de Frente Popular tendem a se desgastar com muita facilidade. A frente popular de Lúcio Gutiérrez, no Equador, perdeu esse caráter porque as direções traidoras foram obrigadas a sair do governo, e Lúcio acabou sendo derrubado pela ação das massas. O mesmo ocorreu com o governo Mesa, na Bolívia. A debilidade e queda desses governos de frente popular apontam para uma nova tendência no continente: as experiências com esses tipos de governos, ainda que o ritmo dos processos seja desigual entre as frentes populares preventivas (como Lula ou Tabaré) e as que são fruto de processos revolucionários (como Mesa e Gutiérrez).

A Frente Popular abre grandes oportunidades para que o partido revolucionário seja construído como uma alternativa revolucionária, porque os partidos operários traidores estão no poder e são obrigados a mostrar sua verdadeira cara de inimigo dos trabalhadores. Mas também surgem grandes perigos, porque o partido está submetido a muitas pressões, essencialmente oportunistas, porque as massas vêem esses governos como “seu governo”.

UM PROGRAMA E UMA POLÍTICA PARA A SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Nosso programa parte da compreensão da época em que vivemos. Não existe qualquer possibilidade de melhorar o nível de vida das massas, em escala mundial, se não liquidamos o capitalismo em sua fase imperialista atual. Isto só pode se concretizar com uma revolução socialista internacional. Este é o grande divisor de águas entre os setores de esquerda. Somos radicalmente contra a idéia de que sem fazer a revolução socialista “um outro mundo é possível”. A Bolívia, a Argentina e o Equador nos mostram que a luta pelo poder não é uma utopia. A utopia é querer construir um mundo melhor sem tomar o poder.

Não basta fazer boas análises e caracterizações, e elaborar uma política adequada. É preciso ter uma atitude revolucionária. Não queremos ser comentaristas da realidade, e nem nos limitar a ser solidários com os que lutam. Temos de assumir nossas responsabilidades, especialmente onde há mais possibilidades de dirigir as lutas. Tampouco é suficiente fazer afirmações genéricas do tipo “o imperialismo é o grande inimigo”. Temos de dizer que podemos vencer o imperialismo. Aos derrotistas repetimos a frase de Simón Bolívar: “O inimigo parece maior quando o olhamos de joelhos”. A luta contra o imperialismo é o eixo central da política revolucionária atual. O Iraque e a Venezuela nos mostram que o imperialismo não é invencível, nem mesmo no terreno militar. Reforcemos a luta contra a ALCA e todos os TLCs (Tratados de Livre Comércio) impostos pelo imperialismo. A luta contra a ocupação do Iraque é central. Por uma grande campanha de apoio à resistência iraquiana para impor uma nova derrota ao imperialismo norte-americano, que o faça sofrer um efeito superior ao que foi o Vietnã.

Os velhos e novos reformistas “decretaram” o fim da classe operária como caudilho da revolução. Mas a classe operária não morreu. Ela começa a voltar ao centro da arena política. E seus aliados tradicionais, os pobres de todo o mundo, estão dispostos a marchar atrás dela, se vêem um caminho pela frente. Essa é a principal lição da revolução boliviana. Por outro lado, a Venezuela mostra que a burguesia e governos, por mais que tenham atritos com imperialismo, são incapazes de avançar rumo a um enfrentamento conseqüente contra ele. Foram as massas venezuelanas que pararam o golpe do imperialismo. Só as massas venezuelanas e de todo o mundo poderão parar a ofensiva imperial. Mas elas precisam de organização e de uma direção conseqüente e essa direção só pode vir da classe operária. Daí a importância da mais ampla unidade internacional da classe operária e de todos os explorados para enfrentar os planos e governos imperialistas e pro-imperialistas, e para defender os perseguidos, processados e presos por protagonizar esses combates.

As massas do mundo todo questionam e derrubam os governos imperialistas ou pro-imperialistas por meio de eleições ou por meios insurrecionais. Frente a isso, em muitos países a burguesia recorre à unidade com as direções traidoras para construir governos de Frente Popular e poder fazer com que os trabalhadores pensem que são eles que estão governando. Os revolucionários só podem ter uma política frente a este tipo de governo burguês: se opor a qualquer participação ou apoio. Retomando as boas tradições do leninismo e do trotskismo, dizemos e reafirmamos que apoiar ou, pior, participar de um governo de frente popular, como faz hoje o SU no Brasil, é uma traição.

O stalinismo e o outros aparatos contra-revolucionários sempre tentaram impedir que a classe operária tivesse liberdade para expressar-se. Por outro lado, até hoje subsiste sua educação burocrática pela qual a classe fala somente por meio de seus “representantes”. Estamos contra os comandantes e burocratas que se colocam por cima das massas e querem falar em seu nome. Lutamos pela mais ampla democracia operária nos sindicatos, organizações camponesas, populares, juvenis e nos futuros estados operários. Que os trabalhadores e o povo, em seus organismos de luta, decidam sobre seus destinos.

Nos países onde existem situações revolucionárias e governos de Frente Popular ou governos populistas com grande apoio entre a população, a ampla



maioria das organizações de esquerda capitulam à consciência das massas e, dessa forma, capitulam diante dos próprios governos burgueses. Sem propor como tarefa a derrubada dos governos de frente popular ou populistas não se pode forjar uma direção revolucionária. Essa tarefa começa por explicar pacientemente à vanguarda e às massas o caráter capitalista desses governos e a necessidade de substituí-los por um governo dos trabalhadores e do povo.

Um dos processos mais nefastos da velha e nova esquerda reformista foi a adaptação aos aparatos parlamentares e estatais em geral. Em muitos países, vemos ex-guerrilheiros e ex-marxistas revolucionários ocupando cargos executivos (ou participando de blocos oficialistas) e defendendo o caráter sagrado da “democracia”. Em nome da “democracia radical”, terminam defendendo esses estados burgueses e suas leis. Vemos também setores do movimento sindical e social ganhos para propostas de cogestão, de participação cidadã (orçamentos participativos), pactos, conselhos sociais etc. Renunciam assim a uma intervenção de classe, em nome do “interesse de todos” ou “do conjunto da sociedade”. Estamos contra a teoria da cidadania e da participação nesses conselhos e pactos, que são, na verdade, formas de prender o movimento de massas ao estado burguês. Estamos a favor de participar das eleições, sempre e quando esta participação esteja a serviço de denunciar o caráter fraudulento da “democracia”, em defesa da ação direta das massas e da luta pelo poder operário.

Lutamos pelo fortalecimento dos organismos de poder da classe no marco do ascenso e das lutas de massas. Os organismos e embriões de organismos de poder dual que surgiram nas últimas revoluções (como o Parlamento dos Povos equatoriano, as assembléias populares e piqueteiros da Argentina ou a COB boliviana) criam a necessidade de impulsioná-los para que se postulem como real alternativa de poder dos trabalhadores contra o estado burguês e coloquem de forma concreta essa alternativa de poder.

Em todos os processos revolucionários da América Latina, quando esteve na ordem do dia o problema do poder, a maioria da esquerda buscou uma saída nas eleições ou, no melhor dos casos, na defesa de uma Assembléia Constituinte, tentando dar um caráter burguês às revoluções operárias. Repudiamos essas propostas para as revoluções. Isso não invalida o fato de que, em muitos desses processos, sobretudo onde o campesinato pobre ou as povos indígenas têm um grande peso, as bandeiras democráticas, como Assembléia Constituinte, cumprem um papel importante, mas sempre devem estar subordinadas à questão do poder operário. No caso da Bolívia, o proletariado só poderá se tornar a direção dos povos indígenas, que são a maioria da população, se dá grande importância à questão da Assembléia Constituinte. Mas para que essa bandeira assuma um caráter revolucionário, tem de estar subordinada à exigência de poder para a COB. Só um governo operário e camponês, que aplique um programa de ruptura com o imperialismo e a burguesia, pode garantir uma Assembléia Constituinte democrática e revolucionária.

Nós não somos anarquistas. Estamos com Lenin quando dizia: “Fora do poder, tudo é ilusão” e com Trotsky quando afirmava: “Nosso programa se resume em três palavras: ditadura do proletariado”. Acrescentamos hoje que essa revolução tem que ser dirigida pelo partido revolucionário porque se a direção é burocrática, não haverá saída, mesmo que a burguesia seja expropria-

da. Não há revolução socialista vitoriosa, em âmbito internacional, se a classe operária não toma o poder em todos os países para acabar com a ditadura do capital e impor a ditadura revolucionária do proletariado. Essa é a necessidade de toda a etapa e, normalmente, concretizamos nossa estratégia central na fórmula de governo operário e popular ou governo operário e camponês.

Nos países coloniais e semicoloniais, nosso programa se ordena a partir da tarefa central colocada para a classe operária e os revolucionários nesses países: a independência nacional. Defender, nesses países, uma posição operária revolucionária, de independência de classe, significa ordenar nosso programa como indica o Programa de Transição: “a independência nacional é a tarefa central dos países coloniais e semicoloniais”. Perder de vista esse problema conduz à capitulação completa ao imperialismo.

Nossa primeira grande diferença com as direções nacionalistas burguesas ou pequeno-burguesas -islâmicas ou laicas- não está em menosprezar as tarefas de liberação nacional ou subestimar a guerrilha de massas como instrumentos de luta, mas sim, entender que as tarefas de liberação nacional são inseparáveis das tarefas de liberação social.

Nos países imperialistas, o programa revolucionário deve incluir, com destaque, a luta contra o imperialismo e, em especial, contra o imperialismo exercido pelo próprio país. A denúncia e chamado aos povos coloniais e semicoloniais a enfrentar toda agressão militar imperialista deve vir junto da exigência de fechamento das bases militares da OTAN. Também devem ser parte importante de nosso programa nesses países as exigências de condenação da dívida externa, que as multinacionais sejam expulsas dos países dominados e as indústrias-chaves voltem para as mãos dos povos que foram saqueados com as privatizações e outros mecanismos similares.

A espoliação imperialista obriga os trabalhadores das colônias a buscar a tábua de salvação nas metrópoles. A burguesia imperialista, apesar dos conflitos que gera com sua entrada anárquica e compulsiva, aceita esses contingentes de trabalhadores porque servem como mão-de-obra barata para baixar os salários, aumentando assim sua taxa de exploração e introduzindo um elemento de divisão entre os trabalhadores. Esse setor da classe operária dos países imperialistas se converte na camada mais explorada da classe operária. Em meio ao mais completo desprezo por eles por parte dos grandes aparatos sindicais e políticos (comprometidos até a medula com seus respectivos governos) os trabalhadores imigrantes ficam privados de direitos democráticos básicos e imersos em uma crescente e brutal desigualdade de condições de vida em comparação com a população nativa. A luta contra as leis de estrangeiros, os “regulamentos” ou tratados (como os estabelecidos na UE, que levantam um novo e vergonhoso muro contra os trabalhadores e os povos espoliados) é uma parte essencial e destacada do programa e das tarefas dos revolucionários nos países imperialistas. A denúncia e a luta aberta contra a xenofobia e o racismo se converte também em uma tarefa revolucionária essencial para enfrentar os governos reacionários e os bandos fascistas, assim como para batalhar pela decisiva unidade da classe operária.

Para uma alternativa que se proponha a luta pelo poder, há uma questão importante: como enfrentar as forças armadas que protegem o estado burguês contra toda ameaça de insurreição? Não compartilhamos as ilusões pacifistas da



maioria da esquerda, que acredita na democracia burguesa e na legalidade do Estado, de sua Justiça e de sua polícia. Também não concordamos com as posições elitistas que pregam o foquismo ou coisa parecida, assim como o espontaneísmo de achar que quando chegar a hora, as massas resolverão o problema. Defendemos a necessidade de impulsionar a autodefesa das organizações de massas como passo prévio para a organização das milícias operárias. Ao mesmo tempo, defendemos a necessidade de uma política que leve ao enfrentamento de classes dentro das forças armadas, com medidas para quebrar a hierarquia militar e possibilitar a divisão das FF.AA. diante do embate da revolução. A insurreição equatoriana mostrou que isso é possível.

As revoluções começam nos “elos mais frágeis” da cadeia imperialista, nos países coloniais e semicoloniais. Com o neoliberalismo e a globalização ocorreram mudanças de classe profundas nesses países e em sua relação com o imperialismo. Ocorreu uma verdadeira recolonização, fruto de uma ofensiva política, econômica e militar do imperialismo. As bandeiras da soberania e independência nacionais, a reforma agrária, a defesa das nacionalidades e as liberdades em geral estão no centro da onda revolucionária que agita esses países.

Nesses países se deu uma profunda desnacionalização da economia, que hoje é totalmente controlada pelas grandes transnacionais. As burguesias “nacionais” mudaram, viraram capatazes das empresas transnacionais, e não estão interessadas na defesa da soberania e independência nacionais, na reforma agrária, no desenvolvimento autônomo ou nas liberdades democráticas, já que fizeram dos regimes “democrático” burgueses verdadeiras democracias coloniais.

Por isso, nesses países, essas bandeiras fundamentais da revolução burguesa ficam inconclusas e só serão garantidas por uma revolução socialista que rompa com o sistema imperialista. Só aos operários, aos camponeses pobres e à população pobre da cidade, sobretudo à juventude, interessa a soberania e a independência nacional. A união dessas forças sociais, excluindo os empresários, é a única que pode garantir a verdadeira soberania, expulsar o FMI, o Banco Mundial e o imperialismo, nacionalizar as grandes transnacionais e as grandes fortunas, confiscar o latifúndio e os bancos. Só eles podem organizar esses países a serviço dos pobres, com a expropriação das grandes empresas, sob controle da classe trabalhadora da cidade e do campo.

As direções reformistas e neo-reformistas tentam separar, de forma mecânica, a revolução democrática da revolução socialista e a revolução nacional da revolução internacional. É a forma que utilizam para abortar os processos revolucionários pela via morta da “revolução democrática”, institucional, burguesa, eleitoral. As revoluções pela Segunda Independência dos países coloniais e semicoloniais vão unificar a revolução social e a liberação nacional em uma única revolução socialista. Terá início no terreno nacional e se completará na arena mundial, com a destruição do imperialismo, o pai de todos os males que padece hoje a humanidade. Chamamos os trabalhadores latino-americanos a se unirem na luta pela Segunda Independência e pela construção da Federação das Repúblicas Socialistas da América Latina (ou Estados Unidos Socialistas da América Latina). Chamamos os trabalhadores dos EUA e Europa a enfrentar seus próprios imperialismos e apoiar a luta pela independência de seus irmãos de classe latino-americanos.

A MÃE DE TODAS AS BATALHAS: A LUTA PARA CONSTRUIR A DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Contra a opinião da maioria dos setores de esquerda, reafirmamos a luta pelo poder da classe trabalhadora e, para isso, colocamos no centro de nossas preocupações a batalha para construir partidos revolucionários nacionais no marco de uma Internacional operária e revolucionária, ou seja, bolchevique.

O esforço para construir partidos revolucionários bolcheviques com influência de massas pressupõe uma batalha programática e política constante contra as alternativas reformistas e neo-reformistas, para conquistar a vanguarda para o projeto revolucionário. Nesse sentido, é essencial a recuperação da luta ideológica, como fazia Lenin. Uma parte fundamental dessa batalha é a luta pela concepção bolchevique de partido e pelo regime leninista, junto à ampla vanguarda e em nossos próprios partidos. Isso é ainda mais necessário hoje, porque são poucas as forças que defendem a construção da direção revolucionária e, muito menos, o leninismo.

Normalmente, os partidos revolucionários crescem num ritmo mais lento que a situação revolucionária. Ademais, é provável que, na situação atual, surjam setores que assumam posições revolucionárias e rompam com as organizações que se integram ao regime. Apesar de isso ainda não ter ocorrido, nem mesmo nos processos mais agudos da luta de classes, é preciso estar preparados para uma mudança da realidade. Nesse momento, deveremos propor uma política de Frente Única Revolucionária para esses setores, no sentido de tentar dar um salto na construção do partido revolucionário.

De qualquer maneira, a tática da FUR não pode substituir o que é estratégico e permanente: a construção dos partidos revolucionários. As táticas de FUR só podem ser bem encaminhadas se o sujeito consciente, o partido revolucionário, for permanentemente reforçado.

O esforço de Leon Trotsky para construir a IV Internacional foi a tentativa de dar continuidade à batalha de Lenin e dos bolcheviques na III Internacional. Mas a IV Internacional, do ponto de vista programático, foi mais do que isso. Foi a tentativa de atualizar o programa bolchevique frente a um acontecimento inédito: a degeneração do primeiro estado operário. A restauração do capitalismo nos ex-estados operários e as revoluções do Leste fizeram com que muitos setores do trotskismo chegassem à conclusão de que a realidade demonstrava o fracasso do programa trotskista. Nós chegamos à conclusão oposta: a restauração do capitalismo, as revoluções do Leste e a situação atual mostram que o programa trotskista venceu a prova dos fatos. Mas um programa é muito mais que algumas folhas de papel. Um programa é uma compreensão comum dos acontecimentos e das tarefas que dele decorrem. Por isso, um programa só pode se concretizar num partido político. Esse partido é mundial e se chama IV Internacional. A batalha por reconstruir a IV Internacional é a principal conclusão programática da atualidade. E a luta por reconstruir a LIT-QI, que ocupa o centro de nossas preocupações, não é um objetivo em si mesmo: está justamente a serviço da reconstrução da IV Internacional. ■

Leste Europeu: Restauração e revolução

Este conjunto de artigos de Martín Hernández, membro da direção da LIT-QL, sobre as conclusões do Leste foram extraídos da introdução ao livro *A Revolução Traída*, de Leon Trotsky, editado recentemente no Brasil.



MARTÍN
HERNÁNDEZ

Trotsky estudou como ninguém a degeneração da URSS. Na década de trinta, analisou, caracterizou, elaborou um programa e fez previsões que a realidade acabou confirmando cinquenta anos depois, com a restauração do capitalismo. No entanto, tanto com *A Revolução Traída* como o restante de suas elaborações sobre a degeneração do estado soviético, ocorreu algo curioso. Quando se deu a restauração do capitalismo na ex-URSS, a imensa maioria das correntes políticas e dos intelectuais que se reivindicavam trotskistas se negaram a ver essa realidade. Uns diziam que isso não tinha nada a ver com a restauração, outros, que tudo não passava de concessões ao capitalismo, uma espécie de NEP¹, e finalmente, estávamos nós, que até 1994, dizíamos que havia planos de restauração, mas que estavam empantanados.²

Também havia muitos trotskistas que, corretamente, afirmavam que o capitalismo havia sido restaurado mas, contraditoriamente, chegaram à conclusão que as elaborações de Trotsky não haviam passado pela prova dos fatos.

O que aconteceu? Há duas interpretações possíveis. As elaborações de Trotsky realmente não passaram pela prova dos fatos ou a maioria dos trotskistas fizeram uma leitura parcial ou totalmente equivocada dessas elaborações? Nos inclinamos por esta segunda hipótese.

1 A NEP (Nova Política Econômica) idealizada por Trotsky foi aplicada na ex-URSS, dirigida por Lenin, a partir de 1921, até 1929. Foram feitas importantes concessões ao capitalismo para aumentar a produção e assim fortalecer o Estado operário.

2 Este foi o conceito votado no V Congresso Mundial da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores - IV Internacional) realizado em 1994.

A burocracia e a restauração

Na introdução à edição alemã e também portuguesa de *A Revolução Traída*, o dirigente do Secretariado Unificado da IV Internacional, Pierre Frank, dizia em 1977 que era impossível que o imperialismo conseguisse restaurar o capitalismo na ex-URSS: "... a perspectiva de uma restauração do capitalismo na União Soviética está descartada"³, e além do mais, afirmava que "... na União Soviética já quase não existem forças sociais ou políticas significativas a favor da restauração do capitalismo."⁴

Anos mais tarde, em 1989, ou seja, em pleno processo de restauração na ex-URSS, Ernest Mandel, o mais importante dirigente dessa corrente, explicava o porquê desse raciocínio: "Crer que Gorbachov ou a ala 'liberal' da burocracia de conjunto querem ou quiseram restaurar o capitalismo é deixar-se enganar completamente sobre a natureza, as bases e a amplitude de seus privilégios e de seu poder."⁵

Para esses dirigentes, a burocracia governante da ex-URSS não era uma força social restauracionista. Para eles, a burocracia precisava do estado operário para defender seus privilégios e isso fazia com que ela cumprisse um papel progressivo.

Pierre Frank e sobretudo Ernest Mandel foram vistos durante muitos anos como os principais porta vozes das posições de Trotsky. Por isso, foi inevitável que um importante setor da esquerda - ao ver que o capitalismo estava sendo restaurado e, além disso, ao ver que era a burocracia que estava à frente do processo de restauração - tivesse chegado à conclusão que Trotsky havia se equivocado.

Trotsky sempre defendeu o contrário do que diziam esses dirigentes. Para ele, se a burocracia se mantinha no poder (o que ocorreu) a restauração do capitalismo não só era possível como inevitável.

"O prognóstico político tem um caráter alternativo: ou a burocracia, convertendo-se cada vez mais no órgão da burguesia mundial no estado operário, derrotará as novas formas de propriedade e voltará a afundar o país no capitalismo, ou a classe operária derrotará a burocracia e abrirá o caminho para o socialismo".⁶

Para Mandel, a burocracia, para defender seus interesses, precisava do estado operário. Para Trotsky, isso era válido apenas em uma primeira fase. Para ele, do ponto de vista histórico, a burocracia buscava perpetuar seus privilégios e, por isso, precisava restaurar o capitalismo. Vejamos como aborda esse tema justamente em *A Revolução Traída*: "Admitamos que nem um partido revolucionário, nem um partido contra-revolucionário se apoderem do poder e que é a burocracia a que se mantém à frente do poder (o que ocorreu em todos os ex-estados operários). A evolução das relações sociais não cessa... esta (a burocracia) restabeleceu as patentes e as condecorações; será, então, inevitavelmente necessário que busque apoio nas relações de propriedade. Provavelmente se poderá argumentar que pouco importa ao funcionário a forma de propriedade da qual retira seus lucros. Mas isso significa ignorar a instabilidade dos direitos da burocracia e o problema de sua descendência... Os privilégios que não se podem legar a seus descendentes perdem a metade de seu valor. O direito de legar é inseparável do direito de propriedade. Não basta ser diretor de um

3 Introdução de Pierre Frank a *A Revolução Traída*, de L. Trotsky, Editora Antídoto, Lisboa, 1977, p. 38.

4 Idem, p. 36 y 37.

5 Ernest Mandel "¿Hacia adónde va la URSS de Gorbachov?" Editorial Fontamara, México, 1991, p. 19.

6 El Programa de Transición para la revolución socialista, Leon Trotsky, Crux, Bs As, p. 70.

truste, é necessário ser acionista.”⁷ Mais claro, impossível. Para Trotsky, a burocracia precisava não só manter seus privilégios, mas perpetuá-los, e, por isso, termina essa frase dizendo: “não basta ser diretor” (não basta ser burocrata), “é necessário ser acionista” (é necessário ser burguês).

Do que foi mencionado pode-se concluir, como muitos o fizeram: uma coisa era Trotsky e outra coisa são os trotskistas. Esta conclusão é equivocada porque ignora que no interior do movimento trotskista não só existiram e existem correntes revisionistas, mas também correntes principistas, coisa que deu origem a um amplo debate sobre a questão da ex-URSS e sobre muitos outros temas. Assim, por exemplo Nahuel Moreno⁸, seguindo o pensamento de Trotsky, mais de uma vez combateu as posições de Mandel e seus seguidores. No livro *A Ditadura Revolucionária do Proletariado*, polemizando com a resolução do SU “Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado”, dizia em 1978: Amanhã, ou em dez ou vinte anos, há perigo de restauração? E questionava o Secretariado Unificado: Para o SU, as futuras e atuais ditaduras operárias não terão que enfrentar nenhum inimigo importante, nem o imperialismo, nem a restauração capitalista.⁹ E agregava: ... o Plano Carter é a política do imperialismo a serviço da restauração. Seu plano econômico, político e militar se assenta na demagógica campanha pelos direitos humanos... Essa propaganda democratista do imperialismo se assenta no justo movimento democrático que está ocorrendo nos estados operários, como consequência do caráter totalitário e reacionário de seus atuais governos ... o trotskismo tem a obrigação de levar clareza às massas... de denunciar a nova estratégia contra-revolucionária do imperialismo e alertar sobre seu consequente perigo de restauração capitalista nos estados operários.¹⁰ Sobre a burocracia, dizia: ... a burguesia restauracionista não será a velha burguesia, e sim a ampla maioria dos tecnocratas, a burocracia, a aristocracia operária e koljoziana.¹¹

Nesse longo debate entre as correntes principistas e revisionistas do trotskismo, a história acabou por dar razão às primeiras. A burocracia não foi derrubada e esta levou os ex-estados operários à restauração do capitalismo. No entanto, é necessário dizer, *noblesse oblige*, que as correntes principistas que souberam prever a restauração do capitalismo não foram capazes de identificá-la quando esta começou a ser concretizada, tanto na China (a partir de 1978) como na ex-URSS (a partir de 1986). Isso também nos obriga a dar uma explicação.

O marxismo se nutre de experiências anteriores. Por exemplo, qualquer grupo que se disponha a construir um partido revolucionário tem os ensinamentos de Lenin e a atividade do partido bolchevique como referência histórica.

Mas nem sempre é possível aprender com as referências históricas. Há casos em que essas referências não existem. A direção bolchevique e todos os marxistas da época foram obrigados a dar resposta a um fato inédito: a construção do primeiro estado operário, para o qual não tinham nenhuma experiência histórica que lhes servisse de apoio.

O mesmo aconteceu com Trotsky e a Oposição de Esquerda quando se viram obrigados a dar resposta a outro acontecimento inédito: a degeneração da URSS. E hoje acontece o mesmo com a restauração do capitalismo.

A restauração foi prevista por Trotsky, mas ele não viveu o suficiente para presenciá-la. Dessa forma, a história colocou as novas gerações de marxistas

7 Leon Trotsky, *La revolución traicionada*, Editorial Fontamara, Barcelona, 1977, p. 239.

8 Nahuel Moreno, fundador e principal dirigente da LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional), falecido em 1987.

9 Nahuel Moreno, *La dictadura revolucionaria del proletariado*, Editora do PST(C), Bogotá, 1979, p. 84 e 85.

10 Idem, p. 88 y 89.

11 Idem p. 85.

(das quais já não faziam parte os mais experientes dirigentes da Revolução de Outubro) frente à necessidade de analisar esse fato inédito na história da humanidade. Isso, por si só, foi uma fonte de enormes dificuldades e erros.

A burguesia e a tomada do poder

No caso da ex-URSS, o primeiro erro que cometemos é não haver identificado de que forma e em que momento a burguesia recuperou o poder. Isso, como veremos mais adiante, deu origem a vários erros e falsos debates.

A restauração do capitalismo é, em certo sentido, um acontecimento de signo oposto à expropriação da burguesia e a construção dos Estados operários.

A expropriação da burguesia e a construção de um Estado operário significa uma revolução na estrutura econômica, mas essa revolução não começa na estrutura, e sim na superestrutura. O mesmo ocorre com a restauração do capitalismo, só que ao contrário. A restauração do capitalismo significa uma contra-revolução na estrutura, que começa na superestrutura.

Não pode haver expropriação da burguesia e construção de um Estado operário se primeiro a classe operária não toma o poder. Da mesma forma, não pode haver, em um estado operário, restauração do capitalismo sem que primeiro a burguesia tenha recuperado o poder.

Quando a classe operária russa, dirigida pelos bolcheviques, tomou o poder, não começou a expropriar a burguesia. O monopólio do comércio exterior, a planificação econômica central e a expropriação da burguesia, ou seja, a construção desse Estado operário, foi um processo que ocorreu durante vários anos. Mas, esse processo, ninguém questiona, teve início em outubro de 1917. Essa é a data que divide águas entre a velha e a nova ordem.

Com a restauração do capitalismo ocorreu o mesmo, só que em sentido contrário. Houve um momento em que a burguesia tomou o poder (ou melhor, recuperou o poder) e a partir daí iniciou o desmonte dos restos do Estado operário. Acabou com o monopólio do comércio exterior, com a planificação econômica central e com a propriedade estatal das empresas e das terras. Tudo isso foi ocorrendo durante muitos anos, e inclusive continua até hoje, mas há um momento que é qualitativo, que também divide águas, e esse momento é fevereiro-março de 1986.

1986: o capitalismo mundial recupera a URSS

Em 12 de março de 1985, Mijail Gorbachov foi eleito para o cargo de Secretário Geral do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e lançou, em âmbito nacional e internacional, as idéias centrais de depois dariam origem à Perestroika (reorganização) e à Glasnost (transparência).

O texto da Perestroika estava repleto de frases confusas e intencionalmente ambíguas. Mas o tempo se encarregou de demonstrar que o verdadeiro conteúdo desse projeto não era outro que tentar sair da decadência econômica por via da restauração do capitalismo. Quanto à Glasnost, era uma tentativa de fazer algumas reformas políticas no marco da manutenção do regime ditatorial de partido único.

Alexandr Yákovlev¹², que foi o cérebro da Perestroika, não hesitou em confessar os verdadeiros objetivos da mesma: “Se se deixasse que persistissem os

12 Alexandr Yákovlev, um velho dirigente comunista (entrou no PCUS em 1941) foi definido por Lilly Marcou, que o entrevistou várias vezes, como o...artesão, o promotor, o teórico da Perestroika. De fato, o texto da Perestroika foi elaborado por ele e sua equipe na presidência do IMEMO (Instituto da Economia Mundial e das Relações Internacionais) da Academia de Ciências da URSS).

métodos com os quais funcionava a economia soviética na época... nosso país se encontraria relegado a ser uma potência econômica de segunda ordem e no final do século talvez decaísse ao nível dos países pobres do Terceiro Mundo. Apesar de não termos avançado muito nessa memória, indicamos, no entanto, algumas diretrizes que exigiam uma mudança drástica do sistema econômico. Propunhamos um modelo de desenvolvimento que daria às empresas autonomia financeira e liberdade de iniciativa a fim de romper o cerco centralizador ou reduzi-lo ao mínimo possível... Por outro lado, favorecíamos a organização de empresas mistas, e não só em colaboração com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo, mas também com os países ocidentais. Para nós, era a única possibilidade de que a União Soviética participasse da divisão internacional do trabalho, nos intercâmbios de capital, de inversões etc... A liberdade econômica é inseparável da liberdade política... Era necessário abolir o monopólio da propriedade estatal... Era necessário introduzir a economia de mercado o quanto antes.¹³

A subida do “renovador” Gorbachov (como era conhecido na época), que chegou ao cargo de Secretário Geral do PCUS apoiado por Gromyko¹⁴ e a sinistra KGB¹⁵, foi a demonstração de que a maioria da burocracia, frente aos reiterados fracassos econômicos, era sensível à proposta de fazer mudanças radicais na economia, ou seja, restaurar o capitalismo.

Como não podia ser de outra forma, nesses anos Gorbachov começou a ser visto como a “menina dos olhos” das grandes potências imperialistas, especialmente o governo Reagan, nos EUA. Esses projetos (a Perestroika e a Glasnost) eram a resultante quase pura, no âmbito da URSS, da ofensiva econômica com formas democráticas lançada pelo imperialismo norte-americano que denominamos reação democrática.

Durante todo o ano de 1985, Gorbachov, atuando como o representante da maioria da burocracia e do capitalismo internacional, limitou-se a fazer propaganda de seu projeto. Mas essa situação mudaria drasticamente a partir de 1986.

Em fevereiro-março desse ano realizou-se o XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética que votou um novo Comitê Central. Nunca, nos últimos 25 anos, ocorrera uma mudança tão profunda. Foram eleitos 97 novos quadros e 22 suplentes tiveram direito a voto. Na prática, entraram 119 novos dirigentes (da equipe do “renovador”) em um CC de 307 membros no qual Gorbachov já tinha um peso importante.

A partir desse momento, Gorbachov sentiu-se suficientemente forte para passar da propaganda à ação. Em poucos meses o parlamento, seguindo as ordens do CC do PCUS, votou uma série de leis que tinham como objetivo desmontar o que sobrava do estado operário e restaurar o capitalismo. Em outras palavras, a partir de fevereiro de 1986, por intermédio de Gorbachov e seu pessoal, a burguesia recuperou o poder na URSS.

Já em agosto de 1986, ou seja, apenas cinco meses depois do XXVII Congresso do PCUS, o governo autoriza a constituição de empresas conjuntas com capital estrangeiro; em setembro começa a ser liberado o trabalho privado, mediante a Lei sobre atividades individuais. Em junho de 1987 se aprova a Lei de empresas do Estado, com a qual se acaba com as subvenções do Estado para as empresas, ao mesmo tempo que as autoriza a comercializar livremente com o exterior. Dessa forma se deu o golpe mortal na planificação econômica cen-

13 Alexandr Yákovlev, “Lo que queremos hacer con la Unión Soviética”, *Alianza*, Madrid, 1991, p. 28, 29, 70 e 71.

14 Gromyko era, em 1985, o membro mais antigo do politburo do CC do PCUS.

15 Como retribuição pelos serviços prestados pela KGB durante o governo de Gorbachov, os homens do serviço secreto chegaram ao politburo de todas as repúblicas que faziam parte da ex-URSS. Até esse momento, só estavam em 7 das 15 repúblicas.

tral e no monopólio do comércio exterior. Em maio de 1988 se aprova a Lei sobre cooperativas, que facilita o surgimento de um grande número de empresas privadas. Em dezembro de 1988 se aprova um decreto que legaliza a venda de casas. Nesse mesmo ano se aprova uma lei que liberaliza a atividade bancária. Nesse período se dissolve o Ministério do Comércio Exterior (que era o responsável pelo monopólio do comércio exterior). Em 1990, em âmbito da Federação Russa, se vota a Lei sobre atividades empresariais, com a qual se libera totalmente a atuação de todo tipo de empresas capitalistas.

Como resultado de todas essas medidas, já em 1989 há 200.000 cooperativas e quase cinco milhões de associados. Em 1994, 50% das empresas já estavam privatizadas e dessa forma a produção não estatal chegava a quase 60% do PIB.¹⁶

Em várias oportunidades, nos perguntaram: como é possível que em 1986 a burguesia tenha retomado o poder se nesse momento na ex-URSS ela não existia como classe? Esse tipo de pergunta leva embutidas três incompreensões. Em primeiro lugar, é preciso entender que a burguesia é uma classe internacional; em segundo lugar, que na maioria dos casos ela não governa de forma direta, e sim por meio de seus representantes pequeno burgueses; em terceiro lugar, é preciso entender que apesar de na URSS não existir uma burguesia como classe, existia um enorme setor parasitário (a burocracia), com um nível de vida similar ao da burguesia e com íntimas relações com esta, que eram aspirantes a burgueses. Gorbachov era o representante desse setor social e o agente pequeno-burguês do imperialismo, e como tal, era a cabeça mais visível de um novo estado que se propunha restaurar o capitalismo.

Em todo esse processo, não só na ex-URSS mas também na maioria dos países do Leste europeu, os trabalhadores e as massas tiveram um importante papel. Os jornais e a televisão do mundo todo foram bastante explícitos ao mostrar um movimento avassalador, que se espalhou de região em região e de país em país, algo que em seu momento foi denominado “efeito dominó” e que foi derrubando a maioria dos regimes stalinistas de partido único.

A partir desses acontecimentos, uma enorme confusão, que se mantém até hoje, atingiu o conjunto da esquerda mundial.

Por um lado, a restauração do capitalismo, e por outro, a brutal campanha ideológica do imperialismo, tratando de mostrar a superioridade do capitalismo sobre o socialismo, tiveram um profundo impacto em toda a esquerda e toda a vanguarda mundial. Uma boa parte da esquerda chegou à conclusão de que o capitalismo havia demonstrado sua superioridade. Outra parte, possivelmente a maioria, de que o socialismo não passava de uma bela utopia. Entre eles germinou com muita força a idéia de que o leninismo havia dado origem ao stalinismo, que os partidos revolucionários eram coisa do passado, assim como a revolução socialista e a tomada do poder pelos trabalhadores.

Trotsky, seguindo Marx e Lenin, havia dito: Nosso programa se resume em três palavras: ditadura do proletariado. Depois dos acontecimentos do Leste, “ditadura do proletariado” se transformou em um palavão, dito apenas em voz baixa e com muita vergonha.

Dessa forma, frente à debacle dos estados operários burocratizados e a campanha do imperialismo, a ampla maioria da esquerda encontrou uma “saída” pela positiva: a “democracia como valor universal”. Assim, até mesmo a

16 Atualmente, 84% da indústria e 85% do comércio são privados.



“utopia socialista” ficou limitada aos discursos nos dias de festa. O importante era ter uma política “realista”: eleições e parlamento, parlamento e eleições.

Passados alguns anos do início da restauração, os resultados são sumamente evidentes. Basta ver o que está ocorrendo na América Latina (um dos centros da revolução mundial durante várias décadas) em países como Brasil, El Salvador, Nicarágua, Argentina, Uruguai... onde a maioria dos dirigentes da esquerda (reformista e revolucionária) das décadas de 60, 70 e 80 abandonaram as armas e as barricadas, vestiram terno e gravata e hoje governam ou co-governam seus países, junto com a burguesia e o comando do FMI.

Está claro que o setor que se mostrou mais sensível à ofensiva ideológica do imperialismo foi a esquerda reformista, mas a esquerda revolucionária tampouco escapou dessa situação. A crise e confusão da esquerda, de diversas formas, atingiram todos os setores. Inclusive aquele setor minoritário que se manteve fiel às idéias de Trotsky sobre a questão da ex-URSS e que combateu a adaptação da esquerda à democracia burguesa. Nos referimos agora especificamente à corrente internacional construída e dirigida, até sua morte em 1987, por Nahuel Moreno (nosso mestre até hoje) que era, quando começou a restauração do capitalismo na ex-URSS, o setor mais dinâmico do trotskismo.

A restauração era inevitável

Os fatos mostram que não fomos capazes de entender o significado do XXVII Congresso do PCUS da União Soviética. Um editorial da revista *Correio Internacional* de abril de 1986¹⁷, comentando esse Congresso, concluía com a seguinte frase: ... os novos dirigentes soviéticos querem a modernização e tecnificação da antiquada e lerda economia. Ao contrário de Deng Xiao Ping e os burocratas chineses - que deram passos significativos rumo à economia de mercado - Gorbachov decidiu “melhorar a maquinaria de planificação, em vez de remover os planificadores e ouvir mercado” (*The Economist*, 15/3/86).

Ao não compreender que a burguesia mundial, a partir de fevereiro-março de 1986, havia recuperado o poder na ex-URSS, não entendemos que a partir daí se iniciava a restauração do capitalismo, e muito menos entendemos que sem uma revolução socialista triunfante, que nesse momento não estava colocada na realidade, a restauração era inevitável.

Esta afirmação parece contraditória com a comparação que fizemos anteriormente: a restauração do capitalismo... é uma revolução ao contrário, já que é sabido que muitas vezes a classe operária e o povo protagonizam revoluções e inclusive tomam o poder e não necessariamente constroem um estado operário. Caberia perguntar por que algo similar não poderia ocorrer com a burguesia, ou seja, tomar o poder em um estado operário e não restaurar o capitalismo?

Para entender isso é necessário ver que existe uma diferença muito grande entre o comportamento da burguesia e do proletariado em relação ao estado, e isso tem a ver com o diferente papel cumprido pelas direções de ambas as classes.

Por interesses de classe, confirmados na recente experiência histórica, devemos chegar à conclusão de que sempre que a burguesia retoma o poder em um estado operário, seja quem for sua direção, mais cedo ou mais tarde ela restaura o capitalismo.

17 *Correio Internacional* é o órgão da LIT-QI.

Pelo contrário, a classe operária, mesmo que tome o poder, muitas vezes não constroi um estado operário porque tem pela frente direções reformistas com o objetivo de reconstruir o estado capitalista. Esse comportamento político das direções tem bases materiais. São setores privilegiados, que na maioria dos casos têm muito a perder e pouco a ganhar com o fim do estado capitalista.

A burguesia, inclusive seus setores chamados “progressistas”, não pode atuar dessa forma em relação aos estados operários. Não defender a restauração do capitalismo, ou seja, “os direitos do capital”, seria equivalente a um suicídio, e sabemos que as classes sociais não se suicidam. Por isso, não existe um reformismo ao contrário.

Claro que existia a possibilidade de que o processo de restauração fosse interrompido, mas isso só teria sido possível por meio de uma nova revolução social triunfante, que teria de começar por recuperar o poder perdido para a classe operária. Mas não é disso que estamos falando, já que essa situação não estava colocada na realidade ao não existir nenhuma alternativa de direção revolucionária e tampouco nenhuma ala da burocracia que fosse politicamente anti-restauracionista.

Sem essa compreensão, durante vários anos estudamos as estatísticas para ver se a restauração avançava ou não. Analisamos o número de empresas estatizadas ou o surgimento de uma nova burguesia, e tínhamos expectativas de que a restauração não se consumasse, o que, evidentemente, era impossível.

O novo Estado e seu caráter de classe

A partir dos processos do Leste se desatou uma intensa polêmica em torno do caráter de classe da ex-URSS. Não podia ser de outra forma.

Não é nenhuma novidade que os marxistas dão tanta importância à questão do estado. De fato, o marxismo, desde seu nascimento, com a crítica de Marx e Engels à concepção de Hegel do estado, incluiu essa questão entre suas preocupações centrais.

Em nossa opinião, a partir de fevereiro-março de 1986 a ex-URSS (e a Rússia a partir da dissolução desta) não é mais um estado operário burocratizado, e sim um estado burguês. No entanto, especialmente em seus dez primeiros anos, seria mais preciso definir a Rússia como um “estado burguês atípico”, já que esse novo estado, nesses primeiros anos, era muito diferente dos outros estados burgueses. A propriedade estatal tinha um grande peso, a burguesia estava surgindo em uma luta desenfreada por acumular capital, as instituições da democracia burguesa eram incipientes, todo o arcabouço jurídico estava sendo construído e a relação das pessoas com o estado conservava muitos elementos do estado anterior.

Além disso, nos dois primeiros anos (ou, pelo menos, no primeiro ano) poderíamos dizer que estávamos frente a um estado burguês sem burguesia. Essa definição pode gerar confusão, porque Lenin usou essa mesma formulação para mostrar as limitações do estado operário. De qualquer forma, ela expressa muito bem o caráter atípico desse novo estado burguês em sua fase inicial e, por isso, nos parece correto usá-la.

Essa definição da ex-URSS (e da Rússia, depois) a partir de 1986 como um estado burguês não parte da estrutura econômica do país, mas da superestrutu-



ra política. Para fazer isso, estamos usando o mesmo critério de Lenin e Trotsky para definir a URSS como um estado operário a partir de 1917, apesar de que a burguesia, nesse momento, não havia sido expropriada.

Seria um erro usar esse mesmo critério para definir todas as situações em que a classe operária toma o poder já que, como a história demonstrou, este fato não necessariamente leva à expropriação da burguesia mas, como já dissemos anteriormente, este tipo de situação não se coloca nos casos em que a burguesia retoma o poder. Não há reformismo ao contrário e, por isso, nos parece cientificamente correto definir de entrada esse estado como burguês quando a burguesia retoma o poder de um estado operário.

Pode-se questionar que em fevereiro-março de 1986 a burguesia não se apoderou do estado, mas apenas do Comitê Central do PCUS. Isso é correto, mas os países onde imperavam, e imperam, regimes ditatoriais de partido único, o Comitê Central desse partido centraliza o conjunto das instituições do estado (as Forças Armadas, o parlamento, a justiça etc). Este é um aspecto difícil de entender no ocidente e que Trotsky se encarregou de destacar em *A Revolução Traída*.

Imediatamente depois da tomada do poder pela burguesia, aparentemente, estávamos diante de um estado operário burocratizado, porque nesse momento a economia continuava sendo centralmente planificada, as empresas eram estatais e o comércio exterior continuava sendo monopólio do estado. Por tudo isso, as relações de propriedade e de produção não eram preponderantemente capitalistas, já que não existia a burguesia como uma classe nacional. No entanto, é necessário entender que o conjunto das instituições desse estado estavam a serviço da restauração do capitalismo, ou seja, do restabelecimento das relações de propriedade e de produção capitalistas e isso é o que determinava, já partir de fevereiro-março de 1986, o caráter desse estado. ■

Revolução e restauração: sua localização no tempo

Em relação aos acontecimentos do Leste europeu surgiu uma enorme confusão sobre os fatos em si e sua localização no tempo. Muitos entenderam que as mobilizações das massas e a restauração eram parte de um mesmo processo, o que não foi assim.

Os fatos indicam que existiram quatro grandes acontecimentos separados no tempo. Em primeiro lugar, a burguesia, por meio de seus agentes burocráticos, tomou o poder; em segundo lugar, uma vez no poder, iniciou o desmonte dos restos do estado operário; em terceiro lugar, as massas iniciaram suas grandes mobilizações contra esses novos estados burgueses e seus governos e, em quarto lugar, na maioria dos mais importantes países, os regimes stalinistas foram derrubados e surgiram em seu lugar novos regimes democrático-burgueses.

A falta de clareza sobre os diferentes momentos dos chamados “processos do Leste” foi e continua sendo fonte de enormes confusões. Normalmente se organizam intermináveis debates sobre o signo dos acontecimentos. E surge inevitavelmente a pergunta: do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, o que ocorreu no Leste europeu foi positivo ou negativo? Esse tipo de pergunta normalmente leva implícita uma confusão. Se crê que foram as mobilizações que, em sua luta contra a burocracia, acabaram derrubando o que restava dos estados operários. Algo assim como jogar a criança junto com a água suja da bacia. Mas isso não foi assim. Podia haver sido, essa possibilidade esteve colocada na Polônia no início dos anos 80, mas nesse último processo não foi assim.

Se observamos os acontecimentos do ponto de vista histórico, podemos ver que durante várias décadas houve inúmeras tentativas de expulsar a burocracia. Essas tentativas foram derrotadas, a burocracia não foi expulsa do poder e acabou por restaurar o capitalismo. Esse fato, sem dúvida alguma, foi sumamente negativo. É, em si mesmo, a máxima expressão da crise de direção revolucionária. Se a história tivesse parado ali, hoje estaríamos possivelmente diante de uma das maiores derrotas da história do proletariado mundial. Mas a história não parou ali. Depois que a burguesia retomou o poder, as massas foram às ruas e derrubaram seus agentes e, junto com eles, os regimes ditatoriais, stalinistas, de partido único, e isso é claramente positivo.

Se pretendemos localizar um ponto de partida desse movimento, vamos encontrá-lo nos distúrbios nacionalistas que ocorrem no Cazaquistão, em dezembro de 1986, ou seja, quase dois anos depois que o “renovador” Gorbachov chegou à secretaria geral do PCUS e quase um ano depois que a Perestroika começou a ser aplicada. A localização desses fatos no tempo tem, como veremos mais adiante, uma grande importância.

A derrubada do aparato stalinista é uma imensa vitória da classe operária mundial, tão ou maior que a derrota do fascismo durante a Segunda Guerra Mundial. A falta de uma direção revolucionária fez com que a derrubada dos

regimes stalinistas desse lugar a regimes democrático-burgueses e não a novas ditaduras revolucionárias do proletariado, mas esse fato não nos pode levar a dizer que por isso estamos frente a uma derrota. Pelo contrário, a existência dos novos regimes democrático-burgueses é a expressão de uma vitória distorcida das massas. Mas por que normalmente, dentro do trotskismo principista, se opina o contrário? Porque se parte da falsa idéia de que as massas derrubaram uma ditadura burocrática do proletariado e colocaram em seu lugar um regime democrático-burguês, e isso não é assim. As massas derrubaram ditaduras burguesas e isso foi uma vitória colossal. Mas, por falta de uma direção revolucionária, a burguesia e seus agentes acabaram impondo regimes democrático-burgueses.

Por isso, foram revoluções políticas triunfantes, o que Trotsky não havia previsto para o estado operário, porque esses estados já não existiam, e sim revoluções similares (não na forma, mas no conteúdo) às que ocorreram na América Latina na década de 80. São revoluções políticas e não sociais porque os estados não mudaram seu caráter de classe. Eram burgueses e continuaram sendo burgueses. Mas eram ditaduras, nas quais os trabalhadores não tinham qualquer liberdade e agora são regimes democrático-burgueses nos quais os trabalhadores conquistaram algumas liberdades.

Essas questões ficaram bastante confusas porque a restauração do capitalismo e a queda dos regimes stalinistas foram seguidas por uma brutal campanha ideológica do imperialismo e, durante a maior parte da década de 90, um importante refluxo. Mas esta situação está mudando e isso recoloca o debate em um novo patamar.

Nos últimos dois ou três anos, as massas do Leste europeu estão voltando a entrar em cena e não o fazem a partir das derrotas do período anterior, e sim das vitórias. São as importantes mobilizações da Alemanha, que unem os operários dos dois setores; são as mobilizações dos mineiros polacos, que se apoiam nas liberdades conquistadas para mobilizar-se e ocupar Varsóvia. São também as mobilizações nos países onde ainda existiam ditaduras capitalistas stalinistas e as massas, apoiando-se nas vitórias dos outros países, foram às ruas para derrubá-las.

A NEP e a restauração

Os meios de difusão mostraram várias vezes as imagens do povo russo nas ruas derrubando as estátuas de Lenin. Dessa forma, tentavam dizer ao mundo que “o socialismo fracassou!”, “os trabalhadores do Leste exigem a volta do capitalismo!”

Esta idéia varreu o mundo e atingiu em cheio a esquerda, não só a esquerda reformista, mas também a revolucionária. Dentro do trotskismo, muitas organizações chegaram à conclusão de que Trotsky estava completamente equivocada. Que há muitos anos o que havia na URSS não era um estado operário burocratizado. Que os operários não tinham nada a defender nesse estado e por isso saíam às ruas para exigir a volta do capitalismo.

É verdade que houve muita confusão e, pior, parcelas importantes da população que queriam voltar ao capitalismo, mas não é verdade que a maioria dos trabalhadores queria isso, e essa verdade pode ser demonstrada com um exemplo simples. Se as massas quisessem a volta da economia de mercado, a burocracia, que encabeçou o processo de restauração, teria dito e insistido que

não havia coisa melhor que o capitalismo. Mas não foi esse o seu discurso. Foi justamente o contrário. A burocracia restaurou o capitalismo com um discurso anticapitalista, a favor dos trabalhadores e do socialismo. Gorbachov dizia: nosso objetivo é fortalecer o socialismo e não substituí-lo por um sistema diferente. O que o Ocidente nos oferece em termos de economia é inaceitável para nós...¹.

A grande mentira do imperialismo, de que a maioria dos trabalhadores queria a volta do capitalismo, fica escancarada quando se observa as pesquisas de opinião. Em 1990, um jornal russo² perguntou à população: O que você acha da economia de transição à economia de mercado proposta pelo governo? A resposta foi: 14% a favor, 51% contra e 35% não souberam opinar. Com relação às famosas estátuas de Lenin, que haviam sido derrubadas pela população, não é preciso fazer pesquisas para demonstrar que tudo não passou de uma mentira muito mal contada. Basta visitar a Rússia para deparar-se com inúmeras estátuas de Lenin por todas as lados. É certo que várias foram retiradas, quase todas durante a noite, mas não pela população, e sim pela própria burocracia governante. Por outro lado, todas as pesquisas de opinião indicam, até hoje, que Lenin continua sendo reivindicado, com veneração, pela maioria da população.

Mas, apesar de que a população não queria a volta capitalismo, tampouco queria a continuidade do regime ditatorial do PCUS e existem pesquisas que mostram isso com muita clareza. Em 1990, perguntou-se à população: Que interesses representa a política do PCUS?, e 85% das pessoas respondeu: Os interesses do aparato do partido; 11% disse: Os membros do próprio PCUS e apenas 2% respondeu: A classe operária³.

A oposição da população à restauração do capitalismo, por um lado, e o repúdio à burocracia, por outro, deram as bases para a política enganosa e demagógica da burocracia restauracionista.

Nahuel Moreno havia previsto esta manobra da burocracia restauracionista em seu livro *Ditadura Revolucionária do Proletariado*. Ele dizia: A burguesia restauracionista jamais vai propor que as fábricas sejam devolvidas a seus antigos donos... Porque essa burguesia restauracionista não será a velha burguesia, mas a ampla maioria dos tecnocratas, a burocracia, a aristocracia operária e koljoziana. Esses setores aspirantes a burgueses vão propor, muito provavelmente, que as fábricas deixem de ser propriedade do “estado totalitário” e “passem para as mãos dos operários” como propriedade de cooperativas de trabalhadores.” Foi exatamente o que ocorreu. Na Polônia, por exemplo, durante vários anos a privatização das empresas estatais foi feita praticamente com as mesmas palavras que Moreno havia previsto. A palavra de ordem foi “as fábricas para os trabalhadores”.

Mas as mentiras da burocracia não se limitaram a isso. Os discursos e textos de Gorbachov sempre faziam referência a Lenin. Ele dizia que o líder da Revolução de Outubro era a fonte ideológica da Perestroika⁴. Quando perguntaram ao cérebro da Perestroika, Alexandr Yákovlev, por que Lenin era tão citado, ele não teve o menor pudor em responder que “se hoje em dia continuamos citar Lenin é para ter uma certa credibilidade diante da opinião pública”.⁵

Com esse mesmo tipo de manobra, quando a burocracia restauracionista não pôde esconder mais suas relações íntimas com o capitalismo, seu novo argumento foi que não estavam marchando rumo à restauração, e sim que



apenas estavam fazendo algumas concessões ao capitalismo, similares às que Lenin havia feito a partir de 1921 com a NEP (Nova Política Econômica).

Na verdade, a burocracia soviética não estava inventando nada. A partir de 1978, a burocracia chinesa havia iniciado a restauração do capitalismo em seu país com esse mesmo discurso. Esse argumento (que atualmente também é usado por Fidel Castro) serviu de desculpa para a esquerda reformista para justificar todas as medidas tomadas pelas burocracias restauracionistas.

Dentro do trotskismo, esse argumento provocou uma enorme confusão. Enquanto Gorbachov dizia que estava fazendo as mesmas concessões que Lenin havia feito em 1921, Mandel quis ser “mais realista que o rei” e afirmou que as medidas tomadas por Gorbachov terão menos importância que a Nova Política Econômica (NEP) sob o governo de Lenin e não levará à restauração do capitalismo...”⁶ Esse hábil argumento, do qual se valeu a burocracia para restaurar o capitalismo, chegou a confundir não só os setores revisionistas do trotskismo, mas também os principistas.

Em 1986 se perguntou a Nahuel Moreno: Pode-se comparar o atual giro chinês à NEP?, ao que ele respondeu: Sim, mas uma NEP com concessões muito mais graves e sem o controle democrático do movimento operário que existia na União Soviética com Lenin e Trotsky... No caso da China, é uma NEP dirigida por Bujarin, ou seja, pela ala direita do Partido Bolchevique.⁷

O caráter social do estado chinês é uma questão sumamente polêmica, mas para nós, que consideramos que na China, há muito tempo, já não existe um estado operário burocratizado, fica evidente que Moreno cometeu um erro. O que ocorria na China em 1986 não tinha nada a ver com a NEP, nem de esquerda, nem de direita. Para entender isso é preciso ver que foi na China, e não na URSS, onde se iniciou a restauração do capitalismo. O salto qualitativo ocorrido na URSS a partir do Congresso do PCUS de fevereiro-março de 1986 ocorreu na China em dezembro de 1978, no Terceiro Plenário do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês. Foi depois dessa reunião que entram em prática as Quatro Modernizações, algo assim como uma Perestroika antecipada. A partir de 1978, na China, não estavam sendo feitas concessões ao capitalismo; pelo contrário, ele estava sendo restaurado, o que é bem diferente.

A NEP de Lenin e Trotsky significou uma enorme concessão ao capitalismo. Para se ter uma idéia, já no primeiro período da NEP, 38% de todos os meios de produção ficaram em mãos privadas, e no campo essa porcentagem chegou a 96%, mas essas concessões ao capitalismo, apesar de encerrarem muitos perigos, tinham como objetivo aumentar a produção e fortalecer o Estado operário. Tanto Lenin como Trotsky eram conscientes desses perigos: “sabíamos de antemão, e nunca escondemos, que os processos econômicos que se desenvolvem em nosso país têm essas contradições porque significam a luta entre dois sistemas – socialismo e capitalismo – que se excluem mutuamente”.⁸ Sobre esse tema, Lenin se perguntava: Quem vencerá?, mas o estado operário, que fazia essas concessões ao capitalismo, não era neutro nessa luta que se travava em seu interior e muito menos se colocava ao lado do capitalismo. Por isso, essas concessões tiveram limites claros. Por exemplo, nunca afetaram o monopólio do comércio exterior e o controle dos bancos por parte do Estado: O comércio exterior está completamente socializado e seu monopólio pelo Estado é um

princípio inviolável de nossa economia política. Os bancos e, em geral, todo o sistema de crédito está 100% socializado.⁹

As “concessões” feitas pelos estados dirigidos por uma burocracia restauracionista não têm nada a ver com isso. Tinham o objetivo de desmontar o estado operário, por isso, rapidamente liquidaram com o monopólio do comércio exterior, com a economia planificada e as empresas estatais. Daí que o argumento de todos os restauracionistas de que estariam fazendo o mesmo que Lenin, com a NEP, não passa de uma enorme mentira, dirigida a uma população que queria superar as penúrias econômicas, mas não a volta do capitalismo.■

1 Idem p. 96 e 97.

2 Novidades de Moscou, 8 de julho de 1990.

3 Novidades de Moscou, 18 de junho de 1990.

4 M. Gorbachov, “Perestroika, novas idéias para meu país e o mundo”, Best Seller, São Paulo, p. 25.

5 Alexandr Yákovlev, O que queremos fazer com a União Soviética, Alianza Editorial, Madri, 1991, p. 97.

6 Ernest Mandel, Aonde vai a URSS de Gorbachov?, Fontamara, México, 1991, p. 105.

7 Nahuel Moreno, Conversando com Nahuel Moreno, Antídoto, Buenos Aires, 1986, p. 88.

8 Leon Trotsky, Aonde vai a Rússia, p. 33.

9 Idem, p. 69.



A restauração foi pacífica ?

Trotsky afirmava que a restauração do capitalismo só poderia ocorrer de forma sangrenta; pensar em uma via pacífica para a restauração seria uma espécie de “reformismo ao contrário”.

No entanto, na ex-URSS a burguesia retomou o poder e iniciou a restauração do capitalismo sem derramar uma única gota de sangue. Isso, que foi denominado “restauração pacífica do capitalismo”, significou um grande fator de confusão no interior do movimento trotskista. Por um lado, estavam aqueles que se aferravam de forma quase religiosa aos prognósticos de Trotsky e diziam (dizem até hoje) que não houve violência contra-revolucionária e, portanto, não se restaurou o capitalismo na ex-URSS. Por outro lado estavam os que diziam que houve restauração, e isso mostra o fracasso do programa trotskista.

É preciso fazer uma discussão específica sobre esse tema, em relação ao conjunto dos ex-estados operários onde o capitalismo foi restaurado. Mas é verdade que a restauração do capitalismo na ex-URSS foi feita sem violência contra-revolucionária? Não, não é verdade. A restauração do capitalismo na Rússia não pode ser vista como um fato conjuntural; ela foi parte de um processo histórico.

A luta do capitalismo mundial em prol da restauração começou no dia seguinte à tomada do poder pela classe operária, em outubro de 1917. Primeiro, foi por meios políticos e, depois, pela via militar. A burguesia russa, afastada do poder, desatou uma guerra civil que contou com o apoio político e militar da maioria das grandes potências do mundo.

A burguesia, com a guerra civil, não conseguiu restaurar o capitalismo, mas deixou a economia e a classe operária semidestruídas, assim como o partido bolchevique, já que a maioria de seus quadros morreu nos campos de batalha. Junto com o retrocesso da revolução mundial, isso abriu caminho para o surgimento do stalinismo, que se apoderou do poder e, com sua política de colaboração com a burguesia, promoveu um massacre ainda maior do que o que ocorreu durante a guerra civil.

Stalin prestou enormes favores à burguesia., mas ela achou pouco. Até que os direitos do capital não fossem restabelecidos na URSS, a burguesia continuou achando que esse estado era um inimigo irreconciliável. Por isso, Hitler invadiu a URSS e, depois da Segunda Guerra Mundial, os aliados pensaram em fazer o mesmo.

É certo que Hitler foi derrotado e os aliados não conseguiram invadir a URSS por temor à reação que isso provocaria, em primeiro lugar, entre seus próprios soldados, mas também é certo que o prestígio conquistado pelos trabalhadores e o povo russo em sua luta vitoriosa contra o nazismo foi capitalizado por Stalin, que usou esse prestígio contra os próprios trabalhadores. Dessa forma foram sendo criadas as condições para uma restauração “pacífica”, que custou a vida de mais de 50 milhões de pessoas.

A questão da violência na hora de tomar o poder

De qualquer forma, mesmo que se entenda esse processo do ponto de vista histórico, ainda fica uma dúvida: por que a burguesia, no momento concreto em que retomou o poder, não precisou apelar para a violência contra-revolucionária? Por que, em fevereiro/março de 1986, se passou de forma “pacífica” de um estado operário burocratizado para um estado burguês?

Sobre o tema da restauração, Moreno dizia, referindo-se à China: O perigo de retorno (ao capitalismo) existe, mas só pode ocorrer mediante um processo político: uma contra-revolução que devolva o poder à burguesia e ao imperialismo.

O exemplo recente do Cone Sul latino-americano é muito ilustrativo... Em 1976, para poder impor o plano Martínez de Hoz, a burguesia argentina teve de recorrer a um golpe de Estado e uma ditadura que massacrasse a vanguarda do movimento de massas.

A passagem do poder de uma classe a outra requer comoções desse tipo, mas em escala incomparavelmente maior. A introdução de elementos capitalistas na China gera uma dinâmica contra-revolucionária, mas a burguesia só poderá voltar ao poder mediante uma contra-revolução armada que derrote o movimento de massas.¹

Possivelmente, foi esse tipo de raciocínio o que mais contribuiu para nos impedir de ver, a partir de 1978, que a burguesia havia retomado o poder na China e iniciado a restauração do capitalismo nesse país. Foi também esse tipo de raciocínio que nos impediu de ver, a partir de fevereiro-março de 1986, que também a burguesia havia retomado o poder na ex-URSS e iniciado a restauração do capitalismo.

Como na China, nem antes nem depois de dezembro 1978, ou na Rússia, nem antes nem depois de fevereiro/março de 1986 existiu uma repressão generalizada, chegamos à conclusão de que não estava ocorrendo nenhuma mudança qualitativa. Dessa forma, as mudanças políticas e econômicas, que sim identificamos, foram vistas por nós como tentativas modernizadoras da burocracia, ou como uma nova NEP.

Moreno dizia em 1986 algo que nesse momento parecia inquestionável para todos os que seguiam as idéias de Trotsky: se para retroceder no regime (de uma democracia burguesa para uma ditadura) foi necessária uma grande repressão, para retroceder no estado (de um estado operário burocratizado para um estado burguês) essa repressão tinha que ser qualitativamente maior.

No entanto, é preciso tirar todas as conclusões do que dissemos anteriormente: a restauração do capitalismo é um fato inédito e, assim, quando ela ocorreu pudemos comprovar que as previsões de Trotsky, no essencial, foram confirmadas na realidade, mas essa mesma realidade se mostrou mais rica que seus prognósticos. Trotsky previu, corretamente, que se a burocracia se mantinha no poder, a restauração do capitalismo era inevitável; que havia dois possíveis caminhos para a restauração: pela via de um partido contra-revolucionário, ou pela via da própria burocracia. Finalmente, previu que não poderia haver restauração pacífica do capitalismo.

Mas Trotsky fez duas previsões diferentes e contraditórias entre si no que se refere à concretização da restauração pelas mãos da burocracia, e esta ques-



tão hoje assume uma importância especial porque foi a burocracia, e não qualquer partido contra-revolucionário burguês que restaurou o capitalismo.

Em *A Revolução Traída* afirma: A burocracia soviética expropriou politicamente o proletariado. Os meios de produção pertencem ao Estado. O Estado “pertence”, de certo modo, à burocracia. Se essas relações completamente novas se estabilizarem, se legalizarem, se tornarem normais, sem resistência ou contra a resistência dos trabalhadores, acabarão por liquidar completamente as conquistas da revolução proletária.²

Dessa forma, Trotsky levantou a hipótese de que a burocracia restaurasse o capitalismo sem resistência dos trabalhadores, que foi o que ocorreu. Mas em escritos posteriores, ele deixa de lado esse prognóstico. Em uma polêmica com Iván Craipeau³, este afirma que ... o camarada Trotsky vislumbra (para o futuro) a possibilidade de transição do Estado operário para o Estado capitalista sem intervenção militar⁴, e Trotsky responde: Sem guerra civil vitoriosa, a burocracia não pode dar origem a uma nova classe dominante. Esta sempre foi e continua sendo minha convicção.⁵

A realidade mostrou que nisto Trotsky se equivocou, mas suas elaborações sobre a degeneração do estado operário foram tão geniais que este erro de prognóstico só se pode entender a partir dessas próprias elaborações.

Trotsky, em várias oportunidades ⁶ disse que apesar das diferenças do ponto de vista de classe, havia uma similaridade muito grande entre o fascismo e o stalinismo. A diferença estava em que a burocracia fascista e a burocracia stalinista estavam à frente de estados que tinham uma origem completamente diferente. Os estados fascistas (Alemanha e Itália) eram produto do triunfo da contra-revolução e o estado operário era produto da revolução. Mas nessas duas experiências, fascismo e stalinismo, havia uma importante similitude: à frente de ambas estava uma burocracia que se elevava por cima da sociedade e tinha um poder ditatorial sobre o conjunto das instituições e as massas. Em outras palavras, os estados fascistas e stalinistas, sendo diferentes do ponto de vista de classe, tinham regimes similares. Trotsky deu muita importância a esta comparação. Polemizando com os que achavam que a URSS não era mais um estado operário, dizia que eles não entendiam que a URSS, despojada de seu caráter de classe, não passava de um estado fascista.

Trotsky exagerou ao fazer essa comparação? Cremos que não, porque se algo caracteriza o fascismo é que aplica métodos de guerra civil contra os trabalhadores e o povo (especialmente contra sua vanguarda mais esclarecida). Nesse sentido, os números indicam que o stalinismo não só foi igual ao fascismo mas possivelmente, nesse terreno, foi pior. Pelo menos quando se compara com o fascismo italiano.

Sobre essa questão há um segundo problema de grande importância. Quanto tempo durou o regime stalinista (ou seja, fascista) na ex-URSS? Há uma diferença entre os marxistas ocidentais e os marxistas da ex-URSS. No ocidente falamos de “stalinismo” para nos referir ao regime que se inaugura com Stalin e culmina com a queda do PCUS no início dos anos 90. Na ex-URSS se referem como stalinismo ao período que vai da subida de Stalin ao poder até sua morte ou até o XX Congresso do PCUS.⁷

Creemos que é mais correto o critério usado pelos marxistas ocidentais, porque o “stalinismo” não é apenas um tipo de governo, mas também de regime. Assim, é correto dizer que o stalinismo, como tipo de governo, acaba no XX Congresso do PCUS, mas como regime (de partido único) se mantém até o início dos anos 90.

Este debate é importante para determinar o caráter do regime que existia na ex-URSS quando se restaurou o capitalismo. Em base a essa elaboração de Trotsky fica mais fácil entender porque se faz a restauração de forma “pacífica” na ex-URSS. A burocracia, para fazer a restauração, não precisou dar um golpe como o de Videla na Argentina, porque tinha nas mãos algo muito melhor: um regime similar ao fascista, que esmagou a classe operária por décadas.

Confirmando o paralelo que Trotsky fazia entre fascismo e stalinismo é preciso ver que o fascismo só pôde ser derrotado por meio de uma mobilização e uma guerra mundial. Por sua vez, o stalinismo, que conseguiu esmagar todas as revoluções que o enfrentaram (Alemanha Oriental, Hungria, Checoslováquia e Polônia) só pôde ser derrotado por meio de uma experiência inédita na luta de classes mundial: uma revolução, de caráter internacional, que abarcou os principais países da Europa do Leste e contou com a simpatia da maioria das massas no mundo inteiro.

No início dissemos que a restauração era um fato inédito e por isso precisa ser estudada. Ela trouxe novos problemas teóricos e programáticos. Um deles é o que acabamos de desenvolver. A realidade nos mostrou, contra todas as nossas previsões, que foi mais fácil mudar o caráter de um estado (de operário para capitalista) que um regime (de fascista ou semifascista para democrático-burguês).■

1 Conversando com Nahuel Moreno, Antídoto, Bs As, 1986, p. 86 e 87.

2 Leon Trotsky, A Revolução Traída, Fontamara, Barcelona, p. 235.

3 Ivan Craipeau (1911-2001) foi um trotskista francês que polemizou longamente com Trotsky sobre o caráter social da URSS e da burocracia. Ele discordava de Trotsky quando este afirmava que a URSS continuava sendo um estado operário e que a burocracia não era uma classe social. Craipeau rompeu com o movimento trotskista em 1948.

4 Trotsky, Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa, in Em defesa do marxismo, Proposta, SP, p. 218.

5 Idem.

6 Ver Em defesa do marxismo.

7 Stalin morreu em 1953. Em 1956 realizou-se o XX Congresso do PCUS, no qual Nikita Kruschev, seu secretário geral, apresentou seu “Informe Secreto”, denunciando os crimes de Stalin.



Meio século de vitórias táticas e derrotas estratégicas

Como explicar que quando, nos anos 93, 94 e 95, todos os dados da realidade indicavam que a restauração havia se consumado, nas fileiras do movimento trotskista se continuava afirmando que o capitalismo não havia sido restaurado? Pior ainda: como explicar que no interior do movimento trotskista até hoje continue existindo correntes que dizem que a ex-URSS ainda é um estado operário?

Seria em vão tentar encontrar uma resposta objetiva. É necessário entender que a mais objetiva das análises sempre terá uma carga de subjetividade, e é evidente que fica difícil para os trotskistas serem objetivos ao analisar os ex-Estados operários, em especial a ex-URSS.

O stalinismo sempre se apresentou como o grande defensor da URSS e os trotskistas como contra-revolucionários, inimigos do Estado operário, agentes da CIA etc. Mas a realidade foi muito diferente. Enquanto os stalinistas destruíam os estados operários, os trotskistas deram a vida em defesa da URSS e colocaram todas as suas esperanças em sua regeneração revolucionária, e por isso não foi fácil para nós, trotskistas, aceitar que nada mais sobrava das conquistas da Revolução de Outubro.

Mas esse aspecto, digamos, emocional também foi alimentado por uma compreensão parcialmente equivocada dos acontecimentos da luta de classes na segunda metade do século XX. Junto com Nahuel Moreno, dissemos várias vezes que vivemos “Trinta anos de grandes vitórias revolucionárias”¹ já que a partir de 1943, com a derrota do nazismo em Stalingrado nos encontramos com o maior ascenso revolucionário já conhecido², e que em linhas gerais, o único que triunfa, que sobrevive, são grandes vitórias revolucionárias.³ Junto com isso, dissemos que os estados operários que existiam nesse momento, ainda que burocratizados, eram vitórias colossais do movimento operário e de massas em âmbito mundial.⁴ Como explicar, então, que numa etapa onde o único que triunfa e sobrevive são as grandes vitórias revolucionárias, essas colossais vitórias do movimento operário e de massas se percam?

Essa contradição, de forma inconsciente, tentamos superar buscando acomodar a realidade a nossos esquemas de análises. Assim, afirmamos durante vários anos que não havia restauração, que era uma nova NEP ou que a restauração estava “empantanada” (num pântano). Mas houve realmente uma grave contradição entre o que ocorreu na segunda metade do século XX e a restauração do capitalismo? Não, não houve. A contradição não estava na realidade, e sim em nossas análises.

Acertamos ao dizer que na etapa aberta em 1943 ocorria o maior ascenso revolucionário da história. Só este colossal ascenso pode explicar que um terço da humanidade haja expropriado a burguesia. Também acertamos ao afirmar que esses estados burocratizados eram uma vitória colossal da classe operária mundial. Mas nos equivocamos ao dizer que praticamente o único que triunfava e sobrevivia eram as vitórias revolucionárias. A realidade nos mostrou o

1 Nahuel Moreno, Atualização do Programa de Transição. CS Editora, São Paulo, p. 26.

2 Idem, p. 11.

3 Intervenção de Nahuel Moreno no Congresso Mundial da LIT de 1985. Correio Internacional 53, março de 1991.

4 Nahuel Moreno, Atualização do Programa de Transição. CS Editora, São Paulo, p. 29.

contrário. Olhando o mundo na perspectiva da revolução socialista internacional (que é como todo marxista deve fazer) a partir de 1943 é verdade que se alcançam grandes vitórias revolucionárias, mas estas tiveram um caráter tático, enquanto que as derrotas, que foram muitas, tiveram um caráter estratégico. Olhando o mundo dessa maneira, não há nada de contraditório no fato de que, dentro dessa etapa de grande ascenso, tenha ocorrido a restauração do capitalismo na ex-URSS e nos outros estados operários.

Essa etapa da luta de classes teve início com uma grande vitória: a derrota do nazismo em Stalingrado em 1943. Mas também teve início com uma grande derrota, esta de caráter estratégico: a dissolução, nesse mesmo ano, da III Internacional, com a qual se deu um golpe mortal no internacionalismo proletário que, apesar da burocratização da III, ainda sobrevivia na consciência da classe operária mundial.

Depois da Segunda Guerra Mundial ocorrem importantes triunfos revolucionários. Entre eles, a expropriação do capitalismo no Leste europeu, no Vietnã, na Coréia e na China, o país mais povoado do planeta. No entanto, graças ao papel de suas direções, esses triunfos, ao contrário da Revolução Russa, não se transformaram em alavancas da revolução mundial. Foram, por isso, tal como disse Nahuel Moreno, vitórias de caráter tático: a expropriação da burguesia e dos latifundiários nacionais é uma questão tática para a ditadura revolucionária do proletariado.⁵

Mas também nesse período ocorre uma importante derrota. Stalin faz um acordo com o imperialismo para dividir o mundo em áreas de influência, e partir daí entrega à burguesia o poder nos países centrais: Itália, Grécia e França. Neste último (onde Marx havia previsto que começaria a revolução socialista) os operários, dirigidos pelo Partido Comunista, haviam encabeçado a resistência à ocupação nazi e, depois que o nazismo foi derrotado, Stalin os obrigou a entregar suas armas à burguesia e assim se perdeu a oportunidade de que a revolução socialista chegasse ao centro do imperialismo e da classe operária mundial. Como resultado dessa política, a classe operária europeia entrou em um profundo refluxo. Foi, sem dúvida, uma derrota estratégica.

Trotsky chegou à conclusão de que era necessário fazer uma nova revolução na URSS, de caráter político e não social, para expulsar a burocracia do poder. Esse processo começou em 1953, na Alemanha Oriental, com as greves dos operários de Berlim, depois continuou na Hungria, Polônia, Checoslováquia e novamente Polônia. Foi uma série de batalhas estratégicas nas quais estava em jogo a direção da classe operária mundial e, a partir daí, a batalha final contra o imperialismo. Foram, nesse sentido, as mais estratégicas de todas as batalhas, mas terminaram em profundas derrotas e, dessa forma, deixaram prostrados a classe operária e os povos desses países.

Finalmente, é necessário recordar que nessa etapa ocorre a destruição da IV Internacional. Para muitos, esse pode parecer um fato de menor importância, mas não é. A fundação da IV Internacional foi a mais importante de todas as tarefas de Trotsky. A sua destruição, portanto, não pode ser considerada uma questão menor e isso se expressou, tragicamente, nos últimos acontecimentos do Leste europeu. Quando as massas dos ex-Estados operários se levantaram e derrubaram as burocracias restauracionistas, não tiveram nenhuma opção revo-

5 Idem, p. 6.



lucionária pela frente. Esse era o papel reservado à IV Internacional, mas esta, infelizmente, estava destruída.

Dizer que a etapa de maior ascenso da história foi também uma etapa de derrotas estratégicas pode parecer, hoje, uma novidade, mas na verdade este é um conceito que Moreno, baseando-se nas elaborações de Trotsky, desenvolveu com bastante profundidade.

A partir da primeira guerra imperialista, ao iniciar a época de crise definitiva do imperialismo e do capitalismo, a época da revolução socialista, mudam as relações causais dos acontecimentos históricos. Em relação às grandes épocas históricas e ao funcionamento normal das sociedades, o marxismo sustentou que o fio de continuidade que explica todos os fenômenos são os processos econômicos. Mas, em uma época revolucionária e de crise, essa lei tem uma refração particular, que inverte as relações causais, transformando o mais subjetivo dos fatores – a direção revolucionária – na causa fundamental de todos os outros fenômenos, inclusive os econômicos... uma consequência histórica fundamental dessa inversão na linha causal dos acontecimentos históricos vai se refletir na dialética das vitórias e derrotas do proletariado mundial. Podemos formular esta lei da seguinte maneira: enquanto o proletariado não superar sua crise de direção revolucionária, não conseguirá derrotar o imperialismo mundial e, como consequência, todas as suas lutas estarão repletas de triunfos que nos levarão inevitavelmente a derrotas catastróficas. Enquanto os aparatos contra-revolucionários continuarem controlando o movimento de massas, toda vitória revolucionária se transformará inevitavelmente em derrota.⁶

Analisando a segunda metade do século XX com esta visão de Moreno (e não a anterior, à que já nos referimos) tudo fica mais claro, inclusive a restauração do capitalismo. A partir de 1943 ocorrem grandes triunfos revolucionários, mas se mantém e se aprofunda a crise de direção revolucionária e isto levou, em várias oportunidades, às derrotas catastróficas mencionadas por Moreno (que agora estamos denominando derrotas estratégicas) e foram justamente essas derrotas que criaram as condições para a restauração do capitalismo.

A expropriação do capitalismo em um terço da humanidade fortaleceu os estados operários, mas só em um sentido conjuntural, porque esses estados não foram postos a serviço da revolução socialista mundial. Por outro lado, o acordo contra-revolucionário de Stalin com o imperialismo mundial e especialmente a entrega do poder nos países centrais deixaram esses estados operários isolados, e já na década de 60 entraram em um declínio econômico permanente. Os estados do Leste, frente à sua crise, tinham duas alternativas: retomavam o caminho da Revolução Russa, ou seja, o caminho da revolução mundial, ou se orientavam em direção à restauração. O primeiro caminho só poderia ocorrer se passasse por cima do cadáver da burocracia. Essa possibilidade esteve presente nas revoluções da Alemanha Oriental, Hungria, Polônia e Checoslováquia. Mas essas revoluções foram esmagadas pela burocracia e isso preparou o caminho para a restauração capitalista. ■

6 Nahuel Moreno, Atualização do Programa de Transição, Editora CS, São Paulo, pp. 11, 12, 13.

O veredicto da história

Muitos “trotskistas”, depois da restauração do capitalismo na ex-URSS, abandonaram o movimento com o argumento de que Trotsky havia se equivocado. As velhas e novas gerações de marxistas devem reler a obra de Trotsky, em especial *A Revolução Traída*, e depois fazer sua própria avaliação para ver se Trotsky se equivocou ou, pelo contrário, como opinamos nós, nessa questão, ele não só foi brilhante, como genial.

Fica difícil dar um marco aos fatos atuais se não os localizamos a partir da polêmica que começou em 1924 entre Trotsky e Stalin. Depois da morte de Lenin, no outono de 1924, Stalin começou a falar em socialismo num só país. Hoje, esse tipo de teoria não surpreenderia ninguém, porque a maioria da esquerda defende alguma variante de “socialismo nacional”. No entanto, nesse momento a teoria de Stalin significou uma lamentável novidade para o conjunto do marxismo, que só concebia o socialismo do ponto de vista internacional.

Trotsky, armado com a Teoria da Revolução Permanente, combateu desde o primeiro momento as idéias de Stalin e, por isso, foi acusado de agente do imperialismo, de não confiar na revolução, de não confiar na classe operária, nos camponeses etc.

Evidentemente, Trotsky nunca disse que a revolução não podia triunfar em âmbito nacional (entre outras coisas porque ele havia sido um dos máximos dirigentes da revolução russa). O que ele defendia era que um país atrasado, como a Rússia, não podia chegar ao socialismo de forma isolada, o que é uma coisa bem diferente.

Stalin, pelo contrário, não só defendia que a URSS, de forma isolada, poderia chegar ao socialismo, como achava que ela já era socialista. Dessa forma, a teoria de Stalin não serviu apenas para justificar a política de coexistência pacífica com o imperialismo, como também para criar uma enorme confusão na cabeça da esquerda e do proletariado mundial sobre os objetivos de nossa luta, confusão que se mantém até hoje, inclusive nas fileiras do trotskismo.

Stalin vulgarizou o ideal socialista. Até Stalin, para todo o marxismo, o socialismo era sinônimo de um regime superior ao capitalismo em todos os terrenos. A partir de Stalin, o socialismo começou a ser identificado com a socialização da miséria.

O socialismo era entendido por Marx como a primeira fase do comunismo. Aquela em que ainda os trabalhadores não podem receber os produtos de acordo com sua necessidade, nem podem trabalhar de acordo com sua capacidade, mas que era superior ao capitalismo em todos os terrenos.

O governo de Stalin dizia: Não nos encontramos ainda, naturalmente, no comunismo completo, mas já realizamos o socialismo, ou seja, o estágio inferior do comunismo.¹ Coerente com sua idéia de que o socialismo seria uma fase superior ao capitalismo, Marx não esperava que a primeira revolução triunfasse na atrasada Rússia, e sim na avançada França, mas a história nos pregou uma peça. O desenvolvimento desigual da economia mundial fez com que os países atrasados não pudessem se desenvolver mais sobre bases capitalistas. Um des-



ses países era a Rússia, onde triunfou a primeira revolução socialista e este fato não previsto por Marx estabeleceu uma enorme distância entre a vitória da revolução socialista e o socialismo.

Para que a Rússia chegasse ao socialismo necessitava alcançar e ultrapassar as maiores potências imperialistas. Para Trotsky, isto era impossível pela simples razão de que o mundo continuava sendo dominado pelo imperialismo. Dessa forma, a batalha pelo socialismo na URSS não dependia apenas da arena nacional, mas sobretudo da internacional. Por isso, considerava a teoria de Stalin do socialismo num só país como uma utopia reacionária.

Mas o mais importante a ressaltar para entender a genialidade de Trotsky é que o livro *A Revolução Traída* foi escrito em 1936, num momento em que todos os dados da realidade pareciam dar razão a Stalin e não a Trotsky.

Nesses anos, o desenvolvimento da União Soviética, dirigida por Stalin, era impressionante. Trotsky fala sobre isso em *A Revolução Traída*: Nos últimos dez anos (1925-1935) a indústria pesada soviética aumentou sua produção dez vezes... Durante os três últimos anos, a produção metalúrgica cresceu duas vezes, a de aço e aço laminado cerca de duas vezes e meia. Em 1920, quando se decretou o primeiro plano de eletrificação, o país tinha 10 estações locais com uma potência total de 253.000 kilovates. Em 1935 já havia 95 estações locais, com uma potência total de quatro milhões de kilovates. Em 1925, a URSS ocupava o 11º lugar no mundo em produção de energia elétrica; em 1935, era inferior apenas à Alemanha e Estados Unidos. Na extração de hulha, a URSS passou do 10º ao 4º lugar. Quanto à produção de aço, passou do 6º ao 3º. Na produção de tratores, ocupa o 1º lugar no mundo. O mesmo ocorre com a produção de açúcar.²

Os resultados práticos alcançados na URSS causavam uma imensa comoção em todo o mundo. Os intelectuais cantavam loas ao guia genial dos povos. Os partidos comunistas se massificavam e inclusive muitos dos antigos opositores de Stalin se autocriticavam e se declaravam seus fiéis seguidores. Trotsky deu uma enorme importância a esses números. Os imensos resultados obtidos pela indústria, o início promissor de um florescimento da agricultura, o crescimento extraordinário das velhas cidades industriais, a criação de outras novas, o rápido crescimento do número de operários, a elevação do nível cultural e das necessidades são os resultados indiscutíveis da Revolução de Outubro, na qual os profetas do velho mundo acreditavam ver a tumba da civilização. Já não há necessidade de discutir com os senhores economistas burgueses: o socialismo demonstrou seu direito à vitória, não nas páginas de *O Capital*, mas numa arena econômica que engloba a sexta parte da superfície do globo; não na linguagem da dialética, mas na do ferro, do cimento e da eletricidade. Mesmo no caso de que a URSS, por culpa de seus dirigentes, sucumbisse aos golpes do exterior – coisa que esperamos firmemente não ver – ficaria, como prenda do futuro, o fato indestrutível de que a revolução proletária foi o único que permitiu a um país atrasado obter, em menos de vinte anos, resultados sem precedentes na história.³

Mas Trotsky não se deixou enganar por esses números. Caracterizar o êxito da industrialização só pelos índices quantitativos é o mesmo que querer definir a anatomia de um homem valendo-se unicamente de sua estatura, sem indicar o

diâmetro do peito.⁴ Apesar de seu marasmo e prostração, o capitalismo possui uma enorme superioridade na técnica, na organização e na cultura do trabalho⁵, e agregava: “Os coeficientes dinâmicos da indústria soviética não têm precedentes. Mas não bastarão para resolver o problema nem hoje, nem amanhã. A URSS sobe partindo de um nível espantosamente baixo, enquanto que os países capitalistas, pelo contrário, descem a partir de um nível muito elevado”⁶. Como prova, dava vários exemplos, entre eles, um muito significativo: O consumo de papel é um dos índices culturais mais importantes. Em 1935 eram fabricados na URSS menos de quatro quilos de papel por habitante; nos Estados Unidos, mais de 34 (contra 48 em 1928); na Alemanha mais de 47 quilos.⁷

Depois de expor esses dados, Trotsky dizia: O regime soviético atravessa atualmente uma fase preparatória em que importa, assimila, se apodera das conquistas técnicas e culturais do Ocidente. Os coeficientes relativos à produção e consumo atestam que esta fase preparatória está longe de encerrar-se; mesmo admitindo a hipótese pouco provável de um marasmo completo do capitalismo, esta fase durará ainda todo um período histórico. Essa é a primeira conclusão de extrema importância à que chegamos...⁸. Mas para Trotsky, essa enorme desigualdade entre as grandes potências capitalistas e a URSS, que obrigava a esta a apoderar-se dos avanços daquelas, faria o estado operário pagar um alto preço: Quanto mais tempo a URSS fique cercada de capitalismo, tanto mais profunda será a degeneração dos tecidos sociais. Um isolamento indefinido deve trazer inevitavelmente, não o estabelecimento de um comunismo nacional, mas a restauração do capitalismo.⁹

Por este tipo de declaração, Trotsky foi atacado violentamente. Segundo seus críticos, ele não estaria confiando no socialismo. Esses ataques não passavam de calúnias. Trotsky não confiava na burocracia. Por isso, punha uma condição para a vitória: A classe operária terá, em sua luta pelo socialismo, que expropriar a burocracia, e sobre sua sepultura poderá colocar este epitáfio: “Aqui jaz a teoria do socialismo em só país”.¹⁰ A classe operária russa não conseguiu expropriar a burocracia e, por isso, o que Trotsky anunciava em 1936 como sendo inevitável, se transformou, nos anos 80, em realidade. O capitalismo foi restaurado.

Trotsky, inimigo mortal da burocracia, soube diferenciar entre o estado operário burocratizado e sua direção. Por isso, chamou a fazer uma revolução política para preservar as conquistas de Outubro (a propriedade nacionalizada, a planificação econômica central e o monopólio do comércio exterior) e expulsar a burocracia do poder. Insistiu em que se restaurasse o capitalismo isso provocaria uma queda catastrófica na economia e na cultura¹¹. Este prognóstico de Trotsky se confirmou totalmente e dessa forma desmentiu aos não poucos “trotskistas” que depois da restauração chegaram à conclusão de que os trabalhadores não tinham nada a defender no Estado operário burocratizado. Por responsabilidade direta da burocracia, a classe operária mundial perdeu as últimas conquistas que sobravam da Revolução de Outubro de 1917.

No entanto, é preciso ver que a burocracia soviética pagou um alto preço por sua traição. O aparato stalinista foi ferido de morte. Dessa forma, a classe operária mundial livrou-se do maior obstáculo que tinha para avançar em direção à sua liberação.

Hoje vivemos uma nova etapa de grande ascenso: Iraque, Venezuela, Equador, Bolívia, Palestina e muitos países são prova do que dizemos, e esse novo ascenso não está mais diante da necessidade de enfrentar o poderoso aparato stalinista. Mas não estamos frente a um “caminho de rosas”. Na cabeça dos novos lutadores reina uma enorme confusão e todo tipo de preconceitos que vêm dos processos do Leste, e isso dificulta a tarefa de construir a direção revolucionária. Mas ainda existem novas organizações, com novas direções, que encarnam essas posições e se transformam em importantes obstáculos para que as ações revolucionárias das massas continuem avançando. Poderão as massas vencer esses novos obstáculos? Não sabemos. A história não está escrita de antemão. Há uma batalha em curso e o tema é: quais são as condições em que daremos essa batalha? Essa pergunta precisa ser respondida sem ambigüidade. As condições, sem o aparato stalinista pela frente, são extremamente mais favoráveis para a classe operária e as massas. Então, sem dúvida, temos direito de ser otimistas. ■

1 Citado por Trotsky em A Revolução Traída, Fontamara, Barcelona, 1977, p. 66.

2 Idem, p. 33.

3 Leon Trotsky, A Revolução Traída, Fontamara, Barcelona, pp. 33 e 34.

4 Idem, p. 38.

5 Idem, p. 35.

6 Idem, p. 34.

7 Idem, p. 42.

8 Leon Trotsky, A Revolução Traída, Fontamara, Barcelona, p. 44.

9 Idem, p. 281.

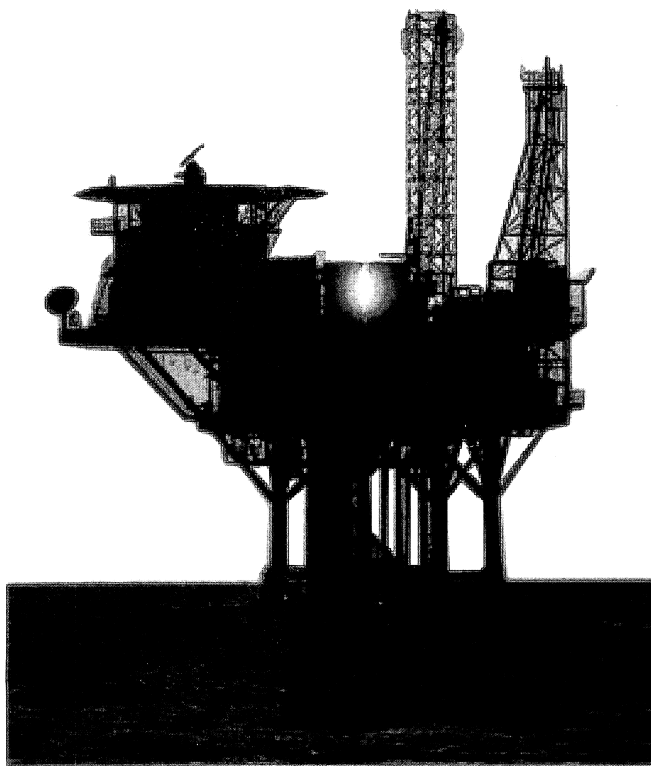
10 Idem.

11 Idem, p. 237.

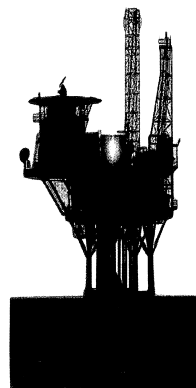


O fim do petróleo?

ALEJANDRO
ITURBE



O plano imperialista de controlar o abastecimento e o mercado mundial de hidrocarbonetos expressa-se em uma política de rapina, guerras e golpes de Estado nos países produtores, dando origem a sérios conflitos políticos e militares, como a guerra do Iraque e os processos revolucionários que agitaram a Bolívia em 2003 e 2005. Em 2002, o preço de um barril de petróleo nos mercados internacionais oscilava em torno de 20 dólares. Hoje está a 60 e a tendência é que continue subindo, com um claro impacto sobre a economia mundial. Geólogos e especialistas debatem quantas reservas restam de petróleo e gás natural no mundo, quantos anos durarão e a necessidade de preparar uma mudança da atual “matriz energética” de produção e consumo. A questão dos hidrocarbonetos está no centro da realidade econômica e política atual e, também, das perspectivas para a humanidade nas próximas décadas. Neste dossiê tentamos apresentar um enfoque marxista sobre o tema.



O “relógio geológico”

Nos últimos anos trava-se um intenso debate entre geólogos e especialistas em hidrocarbonetos sobre a quantidade exata de reservas de petróleo que restam no mundo. É um tema de importância estratégica.

Por um lado, nos últimos 145 anos, desde a invenção de tecnologias para seu aproveitamento como combustível, a humanidade vem construindo uma “matriz energética” de extração, produção e consumo baseada fundamentalmente no petróleo (e, em menor medida, no gás natural) que desalojou a velha matriz do carvão, sobre a qual havia se desenvolvido a primeira revolução industrial.

Por outro lado, o petróleo e o gás natural (isto é, os hidrocarbonetos) são “recursos naturais não renováveis”, resultado de um processo geológico que levou centenas de milhões de anos, dos quais a Terra possui uma quantidade limitada que vai se consumindo. Uma vez esgotadas essas reservas (ou, o que é o mesmo, as possibilidades técnicas de extraí-las), não há formas de substituí-las. A equação básica resume-se em dividir a quantidade total de reservas petrolíferas pelo consumo anual mundial e nos dará a quantidade de anos que restam de petróleo. Depois, simplesmente, passará a ser parte da história.

O debate sobre a quantidade de reservas

O cálculo das reservas tem dividido os especialistas em dois grandes grupos: “pessimistas” e “otimistas”, com um amplo arco de posições intermediárias. Os primeiros, como os argentinos Ricardo De Dicco e José F. Fredda (baseados em estudos da Oil & Gas Journal e da ASPO - Association for the Study of Peak Oil and Gas) e o alemão Heinberg, estimavam as reservas em 1,147 trilhões de barris em 2003¹. Os “otimistas”, como o americano Laherrere e a USGS (United States Geological Survey), calculam, nesse mesmo ano, em quase o dobro: 2,228 trilhões de barris. Entre esses extremos estão os cálculos intermediários como os da World Energy Council ou os da Cambridge Energy Research Associates².

Temos de partir do fato de que “as reservas são a quantidade conhecida de petróleo em jazidas que podem ser exploradas com a tecnologia existente em um prazo previsível e com custos razoáveis para sua comercialização”.³ Em sua estimativa entram quatro fatores: a) quantas reservas de petróleo foram descobertas até hoje; b) quantas reservas mais podem ser descobertas no futuro; c) quanto petróleo se consumiu até hoje, e d) a porcentagem de petróleo total que se pode extrair por jazida, por um lado, e a capacidade de processamento de certos tipos de petróleo, a um “custo comercialmente razoável” (adiante analisaremos com maior profundidade este último aspecto). Até agora, o único ponto em que todos coincidem é que, entre 1860 e 2003, foram extraídos 875 bilhões de barris.

Como se explica cifras tão diferentes nos outros pontos? O cálculo das reservas é extremamente complexo já que combina estimativas e previsões geológicas, considerações técnicas e econômicas, e aplicação de matrizes matemáticas. É lógico, portanto, que haja divergências. Mas, dada a magnitude das mesmas, é evidente que se aplicam critérios distintos de análise.

Reservas versus recursos

Os “pessimistas” dizem que temos de diferenciar “reservas” de “recursos”. Por exemplo, o petróleo descoberto classifica-se, grosso modo, em ultraleve, leve, semipesado, pesado e ultrapesado. Quando mais leve é o petróleo, mais fácil e econômico é extrai-lo e refiná-lo; o pesado requer, em ambos os passos do processo, maiores custos e tecnologia (inclusive a maioria dos países não tem capacidade para refiná-lo). O ultrapesado consiste em camadas subterrâneas de alcatrão cuja exploração, até agora, é economicamente inviável, inclusive para os Estados Unidos, que o possui em abundância sob o gelo do Alasca. Talvez no futuro desenvolva-se a tecnologia que o torne viável, mas atualmente, o petróleo ultrapesado descoberto é um “recurso potencial” e não faz parte das “reservas disponíveis”. Portanto, não deve ser contabilizado nelas, como faz, muitas vezes, o governo dos Estados Unidos. O segundo elemento é a quantidade de “reservas por descobrir”. Os geólogos localizaram 600 campos petrolíferos no mundo, dos quais 400 já foram ou estão sendo explorados.⁴ Apesar dos avanços nos métodos de prospecção, a maioria crê que restam poucos por descobrir.⁵ Por outro lado, alguns dados ilustram a tendência decrescente no descobrimento de novas reservas. O pico deu-se na década de 1950, com o equivalente a quase 500 bilhões de barris descobertos. Desde então, essa cifra vem baixando de permanentemente, até que na década de 1990 só foram descobertos 100 bilhões de barris de reservas. Em seus cálculos das reservas mundiais totais, os especialistas agregam uma porcentagem estimada de “reservas por descobrir”, ainda que todos coincidam que é uma quantidade muito menor que as já conhecidas.

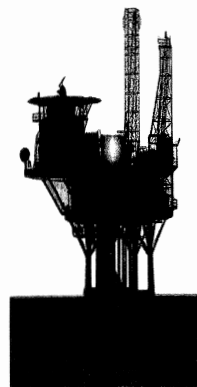
Também devemos considerar a possível manipulação dos níveis (para baixo ou para cima) que, muitas vezes, fazem as companhias petrolíferas e os governos, já que neles estão em jogo gigantescos interesses econômicos e políticos. As companhias, algumas vezes, sobem os níveis de suas reservas para melhorar a cotação de suas ações e, em outras, as baixam para empurrar uma alta do preço do barril ou pagar menos ao comprar uma companhia menor. Os governos, em geral, tendem a superestimar as reservas que possuem, seja para atrair investimentos imperialistas, no caso dos países semicoloniais e da Rússia, ou para dissimular o crescimento de sua vulnerabilidade, como os Estados Unidos.

Em nosso caso, é impossível definir seriamente qual dos cálculos de reservas é correto. Se considerássemos que a realidade está em um ponto médio entre as estimativas “pessimistas” e “otimistas”, isso significaria que as reservas atuais de petróleo estariam entre 1,5 e 1,6 trilhões de barris.

Os números mágicos

Em 2003 foram consumidos cerca de 28,5 bilhões de barris anuais. Se dividirmos as reservas estimadas por essa cifra, o petróleo terminaria em 2044, segundo os “pessimistas”, ou em 2080, segundo os “otimistas”.

Mas esses prognósticos podem modificar-se por diversas razões. Por um lado, o consumo de petróleo cresce a um ritmo de 2% ao ano, acompanhando a tendência mundial ao maior uso de energia por habitante.⁶ Em 2005, o consumo anual de petróleo chegaria aos 30,3 bilhões de barris. Como veremos mais adiante, esse uso distribui-se de modo muito desigual pelo mundo. Mas o certo é que essa tendência encurtaria os prazos que temos calculado.



Por outro lado, é preciso considerar o efeito da alta quase constante do preço do barril sobre a dinâmica da demanda mundial de petróleo. Nos últimos anos, o aumento de 20 para 60 dólares não freou o crescimento. Entre outros fatores, isto se deve ao ciclo expansivo no qual se encontra a economia mundial desde finais de 2002, e ao fato de que, nesse marco, o mercado de petróleo tem uma “demanda rígida”: por tratar-se de um insumo imprescindível, a demanda não cai necessariamente frente ao aumento do preço. No entanto, é previsível que, no futuro, maiores altas impactem a economia mundial e detenham a tendência ao consumo crescente de petróleo ou, inclusive, que ela baixe. Se isso acontecesse, incidiria, então, em um sentido oposto ao que assinalamos antes. Mas qualquer que seja o grau em que se combinem estes fatores contraditórios, é muito claro que os prazos dos quais estamos falando para que não reste uma gota extraível de petróleo (entre 40 e 70 anos) são, considerados em termos históricos, extremamente curtos.

O pico de Hubbert

Resta um elemento muito importante, que foi descoberto pelo geólogo americano King Hubbert. Ele estudou o rendimento dos poços de petróleo em seu país e, ao traçar os gráficos de produção dos mesmos, viu que o resultado não era uma reta (com cotas iguais extraídas a cada ano) mas formavam uma curva denominada seno. A partir do início de sua exploração, cada poço tinha uma fase ascendente de produção, com rendimentos crescentes a cada ano; chegava a um ponto mais alto da curva e depois sua produção começava a decrescer de forma constante até esgotar-se totalmente.

Hubbert chamou ‘peak oil’ a este ponto máximo e descobriu que coincidia com o ano em que se havia explorado a metade das reservas extraíveis do poço. O fenômeno obedece a razões físicas: nesse momento, o petróleo começa a perder parte de sua força que o impulsiona a brotar por si mesmo, ou com muito pouca ajuda, até a boca do poço, porque as paredes do recipiente natural que o contém começam a sofrer cada vez mais infiltrações de água, que vai ocupando o espaço deixado livre pelo petróleo extraído. Deduziu então que se isso era válido para cada poço individualmente, também o seria para um campo petrolífero e, extrapolando, para toda a produção de um país. Com este método, calculou, em 1956, que o ‘peak oil’ dos Estados Unidos se produziria a partir de 1970.

Em uma década em que o petróleo parecia inesgotável, seus prognósticos foram recebidos com ironia. Mas quando suas previsões se cumpriram com exatidão, o sarcasmo transformou-se em respeito. Mais tarde, o ocorrido em outros países confirmou a validade geral de seu método. Todos os especialistas tratam de aplicá-lo ao mundo todo para prever em que ano a produção mundial de petróleo começará irreversivelmente a decrescer.

Logicamente, aqui também se expressam “pessimistas”, “otimistas” e o arco intermediário. Os primeiros estimam que o ‘peak oil’ está muito perto, se é que já não estamos nele; os mais otimistas, por sua parte, prevêem-no para 2037.⁷ Se novamente aplicamos o critério de uma “média” entre ambas as estimativas, o pico se daria perto de 2020. Novamente, um prazo curto demais para não se preocupar.

Brigando contra a curva

A constatação das previsões de Hubbert modificou, de certo modo, a clássica relação entre as três grandes fases em que se divide o conjunto do processo de exploração petrolífera. A primeira fase é a prospecção, uma série de estudos, basicamente geológicos, para determinar a existência de possíveis novos campos petrolíferos. A segunda é a exploração, que consiste em perfurar a terra nas zonas definidas na fase anterior para verificar se realmente existe petróleo, em que lugar exato e em qual quantidade. A terceira é a produção propriamente dita. As duas primeiras recebem os maiores investimentos e são as mais caras do processo⁸. Uma vez definido com exatidão o lugar onde há petróleo, a produção só requer, em última instância, investir em bombas extratoras, grifos e tubulações.

No início o prognóstico de Hubbert não preocupou muito porque, como vimos, nessa década houve o pico do descobrimento de novas reservas. Não importava que um poço se esgotasse porque parecia que sempre haveria outro que o substituiria. Mas a partir da década de 1970 o enfoque mudou, especialmente nos Estados Unidos. Começou-se a investir cada vez mais em técnicas que permitissem recuperar uma porcentagem maior do petróleo de cada poço.⁹

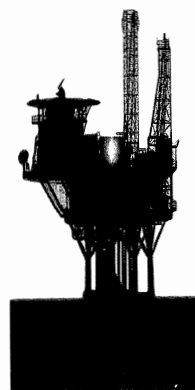
Nos Estados Unidos estão experimentando todo tipo de tecnologias e sistemas para explorar os poços até a última gota possível: as perfurações horizontais, a injeção de gases e líquidos para aumentar a decadente pressão dos poços, verificações tridimensionais do poço e outras táticas. Mas o desenvolvimento de técnicas de recuperação secundária e terciária chocou-se com limites até agora intransponíveis.

O primeiro é que, se bem que haja aumentado a quantidade de petróleo recuperado em cada poço (que varia entre 15 e 60%, segundo o caso), nunca se pode superar um teto máximo médio de 45%. O segundo é que, com a superexploração de cada poço, pode-se “maquiar” e deformar a curva de Hubbert, transformando o pico em um plano, mas logo a queda de produção será mais dura e abrupta.

Além dos elementos geológicos e físicos, aqui joga também um fator econômico: os famosos “custos comercialmente razoáveis”. O que significa isto? A recuperação primária é a que utiliza, basicamente, a própria força ascendente do petróleo para extrair-lo. Para as secundárias e terciárias, deve-se realizar uma injeção adicional de energia (que, como já vimos, pode ser calculada em equivalente em petróleo). Qual a porcentagem “razoável” a injetar-se para obter um barril de petróleo? Evidentemente, a resposta relaciona-se diretamente com o preço do barril no mercado internacional: a porcentagem de energia injetada “comercialmente razoável” será maior quanto maior for seu preço.¹⁰ Mas esta lógica econômica tem seu próprio limite: quando, para obter um barril de petróleo de um poço, é necessário um investimento de energia equivalente, sua exploração passa a ser irracional em termos econômicos, por mais alto que seja seu preço.

A matriz energética

Denomina-se assim o modelo de obtenção, processamento e consumo de energia de uma sociedade. Se, para o marxismo, o conceito de sociedade (ou sistema social) assenta-se na infra-estrutura ou forças produtivas, podemos di-



zer que estas últimas têm como centro a matriz energética, essencialmente a partir da revolução industrial que desenvolveu o capitalismo.

Durante milênios, a humanidade só usou formas naturais e rudimentares de energia: o vento para impulsionar barcos e moinhos; a lenha e o carvão para calefação, preparação de alimentos e algumas indústrias, como a metalúrgica, e, essencialmente, a força humana e animal para o transporte e para mover a maioria das máquinas existentes. A revolução industrial do século XVIII modificou abruptamente esta situação. Com a invenção da máquina a vapor e sua aplicação crescente na indústria e no transporte, originou-se uma matriz energética baseada no uso intensivo do carvão mineral. A partir de 1860, com a invenção de motores capazes de utilizar o petróleo e seus derivados como fonte de energia, surgiu uma nova matriz, que foi substituindo o uso do carvão. A produção comercial massiva de energia elétrica, já conhecida como fenômeno natural, pode ser considerada como um subproduto do mesmo processo. Finalmente, o aproveitamento do gás natural complementa o uso do petróleo, configurando uma matriz energética baseada nos hidrocarbonetos, que fornecia 61,3% da energia consumida no mundo em 2003, segundo demonstra o seguinte quadro:

Fontes de energia (2003)

Petróleo	37,4%
Carvão ¹¹	26,8%
Gás	23,9%
Nuclear	6,1%
Hydroenergia	6,1%

É importante assinalar que os hidrocarbonetos não são consumidos somente como energia. Por intermédio da indústria petroquímica provêm uma série de insumos imprescindíveis na cadeia produtiva. Em primeiro lugar, a superexploração das terras cultiváveis exige um uso cada vez mais intensivo de defensivos e fertilizantes. Em segundo, a petroquímica provê fibras sintéticas, plásticos, acrílicos e bases para a indústria farmacêutica. Em outras palavras, dependemos dele para produzir, para nos alimentar, transportar, vestir e curar.

O gás natural

Alguns analistas afirmam que não estaria justificado o pessimismo pelo esgotamento do petróleo, já que este pode ser perfeitamente substituído pelo gás natural, do qual se descobre anualmente novas reservas a um ritmo muito maior do que as de petróleo.¹² Vejamos.

O gás natural é outro hidrocarboneto, resultado de um processo geológico similar ao do petróleo. Uma parte dele está nas jazidas petrolíferas e sai à superfície pelo mesmo processo de extração. Outra parte fica em jazidas exclusivas. Inicialmente, a maioria do gás que surgia na exploração petroleira era queimado ou solto na atmosfera, mas logo começou a ser utilizado cada vez mais como fonte de energia.

Se bem que, em volumes equivalentes, o gás fornece menos valor calórico que o petróleo, ele tem algumas vantagens: sua combustão é mais completa (portanto, menos poluente) e se desconhece, até agora, que apresente fenômeno

similar ao “pico de Hubbert”. Ao mesmo tempo, complementa-se de modo natural com o petróleo na matriz energética, já que os motores podem ser adaptados ao uso de ambos os combustíveis com uma tecnologia já conhecida e aplicada, de custo relativamente baixo.

Ao mesmo tempo, é certo que a quantidade de reservas conhecidas de gás natural vem crescendo anualmente, com a descoberta de novos campos.¹³ No entanto, isso não nos permite muito otimismo: as reservas calculadas em 2003 (175,780 trilhões de m³) divididas pelo consumo anual (2,629 trilhões de m³) dão para 67 anos. Isto é, o gás natural se esgotaria em 2070, uns 25 anos depois que o petróleo, segundo as previsões pessimistas.

Esse cálculo tem um condicionante: na medida em que decline a produção de petróleo, é previsível que aumente o consumo de gás natural, Mas suponhamos que o descobrimento de novas reservas seja suficiente para equilibrar a equação. Nesse caso, salvo que ocorra um salto qualitativo nas descobertas, o prognóstico de duração do gás seria, basicamente, o mesmo e, com seu esgotamento, a matriz energética baseada nos hidrocarbonetos chegaria ao fim abruptamente.

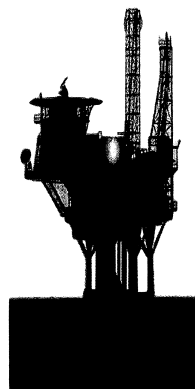
As energias alternativas

Nesse contexto, é lógico que se busque fontes alternativas de energia. Algumas delas já formam parte minoritária da atual matriz energética; outras estão em fase experimental. Vejamos, de modo resumido, as principais.

Carvão - Ainda que soe estranho, é uma das alternativas possíveis, principalmente porque suas reservas, mantendo-se o consumo atual, durariam 192 anos e as tecnologias para seu emprego já são conhecidas. Seus custos de extração e transporte são maiores que os dos hidrocarbonetos líquidos ou gasosos, seu rendimento calórico é menor e é mais poluente. A principal limitação, no entanto, é que de modo direto, hoje só pode ser utilizado na produção de energia elétrica e em diversos processos industriais, mas não na maioria dos meios de transporte. Durante a Segunda Guerra, os alemães haviam desenvolvido tecnologia para obter combustível sintético líquido a partir do carvão, que nunca voltou a ser aplicada, seguramente pelo alto custo. De fato, o retorno a uma matriz energética de carvão representaria um grande retrocesso tecnológico.

Hidroenergia - Suas vantagens são o emprego de um recurso renovável (a água) e que não polui. Mas requer condições geográficas especiais e até agora só é aplicável para produzir eletricidade. Por outro lado, discute-se o impacto ambiental que a construção de grandes represas provoca.

Energia nuclear - Certamente, é a mais polêmica de todas. Por um lado, tem uma excelente relação entre custos e quantidade de energia produzida. Mas, por outro lado, apresenta graves perigos: essa mesma tecnologia serve para fabricar armas de alto poder destrutivo (que, até agora, só foram utilizadas pelo imperialismo americano) e requer medidas muito eficazes de manutenção das instalações, segurança e controle do processo para impedir reações em cadeia, como a ocorrida em Chernobyl (Ucrânia). Finalmente, ainda não foi resolvido satisfatoriamente o problema dos resíduos radioativos que produz. Manipulada pelo imperialismo e pela burocracia stalinista, a energia nuclear foi e é uma bomba de tempo, mas não se pode descartar seu emprego racional e controlado em uma sociedade verdadeiramente socialista.



Bioenergia - Designa, em geral, os combustíveis que se obtêm direta ou indiretamente de recursos biológicos. Atualmente, o Brasil produz álcool a partir da cana-de-açúcar, usado em motores de combustão interna, puro ou misturado com gasolina. Também está sendo testado o cultivo de ervas gigantes e de girassol para produzir biodiesel, utilizável nos motores atuais com uma simples adaptação. Hoje, a colheita por hectare permitiria substituir 36 barris de petróleo ou mais. A matéria-prima empregada é totalmente renovável, mas existe o temor de que um giro na agricultura para esse tipo de produção provoque uma forte alta nos preços dos alimentos.

Energias naturais - como o aproveitamento do vento e da luz solar. Sua grande vantagem é que não consomem nenhum tipo de matéria-prima nem têm efeitos poluidores. Mas não se pode assegurar um abastecimento constante de suas fontes e é quase nula a possibilidade de armazenamento. Ainda estão em fase experimental e seu uso intensivo requer grandes investimentos.

Hidrogênio - É um elemento muito abundante na natureza e possui uma grande capacidade calórica em relação com sua massa. No entanto, o estado líquido (o único que se pode empregar como combustível) não existe como elemento livre mas como parte da água. Só pode ser separado pela eletrólise, processo que até agora requer um gasto de energia maior do que produziria o hidrogênio líquido obtido. Ainda está em uma fase muito experimental.

Queimando a casa

A partir de 1960, o consumo energético global vem crescendo a um ritmo maior que o da população mundial, tendência que se acelerou ainda mais desde 2000. O consumo de energia por habitante está distribuído de forma muito desigual no mundo: os países imperialistas gastam muito mais do que os demais. Por exemplo, esses países, de conjunto, consomem 54,6% da produção mundial de petróleo.¹⁴ O caso mais notório é o dos Estados Unidos: com 6% da população mundial, consumia, em 2003, 25,1% do total mundial. Isto significa que cada americano gasta mais de quatro vezes a média mundial por habitante, dez vezes mais que um chinês e vinte e cinco vezes mais que alguns africanos.

Mas, além disso, existe uma profunda assimetria: os países imperialistas que consomem mais da metade da produção petroleira mundial possuem apenas 5,7% das reservas conhecidas¹⁵. São os grandes importadores de petróleo e, por isso, suas matrizes energéticas (isto é, suas economias) dependem profundamente dessa importação. A China também é hoje um dos maiores importadores¹⁶.

No outro extremo estão os países com grandes reservas e um consumo relativamente baixo, como o Oriente Médio e a Venezuela¹⁷. São os grandes exportadores que cobrem o déficit dos grandes consumidores imperialistas. No meio encontramos alguns países, como o México e a Argentina, cujo nível de reservas e produção é suficiente para seu consumo mas que, pressionados pelo imperialismo, transformaram-se em exportadores. Em poucos anos, deverão importar e, finalmente, esgotarão suas reservas¹⁸.

Apesar de seu caráter de grandes importadores, os países imperialistas promovem um verdadeiro desperdício de energia e de petróleo em sua indústria e pelo uso abusivo de automóveis particulares, eletrodomésticos ou a iluminação excessiva das cidades, comércio e edifícios. Vejamos um exemplo: a famosa Sears

Towers, em Chicago, consome diariamente mais energia que uma cidade de 150.000 habitantes, no mesmo espaço de tempo. É evidentemente uma política de consumo irracional. Além disso, nenhum dos países imperialistas mostra intenção de diminuir seu nível de consumo energético nem frear seu crescimento.

Em outras palavras, da mesma forma que em muitos outros campos, o desenvolvimento e o consumo dos países imperialistas estão sustentados pelo petróleo alheio e dependem dele. Então, assegurar-se o controle das reservas e seu abastecimento passa a ser uma questão de primeira ordem. Essa necessidade do imperialismo, especialmente o americano, expressa-se em dois aspectos. O primeiro, a formação das grandes empresas petrolíferas imperialistas, tema que analisaremos em outro artigo, junto com a renda petrolífera. O segundo é a política colonizadora impulsionada para obter esse controle, acentuada durante o governo Bush.

Guerras com cheiro de petróleo

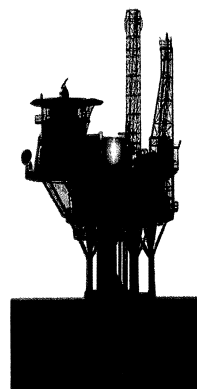
Em geral, o imperialismo consegue seu objetivo de modo “pacífico”, baseando-se em seu domínio político e econômico do mundo. Por meio de governos “nacionais” que, nos países que possuem petróleo e gás, aplicam leis e políticas que o favorecem e asseguram o suprimento no Oriente Médio (Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait etc.) África e América Latina (ver artigo de Marcelo Garcia).

Mas em algumas ocasiões tem tido enfrentamentos parciais com alguns governos. Nesses casos, o governo de Bush, a partir de 11 de setembro de 2001, impulsionou uma política de agressão para derrubar esses governos e impor outros totalmente dóceis. Dessa forma produziu-se a invasão do Afeganistão (2002), o golpe contra o presidente venezuelano Hugo Chávez (2002), a invasão do Iraque (2003) e o “golpe institucional repressivo” de Horlando Vaca Díez (2005) na Bolívia, que tentou encerrar o processo revolucionário contra a entrega do gás.

Não é a toa que esses fatos tenham ocorrido nesses países: o Afeganistão não tem petróleo, mas é a rota alternativa para que os oleodutos que vão desde os produtores asiáticos à Europa e do Oriente Médio ao Extremo Oriente não passem pela área de influência da Rússia; a Venezuela possui 6,8% das reservas mundiais de petróleo e 2,4% do gás; o Iraque tem a segunda reserva petrolífera do mundo e a Bolívia, a segunda de gás da América Latina.

É certo que, em grande medida, essa política vem fracassando: os trabalhadores e as massas venezuelanas derrotaram o golpe contra Chávez, a mobilização do povo boliviano frustrou a tentativa de Vaca Díez e o povo iraquiano desenvolve uma massiva resistência que atormenta o invasor. É certo também que, como consequência disso, o imperialismo reajusta suas táticas à nova realidade. Por exemplo, negocia com Chávez e este já entregou quase 40% da produção petrolífera do país a empresas estrangeiras.

Para assegurar o controle das reservas e a provisão de petróleo, o imperialismo está disposto a impulsionar guerras sangrentas, golpes de estado e uma feroz repressão¹⁹. E continuará fazendo isso no futuro, se houver condições políticas para tanto, porque a necessidade de manter esse controle irá num crescendo.



O aquecimento global

Além de acelerar seu esgotamento, o consumo desenfreado do petróleo (e a manutenção do carvão como combustível) provoca também conseqüências ecológicas que ameaçam não já o futuro, mas o próprio presente da humanidade. Nos referimos ao chamado “aquecimento global”.

Para entender esse fenômeno é necessário explicar primeiro o “efeito estufa”, um processo natural, análogo ao que acontece artificialmente em uma estufa de plantas. A atmosfera terrestre retém um certo tempo, pela ação de alguns de seus gases, parte do calor que recebe do Sol. A temperatura média atual na Terra é de uns 15°C, mas se a atmosfera não existisse seria de -18°C. Essa diferença permite o desenvolvimento da vida tal como a conhecemos.

Ao longo de sua história, o clima terrestre passou por grandes variações, com eras de clima quente, outras de clima frio (as glaciais) e algumas temperadas (como a atual).

A definição de “aquecimento global” significa que desde o uso da matriz energética petrolífera (145 anos), a temperatura média da Terra aumentou 0,7%, com uma tendência acelerada nos últimos anos. As previsões para as próximas décadas vão desde aumentos de 1 - 1,5°C até 3,5°C.

Sobre isso, há um debate. Alguns especialistas afirmam que esse nível de variações poderia, perfeitamente, ser parte de uma mudança natural do clima terrestre. Mas a maioria afirma que o fenômeno seria conseqüência da maior acumulação na atmosfera de gases que retêm calor, emitidos durante a combustão de petróleo, carvão e seus derivados²⁰. Inclusive, o IPCC, organismo das Nações Unidas, viu-se obrigado a reconhecer que “o conjunto de evidências sugere um certo grau de influência humana sobre o clima global”²¹. Ao mesmo tempo, como o ritmo de acumulação de gases é crescente, o fenômeno do aquecimento global se acentuará cada vez mais. É importante compreender que um aumento de 3 ou 4 graus na temperatura terrestre em média geraria mudanças qualitativas nas geleiras, no nível das águas, na flora e na fauna e, claro, na vida humana. Se se verifica a hipótese mais “quente”, se produziria um duplo efeito. Nas zonas interiores, diminuiriam as terras férteis e aumentariam as áreas desérticas, pela maior evaporação de água. Ao mesmo tempo, ao derreter-se uma parte da calota polar, aumentaria o nível do mar e inundaria as regiões costeiras baixas, especialmente as mais próximas dos pólos e as cidades que ali se assentam²².

Mas, inclusive a variante “fria” teria graves conseqüências. Melhor dizendo, já está tendo. Ante o “aquecimento global”, o mar atua como um gigantesco refrigerante que amortece o processo. Mas, ao fazê-lo, também eleva um pouco sua própria temperatura e assim intensifica as condições que geram os diferentes tipos de tormentas tropicais. Tal como explica a maioria dos estudiosos do clima, o “aquecimento global” é o principal fator de aumento do número e da força dos furacões que estamos vendo. Muitos deles afetam os Estados Unidos, como o Katrina, que recentemente devastou a cidade de Nova Orleans²³. Como a temperatura global da Terra seguirá aumentando, esse processo crescerá cada vez mais. As organizações ecológicas têm o mérito de haver posto a defesa da natureza como um ponto central pelo qual devemos lutar. Isso inclui a batalha contra a emissão de gases poluentes, aos quais nos temos referido, a exploração predatória de outros recursos naturais, a transformação da água em uma “mercadoria”, o

uso de produtos transgênicos, de impacto ainda desconhecido no ser humano, a devastação das florestas, a destruição crescente de áreas naturais e um vasto etcétera de agressão à natureza. O marxismo deve incorporar estas reivindicações em seu programa. Mas devemos fazê-lo de modo diferente do que faz a maioria das organizações ecológicas, ainda que seguramente atuaremos de modo unitário com elas em muitos casos. Em primeiro lugar, temos de dizer, com toda clareza, que é a voracidade do capitalismo imperialista que põe em risco a Terra e a natureza como habitat da humanidade. Por isso mesmo é uma luta que não pode ser travada por “indivíduos” isolados ou “cidadãos”, mas pela classe trabalhadora, em sólida aliança com os setores populares afetados.

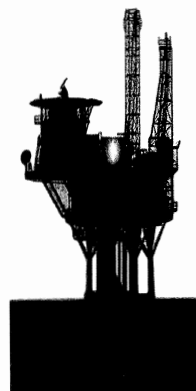
As forças produtivas

A destruição da natureza e a demora no desenvolvimento de uma nova matriz energética reatualizam a polêmica desenvolvida no marxismo sobre a afirmação de Leon Trotsky no Programa de Transição (1938): “As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer”²⁴. Para ele, esta era uma das premissas objetivas centrais que colocavam a necessidade da revolução socialista.

Durante o boom econômico do pós-Segunda Guerra, muitos marxistas consideraram que era um exagero de Trotsky e que devia ser relativizada. Por exemplo, em 1969, o trotskista belga Ernst Mandel analisou que, em lugar de estancar-se, o capitalismo mostrava-se capaz de impulsionar um grande desenvolvimento de novas tecnologias e ramos da produção, de gerar maiores riquezas, melhorar o nível de vida das massas e impulsionar ondas largas ascendentes da economia²⁵.

Outro trotskista, o argentino Nahuel Moreno, criticou duramente esta análise de Mandel com três argumentos²⁶. O primeiro era que, para o marxismo, o desenvolvimento das forças produtivas devia ser medido não pelo desenvolvimento técnico em si, mas em função de como incidia na melhora do nível de vida do conjunto da humanidade. O segundo, que o desenvolvimento de um aspecto das forças produtivas (a técnica) estava se fazendo ao custo da destruição dos outros dois (a natureza e o homem). O terceiro, que grande parte dos novos avanços técnicos estavam destinados centralmente ao desenvolvimento de “forças destrutivas” (os armamentos). A conclusão de Moreno foi que Mandel transformava de objetivas em subjetivas as premissas da revolução socialista: esta já não seria o resultado de uma necessidade imperiosa das massas para resolver suas penúrias cada vez mais agudas, mas a conclusão de que o socialismo permitiria aproveitar melhor os novos meios técnicos constantemente criados pelo capitalismo²⁷.

Mais de trinta anos depois desse debate, a realidade mostrou claramente que Trotsky e Moreno tinham razão. Em primeiro lugar, apesar do imenso desenvolvimento tecnológico que significaram as três revoluções industriais, longe de melhorar o nível de vida das massas, a pobreza, a miséria e a fome cresceram constantemente em todo o mundo, inclusive nos próprios países imperialistas. Em segundo lugar, a destruição da natureza está dando um salto qualitativo, tal como vimos no tema do aquecimento global, pelo uso abusivo do petróleo. Em outras palavras, o capitalismo imperialista transformou grande parte das forças produtivas em destrutivas e ameaça assim a subsistência da vida tal como a conhecemos.



Os meios técnicos

Mas, além disso, existe um fato novo: hoje, o imperialismo mostra-se incapaz, inclusive, de desenvolver os meios técnicos, pelo menos no que se refere ao desenvolvimento de uma nova matriz energética. Mais ainda, não demonstra nenhuma intenção de fazê-lo. Por isso, atua como um freio e uma trava absoluta para esse desenvolvimento. As grandes empresas petroleiras e automobilísticas imperialistas têm uma política de gastar até a última gota de petróleo e utilizar até o último minuto a atual tecnologia dos motores baseados em hidrocarbonetos. Uma profunda razão para essa política encontramos no site da International Energy Agency: manter um abastecimento normal de energia e ir desenvolvendo a mudança da matriz energética requereria um investimento de 16 trilhões de dólares nos próximos 30 anos (World Energy Investment Outlook. Isto é, uma média de mais de 530 bilhões de dólares anuais. No entanto, a questão de fundo não é a quantidade de investimento requerida (muito grande por certo, mas, em última instância, ao alcance do imperialismo) mas que se trata de um tipo de investimento que se choca com as tendências estruturais mais profundas do capitalismo imperialista. Em primeiro lugar, este deveria ser, possivelmente, o maior investimento de capital fixo da história mundial do capitalismo. Muito maior, por exemplo, que o último realizado em telecomunicações, Internet e informática. Esse grande investimento, em si mesmo, provocaria uma queda da taxa de lucro presente, neste momento em que, pela decadência do capitalismo, esta taxa já tem uma tendência histórica decrescente, como tem demonstrado em seus excelentes trabalhos o economista marxista Anwar Shaikh²⁸. Em segundo lugar, um investimento produtivo deste volume vai contra a tendência “natural” desta etapa do capitalismo imperialista de crescimento do capital especulativo e não do capital produtivo. E, diferente da época em que o petróleo foi mais barato e eficiente que o carvão, não existe ainda uma matriz energética de eficiência provada e economicamente viável. Portanto, seriam investimentos de risco e a longo prazo. Isso, por um lado, faz com que seja economicamente muito mais rentável esgotar a atual matriz baseada nos hidrocarbonetos. Por outro lado, uma pesquisa e um desenvolvimento desse tipo só poderia fazer-se de conjunto e socialmente, algo oposto ao critério das empresas de apropriar-se das novas tecnologias como uma propriedade privada que gera grandes lucros. É certo que muitas empresas petroleiras e petroquímicas estão desenvolvendo pesquisas com energias alternativas (anunciadas de modo muito destacado em suas páginas institucionais). Mas estes investimentos não só são completamente insuficientes para as necessidades e os tempos que analisamos, como são ínfimos em comparação com os imensos lucros obtidos por essas empresas²⁹.

Em vários países, as grandes petroleiras imperialistas querem que os estados financiem essas pesquisas. Nos Estados Unidos, solicitaram ao mesmo tempo, isenção de impostos, argumentando terem sido afetadas em sua produção local pelos efeitos do furacão Katrina. Como o montante de lucros declarados mostra que não necessitam de nenhum tipo de “ajuda”, abriu-se um intenso debate e um questionamento no próprio Senado dos Estados Unidos, como informa o jornal *The Washington Post* de 19/11/05.

O ainda jovem capitalismo do século XIX mostrou-se capaz de impulsionar um gigantesco desenvolvimento das forças produtivas e criar a nova matriz

energética baseada nos hidrocarbonetos e a geração de eletricidade. Pelo contrário, em sua fase de agonia, ameaça destruir o futuro da humanidade. Isto significa que, na medida que o capitalismo imperialista continue como sistema dominante no mundo, a mudança se dará de modo totalmente anárquico, atrasado e ao custo de gigantescas penúrias e convulsões sociais. Em outras palavras, as premissas objetivas da revolução socialista são, inclusive, maiores do que quando Trotsky escreveu o Programa de Transição porque, desde então, só têm se intensificado. ■

Notas

1 O barril é uma medida de origem inglesa equivalente a 159 litros.

2 As cifras que damos na primeira parte deste artigo foram extraídas de diversas fontes. Especialmente do documento Diagnósticos e perspectivas do abastecimento mundial e nacional de hidrocarbonetos (Ricardo Andrés De Dicco e Ing. José F. Freda - IDICSO, Universidade de Salvador, Buenos Aires, Argentina, fevereiro 2005) em www.salvador.edu.ar/csoc/idicso/emergia/energia/energia.htm e materiais do NPEL (Novo Projeto Energético Latino-Americano), nuevoprojectoenergetico@yahoo.com.ar, com excelentes sínteses de outros trabalhos.

3 Citado por Jeromy Rifkin em A economia do hidrogênio.

4 As outras 200 localizam-se em área remotas ou são campos marítimos. Ou seja, de exploração mais difícil e custosa.

5 Os geólogos utilizavam o método de dividir a quantidade de petróleo existente nos 400 campos petrolíferos explorados pela massa de sedimento em que estava distribuído e depois multiplicavam o coeficiente obtido pelo sedimento total da massa terrestre. Depois, aplicavam-se métodos geoquímicos que permitem cálculos muito mais exatos e, finalmente, prospecções em 3D de diversas regiões (uma espécie de tomografia computadorizada da Terra).

6 O uso de energia por habitante, qualquer que seja a fonte energética utilizada, mede-se em TEP (Toneladas Equivalentes de Petróleo). A quantidade anual de TEP por habitante aumenta de modo constante desde 1930, mas seu ritmo de crescimento acelerou desde 2000.

7 Algumas previsões são: IDICSO e ASPO, 2005; Heinberg, 2006; Deffeyes, 2009; Campbell, 2010; World Energy Council, depois de 2010; Cambridge Energy Research Associates, 2020; Shell e Laherrere, 2037.

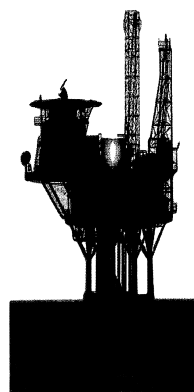
8 Por exemplo, segundo informes de Repsol-YPF, em 2004, as duas primeiras fases constituíam 71,8% do custo de um barril de petróleo na Argentina. Por sua vez, trata-se do que os economistas burgueses chamam “investimento de risco” porque os resultados não estão garantidos.

9 Só se pode recuperar (extrair), com “custos razoáveis”, uma parte do petróleo total existente em cada poço ou campo petrolífero.

10 Por exemplo, um poço já muito explorado que requer um investimento de 60% para obter um barril não é rentável com um preço de 20 dólares, mas começa a sê-lo com 40, mais ainda, com 60.

11 O peso percentual que conserva o carvão como fonte de energia pode confundir um pouco e é necessário analisá-lo. É o componente principal das matrizes energéticas da China (68%) e Índia (54%) que consomem, de conjunto, 37,5% da produção mundial. Nos países imperialistas, conserva peso nas matrizes dos Estados Unidos (25%) e Japão (22%). No total, os quatro países consomem quase dois terços do total mundial.

12 Ver, por exemplo, as páginas www.gasnaturalban.com e a referência ao gás natural de www.unctad.org



- 13 Entre 2000 e 2003 cresceram mais de 13% (Oil & Gás Jornal).
- 14 Em 2003, a porcentagem de consumo anual de petróleo dos países imperialistas era a seguinte: EUA, 25,1%, União Européia, 20,1%; Japão, 6,8% e Canadá, 2,6%.
- 15 As reservas conhecidas dos países imperialistas, em 2003, eram as seguintes: EUA, 2,7%; União Européia, 1,5%; Canadá, 1,5%. O Japão não possui petróleo.
- 16 As cifras da China, em 2003, eram: reservas, 2,1%; produção, 4%; consumo, 8%.
- 17 Em 2003, o conjunto dos países do Oriente Médio possuía 63,3% das reservas mundiais conhecidas, mas só consumia 5,9% da produção mundial. No mesmo ano, as reservas da Venezuela eram de 6,8% e seu consumo, 0,7%.
- 18 O México, por exemplo, possui 1,7% das reservas e 2,3% do consumo, mas produz 5,1%. Isto é, super-explora suas reservas para exportar para os EUA. A Argentina possui 0,3% mas produz 1,1%.
- 19 No caso dos Estados Unidos, o controle do mercado global permite também manter sua hegemonia e sua superioridade sobre os imperialismos europeu e japonês.
- 20 Verificam-se aumentos importantes na concentração de dióxido de carbono, de metano e óxido de nitrogênio, entre outros gases.
- 21 IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) - Climate Change 1995: Synthesis Report. Até esse momento, o IPCC nunca havia confirmado a relação entre os fenômenos.
- 22 Por exemplo, a região da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, com numerosas cidades entre Boston e Nova York.
- 23 Neste caso, podemos falar de uma “vingança da natureza” já que Bush foi o único governo imperialista que se negou, em 2001, a assinar o “Protocolo de Kyoto” que propunha algumas medidas leves para diminuir a emissão de gases. Lamentavelmente, o custo foi de centenas de mortos e grandes penúrias para a população negra e pobre desta cidade.
- 24 O marxismo denomina “forças produtivas” a ação do homem sobre a natureza para produzir bens que satisfaçam suas necessidades. Estas constituem a base dos sistemas econômico-sociais e se compõem de três elementos: a natureza, o homem e os meios técnicos de produção que se empregam nesse processo. Um dos fios condutores da história da humanidade é, precisamente, o desenvolvimento das forças produtivas. Em determinados períodos, o desenvolvimento das forças produtivas choca-se com as “relações de produção” existentes (as formas de propriedade dos meios de produção e de troca) e as instituições estatais que as defendem. Isso coloca a necessidade de uma mudança revolucionária do sistema econômico-social e o surgimento de uma nova classe dominante.
- 25 Ver A economia do neocapitalismo (Editorial Era, México, 1969).
- 26 Ver O partido e a revolução: teoria, programa e política. Polêmica com Ernst Mandel, escrito em 1973, conhecido também como O Morenaço.
- 27 Coerente com esta análise, até o final de sua vida, Mandel foi adotando posições cada vez mais reformistas e sua corrente internacional (o Secretaria Unificado da Quarta Internacional) aprofundou ainda mais este giro.
- 28 Valor, Acumulação e Crise, Shaikh Anwar. Terceiro Mundo Editores, 1990. Bogotá.
- 29 Por exemplo, a Exxon Mobil (a maior petroleira do mundo) informa que, em 2005, investirá 5,9 milhões de dólares em experiências com o uso do hidrogênio. Como seu lucro líquido estimado para este ano é de cerca de 35 bilhões de dólares, o investimento represente menos de 0,2% sobre o lucro. Inclusive se esta empresa destinara a mesma quantidade ao desenvolvimento de outras quatro energias alternativas, o total daria menos de 1% de seus lucros.

A renda petroleira



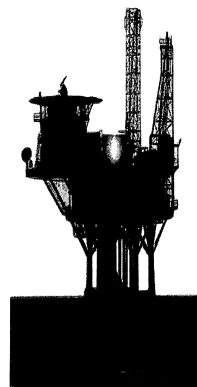
ALEJANDRO
ITURBE

Além de buscar um abastecimento seguro de petróleo, a voracidade imperialista pelo controle dos poços tem uma segunda razão (na verdade, a primeira em termos econômicos): apoderar-se da renda petroleira.

Em sua análise do sistema capitalista, Marx expõe, na primeira parte de *O Capital*, o processo de extração de mais-valia na produção e como ela representa a base do lucro da burguesia. Depois, no terceiro volume, estuda a circulação de capital de conjunto e afirma que existem outras fontes de lucro, baseadas na transferência de uma parte da mais-valia extraída de um setor burguês a outro.

Uma das mais importantes é a renda agrária. A terra cultivável é um bem limitado, enquanto que sua demanda e a de seus produtos aumentam constantemente com a quantidade de população e com a exigência crescente de matérias primas por parte da indústria. Isso permite aos proprietários de terras fixar para ela e para seus produtos um preço monopólico, ou seja, por cima dos custos de produção e do valor real contido neles¹.

Uma forma clássica de apropriar-se da renda agrária é o arrendamento de terras, em outro capitalista (o arrendatário) paga ao latifundiário uma determi-



nada quantia de dinheiro ou uma porcentagem da produção para poder explorar a terra e assim lhe transfere uma parte da mais-valia extraída na produção. Se é o próprio proprietário quem explora sua terra, receberá essa renda através de uma fração do preço monopólico. Marx a chama renda absoluta, uma parte da mais-valia social que o dono de terras se apropria graças a seu caráter limitado como recurso natural e à situação monopólica que isso gera.

Em seguida, observa que existe um segundo tipo, que chama renda diferencial, originada na maior ou menor produtividade dos diversos lotes de terra e sua distância dos centros de consumo. Como a produção das melhores terras não chega a satisfazer o total da demanda, o preço dos produtos no mercado é estabelecido pelos piores lotes. Desse modo, as melhores terras (e também as médias) obtêm uma renda adicional, como resultado da diferença entre seu menor preço de produção e o maior do mercado.

Marx conclui que a renda agrária, de conjunto, tem um caráter parasitário sobre os setores industriais da produção porque se origina em fator alheio a qualquer atividade produtiva do proprietário, que se limita “a explorar a evolução social e a miséria”.

Finalmente, afirma que esse fenômeno se repete em outras setores da economia com condições similares: “Em todas as partes onde as forças naturais sejam monopolizáveis e garantam ao industrial que as emprega um lucro extra, seja uma fonte de água, de uma mina, de águas abundantes para pesca ou de um solar bem localizado, a pessoa cujo título sobre uma parte do globo terrestre a caracteriza como proprietário desses objetos naturais recolhe esse lucro extra, na forma de renda, ao capital atuante”².

Um debate interessante

A produção petroleira se enquadra perfeitamente nessa definição de Marx. Por isso, existe uma imensa renda petroleira em disputa. Tentaremos calculá-la e ver sua distribuição. Mas, antes, nos parece interessante mencionar um debate que, nos últimos anos, diversos economistas marxistas fizeram sobre se o dominante na produção petroleira era a renda absoluta ou a diferencial.

Em 2002, Cyrus Bina, professor de Economia na Universidade de Minnesota, em um intercâmbio de cartas com outros colegas que afirmavam o contrário, dizia que, nesse momento, no setor petroleiro predominava claramente a renda diferencial sobre a absoluta³. Dizia que nas últimas três décadas do século XX, o mercado petroleiro mundial tinha se tornado bastante competitivo e que o preço do petróleo havia caído. Ao mesmo tempo, a extração nos EUA (o consumidor mais importante) marcava o “maior custo de produção” e assim permitia obter uma importante renda diferencial nas outras produções⁴.

No momento em que fez essa análise, é muito provável que Bina tivesse razão. Os preços do barril de petróleo tiveram uma tendência decrescente, a preços constantes, entre o início da década de 1980 e 2001⁵ (Informe 2005 sobre Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD - Divisão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento). Nesse contexto, não se pode dizer que o preço monopólico seja predominante e, portanto, a renda absoluta era um componente minoritário.

Muitos dólares em jogo

Mas a situação mudou radicalmente a partir de 2003, ano em que o preço iniciou uma tendência ascendente que chegou a 60 dólares ou mais no mercado livre ou spot, triplicando em dois anos. Nenhuma razão política ou econômica poderia justificar esse aumento. Estamos em presença de um preço claramente monopólico e, com ele, de um impressionante aumento da renda petroleira absoluta que, por outro lado, se soma à renda diferencial que já se obtinha com o preço anterior.

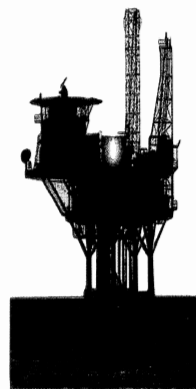
Qual é a renda petroleira global? Não é fácil calcular, nem encontramos fontes que façam essa estimativa. Mas, partindo dos dados da renda petroleira de vários países latino-americanos (extraídos do informe da UNCTAD já citado), nossa estimativa é que, em 2003, chegou a quase 500.000 milhões de dólares e, em 2004, foi de mais de 650.000 milhões de dólares⁶. O forte aumento do preço do barril em 2005 fará com que este ano se duplique e supere a quantidade de 1.300.000 milhões de dólares⁷. Ao mesmo tempo, dada a relação cada vez mais crítica entre consumo e reservas, a tendência é que continue aumentando. É lógico, então, que haja uma luta feroz pela apropriação de uma renda tão grande que, além do mais, vem dando saltos. Uma batalha que, por outro lado, atravessou a história do século XX e se transfere, com mais dureza ainda, ao século XXI.

Este brutal aumento da renda petroleira é uma clara demonstração das características mais exacerbadas do capitalismo em sua decadência, ou seja, em sua fase imperialista: a apropriação de uma gigantesca massa de mais-valia produzida no mundo, a tendência à concentração e centralização de capitais em mãos de uns poucos monopólios e a rapina dos países colonizados e de seus estados nacionais por parte dos países imperialistas.

A recolonização imperialista e a batalha pela renda

Durante grande parte do século XX, o mercado petroleiro mundial esteve dominado por algumas grandes empresas norte-americanas e inglesas (Exxon, Mobil, Chevron, Texaco, Gulf Oil, British Petroleum e Shell). Eram as chamadas “sete irmãs”, que se apropriavam de uma parte substancial da renda petroleira, em detrimento dos países detentores das reservas. Em diversos momentos, países como a Argentina, México e Egito, de peso menor nas reservas mundiais, criaram companhias estatais monopólicas e assim mantiveram a renda gerada em seu território.

A década de 1970, em meio a uma disparada dos preços, depois da guerra árabe-israelense de 1973, marcou uma modificação desse quadro geral e gerou uma nova distribuição da renda petroleira. Foi criada a OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) formada basicamente pelos grandes produtores do Golfo Pérsico, do Norte da África e Venezuela. O petróleo foi nacionalizado e surgiram grandes empresas estatais (ou se fortaleceram as já existentes) na Arábia Saudita, Kuwait, Iraque e Venezuela, que passaram a monopolizar as reservas e a produção em seus países. Completando essa mudança, em 1979 a revolução iraniana derrubou o Sha Pahlevi, um dos principais aliados dos EUA no Oriente Médio. O novo governo também nacionalizou o petróleo e criou a empresa NIOC.



O imperialismo se debilitava no mercado petrolífero mundial, especialmente os EUA (ao mesmo tempo, sua produção interna diminuía e seus custos aumentavam). A derrota no Vietnã também o debilitou politicamente e em sua capacidade de intervir militarmente no mundo.

Nesse contexto, aceitou a existência da OPEP, mas fez um acordo com os governos integrantes, especialmente as monarquias do Golfo Pérsico, em base a três critérios: 1) que garantissem um abastecimento seguro, 2) que regulassem sua produção de acordo com as necessidades dos EUA e 3) que essas monarquias atuassem como um fator de estabilidade na conturbada região do Oriente Médio⁸.

Mas o projeto mais estratégico do imperialismo americano sempre foi retomar um controle muito mais direto sobre o mercado e a renda petrolífera. As privatizações nas diversas partes do mundo, por um lado, e a invasão do Iraque e as ameaças ao regime xiíta iraniano (agora dificultadas de concretizar-se pelo crítico rumo da guerra no Iraque), por outro, são parte desse projeto. No mesmo sentido foi a tentativa de golpe contra Chávez, na Venezuela, que tinha entre seus objetivos centrais a privatização da PDVSA.

Dois processos combinados

Mais recentemente ocorreram outras modificações. Por um lado, a queda nos preços na década de 1990 impulsionou grandes fusões entre as “irmãs”: Exxon-Mobil, Chevron-Texaco, que já havia absorvido a Gulf Oil, e a British Petroleum-Amoco. Em todas as fusões, foram também incorporadas empresas menores. As francesas Total e Elf também se fundiram. Essas fusões seguem um processo próprio e inevitável do capitalismo, que Marx define como “concentração”.

Por outro lado, para aumentar seu controle e rapina, o imperialismo alentou a privatização total ou parcial das empresas petrolíferas estatais e/ou a entrega de importantes áreas à exploração privada. Esse processo avançou muito nos países latino-americanos e na Rússia. O caso mais significativo foi a compra da YPF argentina pela espanhola Repsol. A estatal brasileira Petrobrás abriu seus capitais a acionistas estrangeiros e iniciou um grande processo de expansão interno e externo, associando-se às grandes empresas imperialistas em outros países, como Bolívia e Equador. Dessa forma, surgiram empresas “emergentes”, que disputam um lugar entre as grandes.

As maiores

Abaixo, o ranking das maiores empresas petrolíferas do mundo, elaborado pela IPW em 2002 (combinando a avaliação de volumes de reservas e produção de petróleo e gás). Nesse mesmo ano, 12 das 20 maiores empresas do mundo eram petrolíferas. A cifra entre parênteses indica a porcentagem de participação estatal.

Nº	Empresa	País
1	Saudi Aramco (100%)	Arábia Saudita
2	PDVSA(100%)	Venezuela
3	Exxon-Mobil (0%)	EUA
4	NIOC (100%)	Irã
5	R.D.Shell (0%)	Grã Bretanha-Holanda

6 Pemex (100%)	México
7 British Petroleum (0%)	Grã Bretanha
8 Total-Elf (0%)	França
9 Petrochina (90%)	China
10 Chevron-Texaco (0%)	EUA
12 Petrobrás (32,5%) ⁹	Brasil
13 ENI (50%)	Itália
16 Repsol-YPF (0%)	Espanha

O “melhor ano da história”

À primeira vista, então, surgem dois grandes blocos dominantes no mercado de petróleo. Por um lado, as grandes empresas imperialistas; por outro, as grandes empresas estatais. A cinco principais do primeiro bloco (Exxon-Mobil, Shell, BP, Total-Elf e Chevron-Texaco) controlam, de conjunto, 36% do mercado global. As quatro maiores do segundo bloco (Aramco, PDVSA, NIOC e PEMEX) controlam 25% do mercado e possuem 42% das reservas.

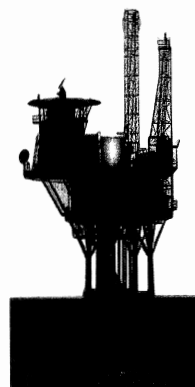
Analisemos, primeiro, o caso das grandes companhias imperialistas, com capacidade de apropriar-se diretamente de uma parte importante da renda petroléira. O quadro a seguir mostra o lucro líquido estimado para 2005 das principais empresas¹⁰ (entre parênteses, a porcentagem de crescimento em relação ao ano anterior).

Empresa	Lucro*
Exxon-Mobil	35.340 (+53%)
Shell	29.975 (+55%)
British Petroleum	19.290 (+23%)
Total-Elf	16.350 (+40%)
Chevron-Texaco	13.600 (+04%) ¹¹
ENI	8.650 (+31%)
Repsol-YPF	3.800 (+67%)

* Em milhões de dólares

Em outras palavras, as sete maiores empresas imperialistas terão, em 2005, um lucro líquido conjunto de mais de 127.000 milhões de dólares. Essa cifra é superior, por exemplo, ao PBI somado da Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Não é a tôa, então, que todas se referem a 2005 como “o melhor ano de sua história” e se preparam, calculadora em mãos, para negócios ainda maiores no futuro. As penúrias do conjunto da humanidade são, para elas, fonte de lucros cada vez maiores.

Queremos destacar o conceito de lucro líquido porque já foram descontados os impostos que essas companhias pagam em seus países de origem. Nos EUA, por exemplo, chegam a um terço do lucro bruto. Isso significa que o estado imperialista americano receberá da Exxon-Mobil e da Chevron Texaco ingressos por impostos próximos aos 25.000 milhões de dólares, que também saíram da renda petroléira. Ao mesmo tempo, essas cifras já passaram pelas manobras contábeis com que as grandes empresas “maquiam” normalmente seus balanços para pagar menos impostos.



As monarquias petroleiras

Vejam agora o setor das grandes companhias estatais dos países produtores que conseguiram, em diferentes momentos do século XX, o controle de uma parte da renda petroleira mundial. Se poderia que a renda que entra no Estado proporciona um importante desenvolvimento econômico e uma melhoria efetiva no nível de vida das massas. Mas atualmente, no capitalismo imperialista, as coisas estão longe de serem assim.

Em primeiro lugar, nesses países surge uma burguesia rentista, totalmente parasitária, que garante para si o controle do Estado e de seus ingressos. São importadoras de bens e tecnologias de luxo para seu disfrute e viajam pelo mundo com o mesmo luxo. Também importam alguma infraestrutura para transporte e comunicações, mas são absolutamente incapazes e desinteressadas de utilizar essa renda para promover desenvolvimento real de seus países. O caso mais típico é o das monarquias petroleiras da península arábica, tradicionais aliadas econômicas e políticas do imperialismo¹². Apesar de seus excelentes números macro-econômicos, em 2002, o desemprego na Arábia Saudita chegava a 30%. Por outro lado, essa renda petroleira termina, de uma forma ou de outra, em mãos do imperialismo, seja através das compras dos países imperialistas ou das grandes inversões que essas burguesias árabes fazem nos EUA e Europa, em empresas, ações e bonos do tesouro americano.

Um fenômeno similar, ainda que em menor escala, ocorre na Venezuela e nos países exportadores africanos. Alguns analistas calculam que a burguesia venezuelana desperdiçou, nos últimos 20 anos, uma renda acumulada de 170.000 milhões de dólares.

África e América Latina

Na medida em que descemos na escala de participação na produção e no volume de renda, as coisas pioram para os povos dos países exportadores. Por exemplo, a África de conjunto tem 7,3% das reservas e produz 10,3% do petróleo mundial. Mas os principais países exportadores, com exceção da Líbia (61), estão muito mal colocados na tabela de índices de desenvolvimento humano da ONU: Argélia (107), Nigéria (164) e Angola (152).

Na América Latina, as privatizações totais e parciais diminuem de modo constante a participação dos estados na renda petroleira. O caso extremo é a Argentina: a venda da YPF reduziu essa participação de quase 90%, em 1990, para 36% em 2004¹³. Menos agudo, o mesmo ocorre em outros países: Venezuela (de 100 para 66,6%), Equador (de 90% para 66,5%) etc. Mas aqui também grande parte da renda petroleira dos estados termina em mãos imperialistas. Por exemplo, no Equador, por lei de 2001, esses ingressos estão destinados ao pagamento da dívida externa¹⁴. De modo similar, no México (país que teoricamente fica com 100% da renda), as reservas petroleiras estão hipotecadas para assegurar esse pagamento, como condição dos empréstimos que os organismos financeiros imperialistas deram ao país para superar a crise do “tequilazo” (1995). Ainda que sem tanta rigidez, os ingressos petroleiros da Argentina e do Brasil se integram ao “fundo de caixa” fiscal que, pelas leis orçamentárias, se destinam ao pagamento da dívida externa.

Deixamos pendente para um futuro trabalho o cálculo global da apropriação da renda petroleira por vias indiretas e sua composição. O que fica totalmente claro é que direta ou indiretamente o imperialismo, seus estados, empresas, bancos e organismos financeiros internacionais se apropriam do grosso da renda petroleira desses países. Por essa dupla via condenam à pobreza e à miséria a maioria dos povos do mundo, tenham ou não petróleo.

Por isso, a apropriação da renda petroleira por parte do imperialismo está profundamente ligada a seu plano de recolonização mundial e seus aspectos político, econômico e militar. Na América Latina, por exemplo, se liga à ALCA, aos Tratados de Livre Comércio, ao Plano Puebla-Panamá, ao IIRSA e, finalmente, às bases militares no continente, como a recentemente legalizada de General Estigarribia, no Paraguai. Já mencionamos a ocupação do Iraque e a tentativa de golpe na Venezuela. Acrescentemos, finalmente, a série de bases militares que os EUA está montando no sul da Ásia, acompanhando a linha por onde passarão os oleodutos e gasodutos para China e Japão.

Por que lutar pela nacionalização dos hidrocarbonetos?

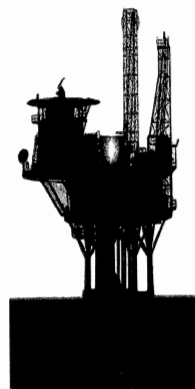
Tudo o que foi dito pode deixar a falsa impressão de que tanto faz se o petróleo e o gás sejam propriedade das grandes empresas imperialistas ou dos estados nacionais porque, em última instância, a maior parte da renda petroleira vai parar nos bolsos do imperialismo. Historicamente, isso é assim mesmo: só uma sociedade socialista mundial será capaz de considerar e empregar os hidrocarbonetos como bens sociais, eliminando a profunda distorção que gera neles a renda capitalista. Mas, entre ambos os pólos há uma série de batalhas intermediárias, de transição entre ambos.

Historicamente surgem dois critérios para definir a propriedade dos hidrocarbonetos: muitos países definiram que as riquezas do subsolo eram propriedade do Estado (teoricamente, do conjunto da população); nos EUA, essa riqueza é do proprietário da superfície. Como diz Cyrus Bina, o primeiro critério considera os hidrocarbonetos como um bem social e é muito mais racional que o segundo, baseado em uma aplicação in extremis do conceito de propriedade privada.

Por trás dessa questão geral está a luta pela renda petroleira. As nações que criaram empresas estatais monopólicas obtêm, em princípio, a totalidade da renda gerada em seus países, independente da forma como suas burguesias utilizem, posteriormente, essa renda. A Argentina e o México mostram que esse monopólio foi um componente importante do maior desenvolvimento desses países sobre outros do continente latino-americano, durante parte do século XX¹⁵.

As privatizações

Vimos que na década de 1970 houve uma reestruturação desse mercado e da distribuição mundial da renda. Desde então, por diversos meios, o imperialismo tentou recuperar a parte perdida do mercado e da renda petroleira. Sua principal política foi a privatização total ou parcial das empresas petroleiras estatais e a entrega de áreas à exploração privada, especialmente de companhias imperialistas. Essa política avançou muito em seu “pátio traseiro”, a América Latina.



Os dados que já vimos mostram que quanto maior a privatização, menor é a renda petroleira que fica nas mãos dos estados nacionais. Vide o caso da Argentina e o da Venezuela. Em outras palavras, a privatização foi o caminho para um aumento do saque de riquezas desses países, que se expressa em uma tendência geral ao aumento da pobreza e da miséria¹⁶.

Um segundo aspecto é o uso irracional das reservas por parte das empresas. Já citamos o caso argentino, cuja participação na produção mundial é mais que o triplo de suas reservas e mais que o dobro de suas necessidades de consumo. A diferença é exportada para o mercado mundial spot, engrossa a renda petroleira da Repsol e, ao mesmo tempo, esgotará as reservas do país em poucos anos.

O gás boliviano

Vejam agora o caso do gás boliviano. Esse país sofreu dois grandes saques ao longo de sua história: a prata do cerro Potosí por parte dos espanhóis, e o estanho (que, durante boa parte do século XX foi um “mineral estratégico”) por parte dos americanos e a chamada rosca del estaño local.

Apesar de relativamente pequenas em escala mundial (0,5%), a Bolívia possui as segundas reservas de gás natural do continente: aproximadamente 800.000 milhões de m³, em 2003 (com novas reservas a serem descobertas). O gás natural se cotizava no mercado americano, no início de 2005, a cerca de 3,60 dólares o MPC¹⁷. De acordo com essa cotização, as reservas bolivianas de gás têm um valor superior a 100.000 milhões de dólares, cerca de dez vezes o PIB anual do país. Em junho já havia atingido um preço de 8 dólares, levando esse valor a mais de 220.000 dólares (22 vezes o PIB do país).

Mas o gás estava sendo exportado a um preço entre 0,70 e 1,10 el MPC, na boca do poço. Ou seja, uma média menor que a quarta parte de sua cotização internacional. Além disso, nas cuencas que foram entregues à exploração de companhias estrangeiras, só a metade dessa cifra ficaria no país, a título de regalías e impostos. Em suma, daqueles 100.000 ou 220.000 milhões de dólares, só entre 15 e 20.000 ficariam no país. O restante, como uma verdadeira renda gasosa, se esfumaria em mãos das empresas estrangeiras e dos países importadores¹⁸. Foi justamente um projeto de exportação massiva de gás para os EUA e a entrega a empresas estrangeiras de numerosas cuencas que geraram os processos revolucionários de 2003 e 2005. Os trabalhadores e o povo boliviano lutam contra um novo saque do país e defendem assim seu futuro.

Uma batalha transicional

Por tudo isso, no marco do domínio mundial do capitalismo imperialista, a luta pela nacionalização sem indenização dos hidrocarbonetos é uma batalha profundamente progressiva dos povos pela apropriação da renda petroleira e um uso racional dela.

Na direção oposta, as burguesias dos países dominados pelo imperialismo ficam cada vez mais covardes, entreguistas e privatizadoras¹⁹. É o resultado das profundas mudanças estruturais ocorridas na relação entre essas burguesias e o imperialismo nas últimas décadas. Isso significa que a batalha pela nacionalização sem indenização dos hidrocarbonetos só poderá ser levada de fato pelos

trabalhadores e povos dos países produtores lutando não só contra o imperialismo, mas também contra suas próprias burguesias e governos.

É preciso avançar ainda mais nessa análise. O papel cumprido hoje pelas grandes empresas estatais dos países produtores mostra que, em mãos da burguesia nacional, essas companhias se transformam, por um lado, em fonte de usufruto das burguesias parasitárias rentistas e, por outro, continuam sendo parte do projeto imperialista. A conclusão é que, para ser realmente efetiva, a nacionalização sem indenização deve ser posta na perspectiva e ser parte de uma luta global contra as burguesias nacionais e o imperialismo. Deve ser parte de uma transformação revolucionária global das raízes de classe da economia e dos Estados em cada país e em todo o mundo. Em outras palavras, integrar-se como parte da luta pela revolução operária e socialista nacional e internacional.

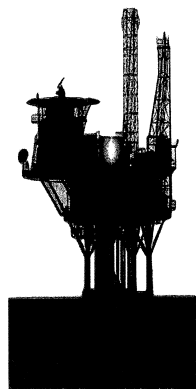
Conclusões

Os hidrocarbonetos se agotarão em algum momento do século XXI e, em um prazo ainda mais curto, começarão a escassear. Esse fato inevitável coloca hoje a humanidade frente a três graves problemas. O primeiro é como enfrentar a atual política imperialista de saque, guerras e golpes de estado para manter o controle dos hidrocarbonetos e apropriar-se de sua renda. Por isso, o primeiro passo imprescindível é a nacionalização dos hidrocarbonetos (e os recursos naturais em geral) sem indenização e sob controle dos trabalhadores e povos. O segundo problema é como planificar seu consumo, estabelecer critérios e prioridades claras que permitam ampliar a vida das reservas existentes e defender a natureza.

O terceiro é mais estratégico: como ir construindo, nos próximos 20 anos, uma matriz energética confiável, desenvolvendo a tecnologia que possa utilizá-la. Uma sociedade racional, baseada no critério de satisfazer as necessidades do conjunto da humanidade na preservação da natureza, consultaria os melhores especialistas. Depois, discutiria democraticamente as alternativas e tomaria as decisões, por mais difíceis que fossem. Ao mesmo tempo, alentaria a fundo a descoberta de fontes alternativas e investiria cada vez mais na experimentação de novas tecnologias para ver qual delas (ou qual combinação) seria a melhor para conformar uma nova matriz energética confiável, que não destruísse a natureza.

Mas, como vimos, por sua voracidade, o capitalismo imperialista faz exatamente o oposto: desperdiça os hidrocarbonetos e a energia; impulsiona invasões, guerras e golpes de Estado para impor sua dominação sobre os hidrocarbonetos; destrói a natureza e, finalmente, freia o desenvolvimento de fontes e tecnologias alternativas que poderiam gerar uma matriz alternativa. Atua como alguém que ficou sem lenha para esquentar a casa e fazer a comida e, ao invés de buscar uma alternativa, começa a queimar as janelas, as portas, o chão e, finalmente, a casa inteira. O problema é que todos nós estamos dentro dela.

Tal como já dissemos em outro artigo, as premissas objetivas da revolução socialista são hoje mais agudas que em qualquer outro momento da história. É imprescindível já não só para terminar com a pobreza, a miséria e a fome, mas também para que preservar a natureza que nos abriga e para que a humanidade possa ter algum futuro. Como parte dessa necessidade, devemos impulsionar a luta atual pela nacionalização sem indenização dos hidrocarbonetos que vem ocorrendo em diversos países e apoiar a luta da resistência iraquiana contra a ocupa-



ção imperialista. Ao mesmo tempo, devemos dar o marco da perspectiva geral apontada por Trotsky para o mundo (revolução socialista ou barbárie), que hoje está mais presente que nunca. Não exageramos ao dizer que cada dia que se atrasa a revolução socialista é um dia a mais contra a humanidade e seu futuro. ■

Notas

1 Marx o define como “um preço unicamente determinado pelo desejo de compra a capacidade de pagamento dos compradores, independentemente do preço determinado pelo preço geral de produção, assim como pelo valor dos produtos” (O Capital, Vol. III).

2 O Capital, Capítulo 46.

3 Duas notas sobre a renda petroleira.

4 Já visto que desde a década de 1970 ocorre nesse país um uso cada mais intensivo de técnicas de recuperação secundária e terciária. Dessa forma, seu custo médio em 2002 superava os 10 dólares (similar ao custo de extração no Mar do Norte), enquanto que na Arábia Saudita não chegava a 2, no Equador a 5,7 e na Venezuela a 4,6.

5 Esse ano, o preço do barril de petróleo chegou ao mais baixo, em quase três décadas, menos de 20 dólares. Desde então triplicou, mas ainda não atinge o recorde histórico de 1980, cerca de 80 dólares.

6 Para calcular essas cifras, tomamos a renda petroleira total obtida nos quatro países informados (Argentina, Equador, México e Venezuela) e projetamos sua participação na produção mundial. O custo de produção desses países fica na metade do caminho entre os EUA e o Oriente Médio. Como a maior parte da produção mundial ocorre nos países dessa última região, possivelmente a renda petroleira mundial real seja maior.

7 Segundo informa a página da Petrobrás, o barril de petróleo se comercializou a um valor médio de 30 dólares, em 2004, e esse média será, em 2005, de 52,50 dólares. Multiplicamos a diferença entre ambos os preços pela produção anual estimada e a somamos à renda calculada no ano anterior.

8 Isso se completou com a transformação de Israel em um poderoso enclave militar imperialista, um ameaça permanente aos países e pueblos árabes e muçulmanos.

9 Essa porcentagem corresponde ao capital total da Petrobrás. No entanto, a maioria das ações em mãos de investidores estrangeiros não têm poder de voto, e por isso o estado brasileiro mantém o controle político da empresa (ver artigo aparte).

10 Os dados foram obtidos nos sites respectivos. Aos lucros já informados para os três primeiros trimestres, agregou-se um montante igual ao do terceiro. Como há uma tendência de crescimento dos lucros, é possível que a cifra final do ano seja maior que a estimada.

11 Chama a atenção este baixo crescimento, mas é o que consta nos informes fornecidos pelo site da empresa.

12 Em 2003, os países integrantes do Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Bahrein, Kuwait, Omã, Qatar e Emiratos Árabes) tinham um PIB global de 340.000 milhões de dólares, um PIB per capita médio de 10.700 dólares, exportavam cerca de 200.000 milhões de dólares (quase exclusivamente petróleo) e importavam quase 100.000 milhões de dólares.

13 Ao mesmo tempo, os lucros obtidos pela Repsol na Argentina representavam 80% do lucro total dessa empresa no mundo.

14 Como expressão dessa realidade, os habitantes das províncias de Sucumbíos e Orellana, na Amazônia equatoriana (principal zona petroleira do país) iniciaram uma greve contra a empresa Occidental e denunciaram que mais de 80% da população da região tinha suas necessidades básicas insatisfeitas. A greve paralisou a extração de petróleo e, durante o mês que durou, o governo estima que perdeu 200 milhões de dólares.

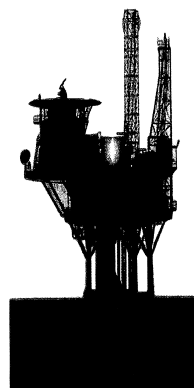
15 A produção petroleira argentina foi monopolizada por YPF até o final da década de 1950. Depois ela manteve 80% do mercado, até sua privatização completa na década de 1990. O México nacionalizou seu petróleo, até então em mãos inglesas, em 1938, no governo de Lázaro Cárdenas.

16 A Argentina, outrora um país cujo desenvolvimento social igualava aos países centrais, tem, em 2005, 40,2% de população pobre e quase 13% de indigentes, apesar dos altos índices de crescimento do PBI e do record de exportações.

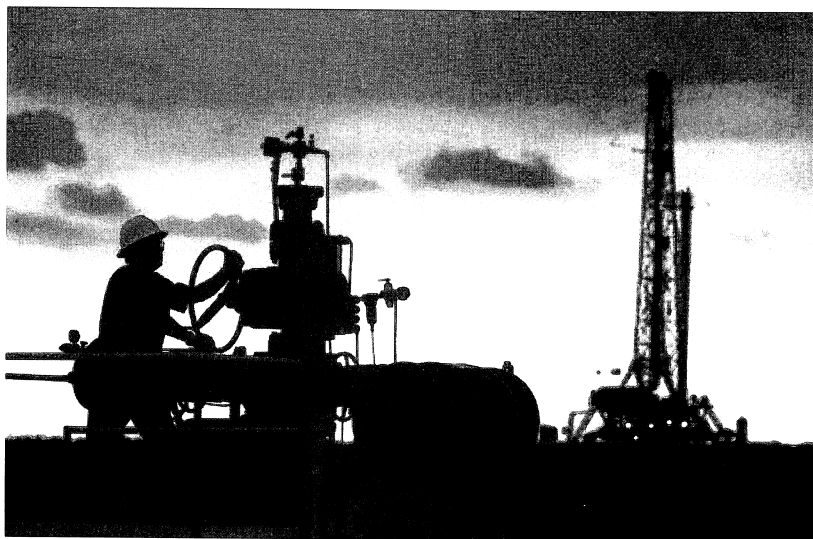
17 Sigla de milhar de pés cúbicos, tradução de milhar de BTU (British Termic Unity). Essa medida equivale a 28,32 m3 de gás.

18 As principais exportações atuais de gás boliviano vão para o Brasil (por meio da Petrobrás) e a Argentina, onde a Repsol, por sua vez, exporta gás para o Chile, a um preço superior.

19 Inclusive Chávez, apesar de toda a retórica antiimperialista, aumenta de modo crescente a entrega dos hidrocarbonetos venezuelanos. Chávez continuou a política iniciada no último governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1992) de entregar áreas a empresas imperialistas para exploração. Segundo o Wall Street Journal (24/8/04), “um terço da produção petroleira venezuelana é feita por meio dos convênios entre a PDVSA e as transnacionais”. Nessa época, a PDVSA comprava essa produção a 15 dólares o barril, quando seu custo não passava de 3. Desde então, a PDVSA continua entregando cada vez mais áreas à Phillips, à Chevron-Texaco, à Exxon-Mobil, Shell e Repsol. Estima-se que essas empresas já controlem 40% da produção.



Estratégia continental dos hidrocarbonetos. Que tipo de integração a América Latina necessita?



MARCELO
GARCÍA

O papel dos hidrocarbonetos (petróleo e gás) na América Latina converteu-se em uma peça chave na plataforma dos recursos naturais do subcontinente, tanto para revelar a estratégia imperialista de apropriação desses recursos, como para descobrir a existência de políticas de entrega e submissão que em sua grande maioria são apresentadas como progressistas.

A América Latina é um dos lugares do mundo onde a indústria petrolífera tem conseguido avanços substantivos no controle dos hidrocarbonetos. O caso da Argentina é o mais paradigmático, já que essa foi a primeira nação latino-americana a criar uma empresa petrolífera estatal¹ e, por outro lado, foi o primeiro país a privatizar a totalidade da administração e da renda gerada pelos recursos hidrocarboníferos².

O caso da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) é o que melhor demonstra o avanço das multinacionais. Mas não é o único. Praticamente já não existem empresas hidrocarboníferas estatais puras e a maioria dos países latino-americanos avançou, de diferentes maneiras, no processo de privatização e entrega de seus recursos ao capital privado multinacional.

O imperialismo não só avançou no subcontinente com suas políticas privatizantes, como também tenta fazê-lo mediante a militarização, a compra de terras em diferentes países da região ou a adoção, por parte dos políticos locais, de estratégias entreguistas.

A importância dos hidrocarbonetos na América Latina

A América Latina é uma das regiões mais importantes do mundo em relação aos hidrocarbonetos. Tanto que se converteu na peça chave e estratégica do imperialismo, seja americano ou europeu. A partir de 1980, os países da América do Sul, América Central e México foram os que mais aumentaram seu nível de produção. Mas essa tendência aprofundou-se mais ainda de 1995 até hoje.

Isso tem a ver diretamente com a chegada das companhias multinacionais do setor petrolífero ao subcontinente latino-americano. As petrolíferas focalizaram seu acionar a partir do profundo processo de privatizações ocorrido durante toda a década de 1990. Sua ação primordial foi explorar até não poder mais o óleo cru, para assim aprofundar ao máximo a extração, sem que isso se refletisse na abertura de novos poços.

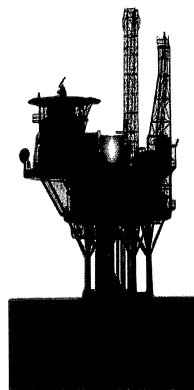
Comparando os dados percentuais dos últimos 24 anos, percebe-se que nos anos 80 foi a região da Ásia-Pacífico a que teve um aumento expressivo da produção petrolífera, mas a partir da década de 90, essa tendência deslocou-se para a América Latina e perdura até hoje.

Esses dados estatísticos modificam-se quando comparados aos volumes de petróleo extraídos no mundo inteiro. Até 2004, o Oriente Médio era a região com a maior produção hidrocarbonífera do planeta, 1.186.000.000 toneladas anuais; em segundo lugar estava a Europa e Eurásia, com 850.700.000 toneladas; a terceira posição correspondia à América Latina (incluindo o México), com um total anual de 532.610.000 toneladas. Este nível de produção da América Latina é superior ao da América do Norte (Estados Unidos e Canadá), que alcançou um nível anual de 477.370.000 toneladas. Depois vinham os países da África e Ásia Pacífico, com 441.100.000 e 379.500.000 toneladas anuais respectivamente.

Se analisamos os níveis de reserva de petróleo no mesmo período (1980-2004), observa-se que a situação da América Latina não é a mesma que no âmbito da produção, pelo contrário, as reservas cresceram bastante em toda a década de 80, quando os avanços da privatização ainda não haviam se concretizado. Desde o início dos anos 90 e até 2004, os níveis de reservas decresceram na América Latina. No restante do mundo, elas cresceram de maneira clara no Oriente Médio e na África, ainda que o valor deixa claro que as diferenças são mais que abismais entre as duas regiões. Enquanto que em 2004 o Oriente Médio possuía reservas de 733.860.000.000 barris, a África chegava a 112.230.000.000 barris.

Quanto ao gás, a América Latina não tem a mesma importância do petróleo. As reservas gasíficas mundiais em 2004 são dominadas pelo Oriente Médio, com 71,72 trilhões de metros cúbicos, seguido pela Europa e Eurásia (62,3), África (13,78), Ásia Pacífico (13,47), América Latina (7,61) e América do Norte (6,89).

Se comparada com o que acontece com a produção mundial de gás em 2004, o primeiro lugar pertence à Eurásia, com 1.051,5 bilhões de metros cúbicos.



cos e logo após a América do Norte (725,7), Ásia Pacífico (332,2), Oriente Médio (279,8), América Latina (166,2) e a África (145,1).

Quanto aos hidrocarbonetos da América Latina, as reservas no período 1980-2004 cresceram muito em países como a Bolívia, Brasil, Venezuela e Trinidad Tobago.

Os avanços da privatização

A situação das privatizações na América Latina no tocante aos hidrocarbonetos é mais que alarmante, já que as multinacionais conseguiram abocanhar uma parte de quase todos os mercados do subcontinente. Não existe hoje país ou empresa latino-americanos que não tenham capitais imperialistas. O caso da Argentina é o mais ilustrativo, mas as demais nações da região também têm sofrido a pilhagem por parte das companhias petrolíferas de origem americana ou européia.

O quadro* a seguir mostra os avanços da privatização nas últimas três décadas, refletindo estas realidades nas modalidades e extensões dos contratos entre os estados e as multinacionais, na propriedade dos hidrocarbonetos em geral e nos regimes de benefícios e impostos que as nações latino-americanas exercem sobre as empresas estrangeiras.

Argentina

Avanço das privatizações: A abertura ao capital privado começou em 1985, mas o processo teve início na Ditadura Militar (1976-1983) com um forte endividamento externo da YPF. Em 1992 privatizou-se 42% das ações da YPF Sociedad del Estado. Em 1999 a Repsol adquiriu a totalidade das ações da YPF S.A. Modalidade e extensão dos contratos: Licitação internacional. O contrato de pesquisa é de dez anos. Os contratos de exploração estendem-se por 25 anos, prorrogáveis por mais dez anos. Propriedade dos hidrocarbonetos: Os investimentos privados são proprietários absolutos dos hidrocarbonetos. Não existe a obrigação de abastecer o mercado interno. Regalias e impostos: As empresas privadas estão obrigadas a abonar 12% do valor da produção mensal.

Bolívia

Avanço das privatizações: Em 1994 foi promulgada a Lei de Capitalização convertendo as empresas estatais em sociedades mistas. Em 1996 a Lei 1689 proibiu a YPBF de pesquisar petróleo. Após as insurreições populares de 2003 e 2004, em 2005 foi sancionada uma nova Lei dos Hidrocarbonetos. Modalidade e extensão dos contratos: Licitação internacional. O máximo de três etapas de pesquisa é de sete anos. Os contratos de exploração não podem superar os 43 anos. Propriedade dos hidrocarbonetos: A legislação estipula que os contratados privados, uma vez que recebam do Estado a quantidade de petróleo que lhes corresponde segundo o contrato, podem dispor livremente dela. Não existe a obrigação de abastecer o mercado interno. Regalias e impostos: As companhias privadas estão obrigadas a pagar ao Estado 18% da produção. Em 2005 estabeleceu-se que as regalias são de 50% dos hidrocarbonetos produzidos.

Elaboração própria em base a:

* O regime de contratação petrolífera na América Latina na década de 90, Cadernos da CEPAL, número 84.

* Os investimentos no setor petrolífero peruano no período 1993-2000, série Reformas Econômicas da CEPAL.

* Estudo comparativo sobre a distribuição da renda petrolífera da Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. O marco legal do upstream dos hidrocarbonetos na América Latina, Nicolas Borda Barrero.

* A 10 anos da privatização da YPF, Marcelo Garcia e César Herrera. Artigos jornalísticos sobre os anúncios, em outubro de 2004, sobre o restabelecimento das regalias petrolíferas na Venezuela.

Brasil

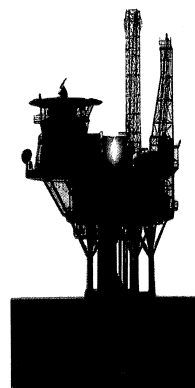
Avanço das privatizações: Desde 1975 a legislação brasileira permite o ingresso de investimentos privados de risco na área da exploração petrolífera e em caso de êxito, o hidrocarboneto era propriedade absoluta do Estado. Em 1995 foi aprovada a emenda Constitucional número 9 que permite ao Estado assinar contratos com empresas privadas para pesquisar e explorar petróleo. Modalidade e extensão dos contratos: Licitação internacional. Para a pesquisa é de três anos, podendo estender-se por mais três anos. No caso da exploração, o prazo máximo da concessão é 27 anos. O governo fez seis rodadas de licitação de campos petrolíferos marginais. A última foi suspensa em 2004 pela Justiça. Propriedade dos hidrocarbonetos: O Estado garante às empresas vencedoras a propriedade dos hidrocarbonetos extraídos, cobrando impostos e regalias. Estabeleceu-se a obrigação de abastecer o mercado interno. Regalias e impostos: As empresas privadas só estão obrigadas a abonar 12% do valor da produção mensal.

Colômbia

Avanço das privatizações : Desde 1969 está aberta a possibilidade de associação com o setor privado para a pesquisa e a obrigatoriedade de associação com o Estado na exploração. Em 2002 foi modificada a lei dos hidrocarbonetos, incluindo o regime de regalias móveis na etapa de exploração. Modalidade e extensão dos contratos: Licitação internacional. A etapa de pesquisa estende-se por seis anos. A fase de exploração não pode superar os 22 anos. Propriedade dos hidrocarbonetos: A legislação estipula que os contratantes privados, uma vez que recebam do Estado a quantidade de petróleo que lhes corresponde, podem dispor livremente dela. Existe a obrigação para que as empresas privadas abasteçam o mercado interno. Regalias e impostos: O Estado cobra em conceito de regalia 20% da produção hidrocarbonífera.

Equador

Avanço das privatizações : Em 1993 foram promulgadas as leis 44 e 49 que modificaram a Lei dos Hidrocarbonetos e introduziram os contratos com participação privada, mas desde 1982 iniciou-se a modificação da legislação para possibilitar o acesso das empresas privadas. Desde 2003 e durante 2004 o presidente Lúcio Gutiérrez deu claros sinais de querer avançar na privatização dos hidrocarbonetos. Modalidade e extensão dos contratos: Licitação internacional. A fase de pesquisa estende-se por quatro anos, prorrogável por mais dois anos. Os contratos de exploração podem ser no máximo de 20 anos. Propriedade dos hidrocarbonetos: As empresas dispõem livremente dos hidrocarbonetos que lhes corresponde. Existe a obrigação para que as empresas privadas abasteçam o mercado interno. Regalias e impostos: As regalias não são pagas pelas empresas privadas, mas pela Petroequador. A regalia é de 12% se a produção chega aos 30.000 barris diários. Passa a 14% se forem extraídos até 60.000 barris por dia. E sobe para 18,5% quando supera os 60.000 barris diários.



México

Avanço das privatizações: O artigo 27 da Constituição de 1917, ainda vigente, estabeleceu o monopólio do Estado em todas as atividades da indústria petrolífera. O Nafta de 1994 abriu as compras estatais de hidrocarbonetos de outros países integrantes do TLC (Canadá e Estados Unidos). Em 1995 habilitou-se o ingresso de capital privado no armazenamento, transporte e distribuição de gás natural. Desde 2004 o presidente Vicente Fox realizou denodados esforços para privatizar a PEMEX e os setores elétricos. Modalidade e extensão dos contratos: Não existe a possibilidade de contratação de setores privados para a pesquisa e a exploração, mas a Lei Orgânica da PEMEX (1992) estipulou a reorganização empresarial e abriu espaço para a ação de empresas privadas nas tarefas de perfuração e investigações geofísicas. Propriedade dos hidrocarbonetos: O Estado é o proprietário de todos os hidrocarbonetos extraídos e por extrair.

Peru

Avanço das privatizações : Em 1993 foi sancionada a Lei 26.221 que concretizou a privatização parcial da Petroperu. Esta mesma lei criou a figura administrativa da Petroperu, organismo encarregado de celebrar os contratos com as empresas privadas. Anteriormente, em 1987, a Lei 24.782 outorgou incentivos às empresas privadas. Modalidade e extensão dos contratos: Na pesquisa, o período máximo é de seis a sete anos. Para a exploração é de 23 anos. Propriedade dos hidrocarbonetos: Os hidrocarbonetos in situ são propriedade do Estado, mas as empresas são proprietárias do petróleo extraído, pagando previamente as regalias correspondentes. Não existe obrigação de abastecer o mercado interno. Regalias e impostos: Até 1996 as regalias cobradas pelo Estado eram de 8% sobre a produção, mas depois da privatização estipulou-se um novo esquema. A metodologia estipula que se dividem os ingressos pelas saídas e segundo o resultado é a porcentagem a pagar. Se o resultado está entre 0 e 1, será pago 15%, se está entre 1 e 1,5, é de 20%; entre 1,5 e 2,25% e se supera 2 será de 35%.

Venezuela

Avanço das privatizações : Em 1992 e 1993 aprovou-se contratos de serviços para que as companhias privadas pudessem efetuar tarefas de recuperação secundária em campos marginais de petróleo pesado e extra pesado. Em 1995 aprovou-se a Lei que autorizou a celebração de convênios com o setor privado para a exploração de risco e a produção sob o esquema de ganhos compartilhados. Modalidade e extensão dos contratos: Licitação internacional. A fase de pesquisa pode estender-se por 9 anos. A etapa de exploração não pode superar os 20 anos, ainda que na Faixa do Orenoco estabeleceu-se um máximo de 35 anos. Propriedade dos hidrocarbonetos: O petróleo é propriedade do Estado e as empresas privadas só recebem uma quantidade de petróleo como retribuição de suas atividades, em uma proporção equivalente à sua participação no capital social da empresa mista. As empresas privadas devem abastecer o mercado interno. Regalias e impostos: Entre 1967 e 1975 as regalias cobradas pelo Estado eram de 22%

e até 1992 foi reduzida a 16,6% da produção, mas em 1995 estabeleceu-se que o Poder Executivo podia reduzir esta porcentagem quando se demonstrara que não era possível alcançar as margens mínimas de rentabilidade. Entre 1993 e 1997 firmaram-se convênios com o setor privado, na Faixa do Orenoco, onde as regalias foram reduzidas a 1%. A nova Lei de Hidrocarbonetos (2001) estabeleceu níveis de regalias entre 20 e 30%. Em 2004 anunciou-se o retorno a 16,6%.

Os casos de Venezuela e Cuba

Venezuela e Cuba são dois casos particulares na América Latina que podem elevar ainda mais a importância da região no rol dos hidrocarbonetos, em especial nas reservas de petróleo e gás. Na faixa do Orenoco venezuelano existem grandes reservatórios de petróleo pesado e extra pesado; já o país de Fidel Castro conseguiria o auto-abastecimento e até poderia transformar-se em um país exportador, a partir dos resultados das pesquisas nas águas do Golfo do México.

O processo da Venezuela está estreitamente ligado aos novos descobrimentos petrolíferos na denominada Faixa do Orenoco³.

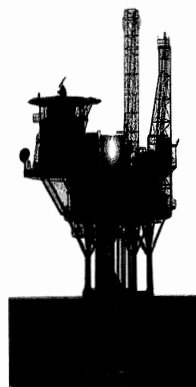
Localização da Faixa do Orenoco Venezuelana

É por isto que as multinacionais do setor estão dispostas a tudo para chegar à Venezuela e explorar seus hidrocarbonetos. Após o triunfo no referendo em agosto de 2004, o presidente Hugo Chávez garantiu a segurança jurídica que essas empresas necessitam. Chávez vocifera contra o imperialismo, mas ao mesmo tempo garante o suprimento vital de petróleo e combustíveis refinados aos Estados Unidos, sem o qual a nação comandada por Bush filho entraria em uma crise séria de abastecimento. O próprio presidente venezuelano advertiu àqueles que ameaçam assassiná-lo, que se o fizerem ficarão sem alguém que controle o cavalo revolucionário do povo bolivariano.

“Eu digo a meus adversários que me vêem como um inimigo, aqui ou em qualquer parte do mundo, que um dos meus papéis, e eu o assumo, tem sido, há algum tempo, o de regulador deste processo. Desde antes de 4 de fevereiro venho impulsionando este processo, mas estabelecendo limites. Muitas vezes como o ginete que tem que frear a cavalgada e logo solta as rédeas, freia... cruza para a esquerda, cruza para a direita”, admitiu o próprio Chávez em seu programa semanal *Alô Presidente*⁴.

Baseado no valor das reservas da Faixa do Orenoco e do apetite das petrolíferas multinacionais, o governo chavista converteu-se no que o próprio imperialismo americano denominou como uma “garantia” para a exploração dos hidrocarbonetos nessa região, o que ademais permitiria o vital abastecimento de petróleo e derivados da Venezuela para os Estados Unidos.

Outro dos questionamentos que surgem do próprio seio da sociedade venezuelana está vinculado ao processo pelo qual vem atravessando a empresa estatal Petróleo Venezuela Sociedade Anônima (PDVSA). O pesquisador venezuelano Pablo Hernández denunciou que “um terço (um milhão de barris diários) de nossa produção petrolífera produz-se nos chamados convênios operativos firmados por (Luís) Giusti - ex-presidente da PDVSA -, que significou a privatização de uma parte fundamental do setor petrolífero venezuelano”⁵.



No caso de Cuba começou-se a explorar as já existentes, ainda que não dimensionadas, reservas hidrocarboníferas que se encontram nas águas do Golfo do México. Esta zona, que poderia contar com enormes reservas de petróleo e gás, começaram a ser exploradas – essencialmente na área de domínio cubano, que é compartilhada com os Estados Unidos e México – nos últimos tempos.

Fábio Barbosa Cano, especialista na temática petroléira do Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autônoma do México, entende que, ante a riqueza de petróleo do Golfo que poderia ascender a uns 100 milhões de barris⁶, “há um risco real de que as companhias americanas apropriem-se do petróleo”. Assim revelou Gian Carlo Delgado Ramos no artigo publicado pela revista *Enfoques Alternativos*, edição de junho de 2004, sob o título “Militarismo imperial e petróleo”.

A generosidade do Golfo do México vem sendo explorada pelos Estados Unidos há mais de uma década e, segundo dados do governo americano, “o potencial de produção do Golfo significa para os Estados Unidos cerca de 30 por cento da produção doméstica de petróleo e 23% de gás (...) entre 1995 e 2002, a extração americana de petróleo de águas profundas do Golfo aumentou 535% enquanto que a do gás aumentou 620%.

O governo Castro mostrou uma clara intenção de desenvolver hidrocarbonetos através das multinacionais do setor e não optou por nenhuma empresa estatal latino-americana para aprofundar a busca de reservas nos 59 blocos em que dividiu os 112.000 quilômetros quadrados do Golfo do México. Acabou por entregar essa tarefa decisiva, em seis blocos, à espanhola Repsol-YPF e à Sherritt International em outros quatro.

Existiram alguns antecedentes de tentativas de explorações conjuntas entre a brasileira Petrobrás e a cubana Cubapetróleo (Cupet), mas são minoritárias em relação às outorgadas à Repsol-YPF e as que ofereceu às petroleiras americanas, em dezembro de 2003.

Em meados de 2004, a petroleira ibérica anunciou o início das explorações na região em questão e o jornal mexicano *A Jornada* informava que “Repsol-YPF está investindo grandes somas em dinheiro na exploração petroléira na zona marítima do noroeste de Cuba... A exploração é parte de um convênio da transnacional Repsol-YPF com o governo do presidente Castro. Os trabalhos de perfuração realizam-se em um campo localizado no mar, a 29 quilômetros da costa, na área cubana do Golfo do México, que especialistas consideram que pode acontecer grandes quantidades de óleo... O descobrimento poderia ter uma implicação econômica, mas também pode influir no embargo econômico dos Estados Unidos contra a ilha, posto que as companhias petroleiras americanas estão impossibilitadas de participar das explorações”⁷. Em 29 de julho de 2004, a própria petroleira espanhola confirmou a existência de grandes quantidades de petróleo de boa qualidade e agora resta saber quando começará sua extração⁸.

As maiores empresas petrolíferas internacionais, especialmente as de origem americana, esperam com interesse o saldo das operações iniciais da Repsol-YPF em águas profundas cubanas, de olho nas reservas. Mas as petroleiras americanas se deparariam com um impedimento que já estão tentando contornar: o bloqueio comercial e econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba complicaria as suas possibilidades na região. John Kayulich, presidente do Conselho Econômico e

Comercial dos Estados Unidos e Cuba, considerou que “O bloqueio contra Cuba obstaculiza operações muito promissoras que poderiam ajudar a fortalecer a segurança energética americana. Ademais, os conglomerados petroleiros poderiam obter ingressos de uns dois ou três bilhões de dólares anuais em novas fontes de petróleo e gás, segundo estudo sobre o abastecimento energético à Flórida⁹.”

Que tipo de integração energética a América Latina necessita?

A integração comercial, tecnológica e em qualquer dos níveis das economias latino-americanas pode ser um grande progresso, mas o tema central é a conjunção eqüitativa, igualitária, democrática e evolutiva das nações do subcontinente, tendo como prioridade os trabalhadores e o povo, sem que os imperialismos, as burguesias e o capitalismo terminem sendo os grandes beneficiários dos acordos de cooperação e intercâmbio.

No marco dessas premissas básicas, é indispensável analisar a proposta de colaboração estratégica no âmbito energético das nações latino-americanas, que foi lançada com o nome de Petroamérica por Hugo Chávez.

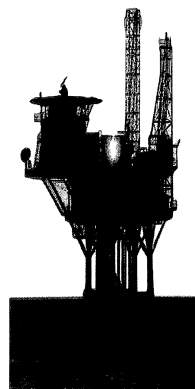
Tal como foi descrito anteriormente, a integração da América Latina no que toca aos hidrocarbonetos e a energia poderia ser uma peça chave para o desenvolvimento eqüitativo dos países que a integram, mas também é certo que, se os objetivos estratégicos não são colocados como parte de uma mudança mais global que inclua a defesa dos recursos naturais como parte do rechaço ao avanço imperialista às privatizações, ao aumento da fome, à proliferação do desemprego e à iniquidade social, de nada servirá integrar-se no bloco energético regional.

Nos últimos tempos, os governos de Kirchner e Chávez deram passos na contribuição entre ambas as nações para resolver o que a Argentina colocou como “uma profunda crise energética”¹⁰. A venda de fuel oil por parte da Venezuela à Argentina seria algo positivo e aliviou uma situação de crise; assim também aconteceu com o gás que a Bolívia vendeu à Argentina.

No entanto, o exemplo do intercâmbio com a Venezuela mostra qual é a limitação da integração nas condições atuais. A suposta crise que foi solucionada na Argentina com a importação de fuel oil venezuelano foi produto de uma chantagem direta das multinacionais energéticas e petroleiras ao Estado argentino. Com esta chantagem, as empresas privatizadas conseguiram que o governo Kirchner decretasse aumentos nas tarifas dos serviços públicos e, ao mesmo tempo, se produziram aumentos nos preços internos dos hidrocarbonetos e seus derivados.

Outro ângulo deste mesmo episódio é a importação de gás proveniente da Bolívia, contra a expressa vontade do povo boliviano, que fora manifestada nas insurreições populares de 2003 e 2004 e acabaram com os governos de Gonzalo Sánchez de Losada e Carlos Mesa.

Kirchner, juntamente com Lula, cumpriu um papel fundamental na solução da crise boliviana até a posse do vice-presidente Carlos Mesa, que era a reivindicação do imperialismo e as multinacionais petroleiras. Como é evidente, em nenhum desses casos os povos da região foram os beneficiários da política estatal venezuelana, argentina, boliviana e brasileira. Isso significa que para que iniciativas como as de Petroamérica ou Petrosul realmente se traduzam em ações concretas que marchem em favor dos trabalhadores e dos povos latino-



americanos, a primeira condição será terminar com o controle das multinacionais sobre os recursos naturais da região, começando pelo petróleo e o gás. A nacionalização, sem nenhum tipo de indenização, dos recursos naturais (incluindo a água, os minerais e, fundamentalmente, os hidrocarbonetos) é o primeiro passo que deve dar os povos da América Latina, encaminhado até a estatização destes recursos, os quais devem ser postos sob o controle dos trabalhadores.

O tema da estatização sob o controle dos trabalhadores é uma peça fundamental e indivisível dos objetivos que se devem colocar as nações latino-americanas, já que as experiências históricas mostram que todas as empresas estatais que foram criadas nos últimos 80 anos foram manejadas por burgueses, burocratas ou militares nacionalistas e seus resultados estão à vista.

O caso emblemático da YPF na Argentina é o que mais elementos aporta. Foi criada em 1922 pelo general nacionalista Enrique Mosconi e, desde seu início, suas políticas de defesa do petróleo foram acertadas, ainda que sempre compartilhou com o setor privado a exploração e o manejo das reservas do mesmo.

Ninguém pode negar os importantes avanços sociais que conquistou a política mosconiana de expansão territorial e geração de complexos sociais em lugares longínquos das grandes capitais mas, ao mesmo tempo, o desenvolvimento ferreamente militar refletiu-se nas múltiplas repressões das quais foram vítimas os operários da companhia estatal ante cada uma das greves que realizaram para melhorar suas condições de trabalho. Também se traduziu na expulsão e posterior deportação de operários de origem européia, que possuíam ideologias socialistas, comunistas e anarquistas.

Aqui surge um debate ainda pendente com muitos que impulsionam a nacionalização e posterior estatização dos hidrocarbonetos. O petróleo, o gás e todos os recursos naturais dos países latino-americanos devem estar a serviço dos trabalhadores e dos povos e, ao mesmo tempo, devem ser manejados pela classe operária.

Retomando a problemática da integração energética, é necessário dizer que é de vital importância a intervenção direta e efetiva dos trabalhadores nos processos de negociação dos acordos e que os mesmos não sejam realizados pelos governos lacaios do imperialismo e dependentes das burguesias nacionais.

O pesquisador Pablo Hernández incorporou uma série de conceitos muito interessantes em torno da integração energética latino-americana, que bem podem ser considerados como uma advertência. Hernández expressou: “O objetivo essencial da companhia petrolífera e as potências imperialistas é apropriar-se e controlar absolutamente as jazidas petrolíferas. Na América Latina, a estratégia dos Estados Unidos através do plano denominado ‘A iniciativa Hemisférica Energética’ inscreve-se na estratégia do Plano Colômbia e do Plano Puebla Panamá, que conduzem a privatizar e controlar o setor petrolífero latino-americano dentro da chamada iniciativa Petroamérica, baseada na privatização e fusão das principais companhias estatais da América Latina sob a hegemonia norte-americana”¹¹.

No marco da integração energética, na Argentina, está a recente criação da Enarsa (Energia Argentina Sociedade Anônima), uma nova companhia petrolífera que compartilhará capitais estatais com privados e que é apresentada como um avanço do Estado argentino no controle a exploração destes recursos.

As primeiras ações realizadas pela Enarsa tem demonstrado que se encontra no vértice oposto do que o povo argentino necessita. Seu primeiro objetivo foi por em marcha a pesquisa e posteriormente a exploração off shore (mar adentro) do petróleo e do gás existente na plataforma submarina argentina. Definitivamente, a Enarsa põe o dinheiro para pesquisar e logo dividir os dividendos de uma exploração petroleira que bem poderia engrossar a renda que o Estado tem ao alcance de suas mãos.

Nas atuais circunstâncias está claro que a proposta da Enarsa não serve: o que se necessita é a estatização de todos os recursos naturais, e dos hidrocarbonetos em particular, sem nenhum tipo de pagamento ou ressarcimento econômico às multinacionais.

Os enormes lucros obtidos pelas empresas privadas durante os últimos 15 anos¹², somados ao desperdício dos recursos hidrocarboníferos (motivo pelo qual a Argentina se transformaria em um país importador de petróleo no ano 2008) justificam a expulsão das multinacionais. É impossível conseguir uma estatização efetiva e evolutiva se a mesma não é posta em marcha pelos trabalhadores, que devem exercer o controle e a organização das novas empresas estatais e até poderia pensar em algum tipo de mecanismo de controle popular.

Para que este novo esquema possa ter possibilidades concretas de êxito e bem-estar para o povo inevitavelmente deve-se mudar radicalmente o tipo de estado e, por conseguinte, a sociedade onde o mesmo se desenvolva. Após avançar nos conceitos de integração impõe-se uma discussão fundamental: quem pode e deve exercer o poder estatal para implementar esta política independente?

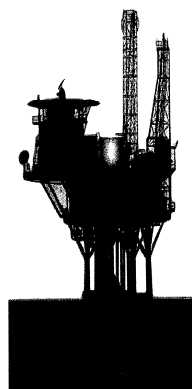
Nenhum dos governos atuais ou anteriores da América Latina tomou esse rumo de forma conseqüente, mais além das diferenças profundas e de matizes entre eles. No entanto, ao deixar intacta a estrutura capitalista de seus países, não puderam valer-se da estatização do petróleo e do cobre para superar a situação de atraso e dependência de seus países e modificar substancialmente as condições de miséria e no saque que estão submetidos os povos da região. Isto é, na disputa pela estatização dos recursos naturais está colocada a questão de quem exerce o poder nos países latino-americanos e para quem.

Uma das alternativas que se coloca como mais viáveis é que governem as organizações operárias e populares na região para impor a expropriação dos recursos naturais, sob o controle dos trabalhadores. Uma vez instauradas essas mudanças essenciais, é necessário estabelecer um marco de coordenação entre os estados nacionais em uma perspectiva socialista¹³. Nesse programa, a Petroamérica, a Petrosur e a Petrocaribe se tornam ferramentas de importância, mas é necessário mudar pela raiz seus objetivos e, conseqüentemente, refundar os estados. ■

Notas

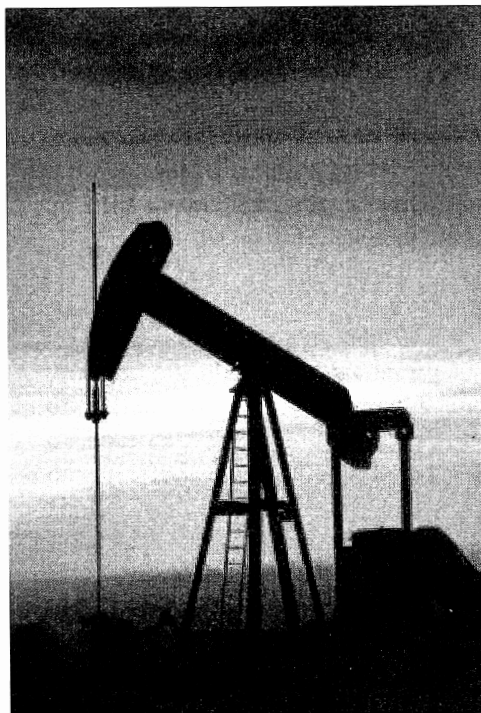
1 Yacimientos Petrolíferos Fiscales Sociedad del Estado (YPF) foi criada em 1922 pelo general Enrique Mosconi e foi a primeira empresa estatal latino-americana de hidrocarbonetos.

2 No final do ano de 1992, 70 anos depois de sua criação, o governo de Carlos Menem privatizou YPF, convertendo-a em uma empresa com maioria de capital privado, terminando com o controle estratégico estatal do ramo dos hidrocarbonetos.



- 3 Ver a Faixa do Orenoco - 65 anos de seu descobrimento, de Aníbal R Martínez e publicado por www.soberania.org em 13 de fevereiro de 2004.
- 4 O audio original foi publicado por www.argenpress.info em 5 de junho de 2005.
- 5 Ver O Plano de Negócios da PDVSA: Um plano privatizador. Investigação elaborada por Pablo Hernández e publicada por Soberania em novembro de 2003.
- 6 No artigo Cuba marcha até o auto-abastecimento de petróleo, publicado pelo diário espanhol El País (4/7/2004), Mauricio Vicent assinalou que “segundo dados do Ministério de Indústria Básica (Minbas), suas reservas provadas são de mais de 100 milhões de toneladas - mas de petróleo de baixa qualidade”.
- 7 Ver Inicia Repsol-YPF perfuração em um campo petrolífero no mar de Cuba, Roberto González Amador e Ismael Rodríguez (19/6/2004).
- 8 Ver Informou Repsol que encontrou petróleo, mas ainda não comercializável de Carlos Iglesias, publicado em Argenpress.
- 9 Ver Brasil e Cuba: não só petróleo no horizonte. www.rebellion.org (19/09/2003) de Progreso Weekly seu autor é Carlos Iglesias.
- 10 A “crise energética argentina” na realidade foi uma cortina de fumaça montada pelo governo de Kirchner para possibilitar às multinacionais petroleiras aumentar desmesuradamente as tarifas. Ver Inexistência e profundidade da crise energética, por Marcelo García.
- 11 Ver O Plano de Negócios da PDVSA: Um plano privatizador.
- 12 Segundo um recente informe publicado pela UNCTAD (setembro de 2005), entre 1999 e 2004, o Estado argentino deixou de apoderar-se de 17.400.000 de dólares de renda do petróleo que foram apropriados pelas multinacionais.
- 13 Proposta elaborada desde a política e a teoria da Frente Operária Socialista (FOS) e a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) na perspectiva da criação da Federação Latino-Americana de Nações Socialistas.

Quem controla a Petrobrás?



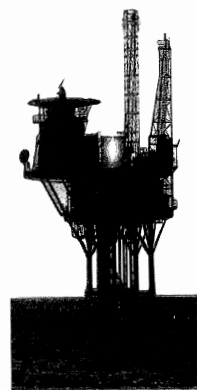
JOÃO
VALETIM

Está no imaginário popular: “a Petrobrás é do povo brasileiro”. Será que isto é uma verdade ou são outros os interesses que decidem os destinos da empresa? Qual seria então o lugar da Petrobrás na realidade brasileira, latino-americana e mundial? O que procuramos demonstrar neste artigo é que a Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás é hoje cada vez mais multinacional, funciona com os critérios de uma empresa privada e busca, acima de tudo, garantir o maior rendimento possível para seus acionistas, majoritariamente privados e, em parcela significativa, estrangeiros.

A criação da Petrobrás

A Petrobrás surgiu de uma das maiores mobilizações de massas da história do Brasil, a campanha “o petróleo é nosso!”. Diferente de outras grandes estatais petrolíferas, ela não foi criada a partir de uma luta pela nacionalização da produção de petróleo sob o controle das multinacionais do setor¹. Praticamente não se produzia petróleo no Brasil e as empresas multinacionais não apostavam em descobertas significativas de óleo no território brasileiro.

A lei nº 2004, de 1953, criou a Petrobrás, de propriedade e controle 100% brasileiros e majoritariamente da União. A ela foi concedido o monopólio da



exploração, produção, transporte e refino de petróleo e derivados. A distribuição ficou de fora do monopólio. Sua criação foi parte de um cenário de lutas anti-imperialistas no Brasil e na América Latina.

Naquela época predominava na esquerda, hegemônica pelo Partido Comunista Brasileiro, a ideologia do desenvolvimentismo e da necessidade de aliança com a burguesia nacional para lutar contra o imperialismo e o latifúndio, como forma de superar o “feudalismo” e desenvolver o capitalismo nacional. Esta política desarmou a classe trabalhadora brasileira em sua luta anti-imperialista, ao depositar confiança em uma burguesia que posteriormente preparou o golpe militar de 1964 junto com o imperialismo e os latifundiários. A luta anti-imperialista dos trabalhadores brasileiros foi tão forte que em 1964 forçou o governo João Goulart a encampar todas as refinarias privadas, criadas antes do monopólio. Pouco depois, com o golpe militar, a medida foi revogada.

Assim, apesar de os trabalhadores nunca terem tido controle da empresa, ela surgiu como fruto de uma grande vitória da luta das massas. Desde seu surgimento até a década de 90, a Petrobrás foi vista como uma empresa nacional, estatal e estratégica, cuja função seria a garantia do abastecimento de petróleo e derivados para a economia brasileira. A empresa cresceu nos marcos do projeto de desenvolvimento definido desde os anos 50 no Brasil, baseado no tripé capital estatal, capital multinacional e capital privado nacional, este último como sócio menor. Foi um período de crescimento vertiginoso da economia brasileira, amparado fundamentalmente no investimento estatal e no ingresso de capital estrangeiro. As indústrias de base e a infra-estrutura, como siderurgia, petróleo, mineração, geração e distribuição de eletricidade, transportes e telecomunicações, ficaram por conta do estado e das estatais. As empresas multinacionais instalaram-se nos ramos mais importantes e centrais da indústria, como as montadoras de automóveis, química, mecânica, metalurgia, entre outras. As empresas privadas nacionais, em geral, estavam em ramos subordinados na cadeia de mercadorias, como autopeças, por exemplo, e em indústrias de bens de consumo leve.

Esta penetração do capital estrangeiro foi parte do processo de recuperação econômica do capitalismo mundial após as duas guerras mundiais e a crise de 1929, agora sob a incontestável hegemonia dos EUA. Para permitir esse crescimento fez-se necessário o abastecimento garantido de recursos energéticos, em especial o petróleo. Embora tenha sido uma enorme conquista a garantia de que a exploração, produção, transporte e refino do petróleo se desse sob uma empresa estatal e não diretamente sob o controle das multinacionais, estas atividades sempre estiveram, essencialmente, a serviço da acumulação do capital privado no Brasil, nos marcos do processo de crescente internacionalização da economia doméstica.

O projeto neoliberal, a recolonização e as transformações no setor petrolífero

Os planos neoliberais de abertura econômica, privatizações, desnacionalização, desregulamentação e precarização das relações trabalhistas deram o seu salto de qualidade no início dos anos 90, com o governo Collor, e tiveram um novo salto durante os dois governos de Fernando Henrique Cardo-

so. O setor de petróleo e a Petrobrás também sofreram mudanças qualitativas dentro desta nova totalidade.

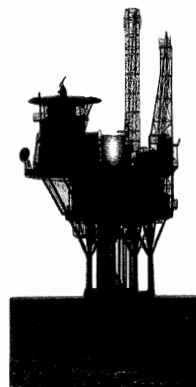
Se o desenvolvimento capitalista brasileiro a partir de meados dos anos 50 ocorreu sob o tripé dos capitais estatal, multinacional e privado nacional, com os planos neoliberais observamos uma verdadeira recolonização, restabelecendo o controle direto das firmas multinacionais sobre quase todos os segmentos que estavam sob o controle estatal e privado nacional. A Petrobrás foi uma das poucas empresas estatais que não passaram formalmente ao controle do capital privado, através da privatização direta. Entretanto, na nova arquitetura do setor petróleo, a Petrobrás, de uma empresa estatal, nacional e estratégica, que visava garantir o abastecimento interno, passou a ter como projeto se tornar uma multinacional, gerida com critérios de empresa privada e tendo como objetivo fundamental a maior rentabilidade para os acionistas.

Os primeiros passos neste sentido, ainda no governo Collor, foram a privatização ou extinção de uma série de empresas do sistema Petrobrás. O setor mais atingido foi o petroquímico, praticamente todo privatizado. A obra foi completada pelo governo FHC que, em poucos anos, acabou com o monopólio exercido pela Petrobrás e diminuiu qualitativamente a participação acionária governamental na empresa. A desestatização do setor de petróleo pode ser melhor simbolizada na tentativa de mudança do nome da empresa para Petrobrax, feita em 2001 pelo seu então presidente Henri Phillippe Reichstul². Apesar de ter que recuar da proposta, tendo em vista a reação em contrário de vários segmentos, hoje o nome da empresa perdeu o acento, sendo agora Petrobras. O movimento sindical petroleiro, em protesto, continua escrevendo com acento em seus materiais.

O novo modelo do setor petróleo no Brasil passou a ser o seguinte: o monopólio deixaria de ser exercido pela Petrobrás e passaria a ser da União, que o exerceria através da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A ANP atuaria como uma agência reguladora, responsável, entre outras atribuições, pelas concessões às empresas interessadas em atuar no setor petróleo. A Petrobrás passaria a estar sujeita à concorrência em todos os elos da cadeia petrolífera. Segundo a nova concepção, a empresa, para sobreviver à concorrência, deveria diversificar suas atividades para o exterior e abrir seu capital nos mercados de capitais estrangeiros. Desde a mudança na regulamentação, verifica-se não só uma grande penetração do capital estrangeiro no setor petróleo, principalmente em seu segmento mais lucrativo, que é o de exploração e produção, como o desenvolvimento de inúmeras parcerias produtivas entre a Petrobrás e as multinacionais.

Como mecanismo de “promoção da concorrência” ocorreu a “liberação” dos preços do petróleo e derivados, que, a partir de 2002 deveriam passar a ser vendidos no mercado interno acompanhando as cotações internacionais desses produtos. Isto tem dois sentidos: de um lado, permite à Petrobrás (e aos seus acionistas) o maior lucro e, por outro, viabiliza o ingresso de capital privado no mercado interno de petróleo e derivados.

A política de abertura ao capital estrangeiro e as licitações das áreas petrolíferas tem como conseqüência o rápido aumento da produção de petróleo e gás, sem um planejamento estratégico das reservas. O Brasil está próximo da auto-suficiência na produção de petróleo e de se tornar um exportador líquido.



O problema é que as reservas nacionais são poucas. Há previsões de que em poucos anos a produção nacional chegue a seu pico e comece a decrescer. Isto em uma situação em que os preços internacionais apresentam uma dinâmica historicamente crescente, embora cíclica.

Quem controla a Petrobrás hoje

Na lei nº 9.478, que criou a nova regulação do setor petróleo, a União deixou de ter, obrigatoriamente, sob seu controle a maioria do capital da empresa, devendo possuir apenas a maioria de seu capital votante³. Com isto o governo pôde se desfazer da maioria das ações da Petrobrás, detendo, hoje, 32,3% do capital total e 55,7% do capital votante. Manteve o controle da empresa, mas não a maioria de seu capital. Hoje, a composição acionária da Petrobrás é a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Capital Social Total
União Federal	55,7%	-	32,2%
BNDESPar	1,9%	37,6%	7,7%
ADR Nível 3	27,1%	14,4%	30,5%
FMP -			
FGTS Petrobras	4,9%	-	2,8%
Estrangeiros			
(Resolução nº 2.689 C.M.N.)	2,8%	32,3%	18,0%
Demais pessoas físicas e jurídicas	7,5%	15,8%	7,7%

Fonte: Relatório Anual da Petrobrás - 2004

As ações referidas à Resolução 2.689 do CMN (Conselho Monetário Nacional), são de estrangeiros, mas negociadas no mercado de capitais brasileiro. Os ADRs (American Depositary Receipts) são certificados denominados em dólar, emitidos por bancos norte-americanos e negociados no mercado de capitais norte-americano. Estes certificados são representativos das ações de empresas sediadas fora dos EUA. Possuir ADRs da Petrobrás nos EUA equivale a possuir ações da empresa no Brasil. As ADRs de nível 3 implicam que a empresa correspondente deverá cumprir todas as regras da SEC (Securities and Exchange Commission, agência que regula o mercado de capitais dos EUA) e publicar seus balanços em US-GAAP (normas contábeis norte-americanas). A emissão de ADRs de nível 3 permite o acesso a captações de recursos, através da emissão de títulos de dívida, no mercado de capitais norte-americano.

A primeira constatação, ao observar esse quadro, é que mais de 60% do capital da Petrobrás é privado e praticamente 50% das ações estão em mãos estrangeiras. Isto significa que da distribuição de dividendos (parcela do lucro que é distribuída aos acionistas), a maior parte ficará em mãos privadas e quase a metade será remetida ao exterior, sobretudo aos países imperialistas. Da parcela do lucro que é distribuída à União, parte considerável destina-se ao pagamento

dos serviços das dívidas interna e externa. Seu caixa é ainda utilizado pelo governo para compor a formação do superávit primário do setor público, uma exigência do FMI e dos credores internacionais do Brasil. Além disso, é crescente a emissão de títulos de dívida da Petrobrás e de subsidiárias no mercado de capitais dos EUA. Esta constatação nos remete à discussão sobre a crescente apropriação da renda gerada na indústria petrolífera pelos países imperialistas, tema abordado no artigo de Alejandro Iturbe publicado nesta mesma revista.

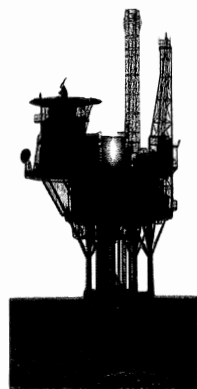
Há um segundo aspecto não tão explícito. Quais são as conseqüências desta participação acionária e da emissão de títulos de dívida nas políticas e definições estratégicas da empresa? Apesar de o governo ter a maioria das ações com direito a voto, a Petrobrás, para ter o direito de lançar ações e títulos no mercado de capitais norte-americanos, deve se sujeitar a uma série de condições e à legislação dos EUA. A Petrobrás deve tornar-se completamente transparente para os investidores do mercado de capitais norte-americano e demonstrar que busca defender os direitos de seus acionistas e credores, ou seja, sua remuneração. Sua contabilidade deve ser feita também de acordo com as normas aceitas nos EUA e deve ser publicado anualmente junto à SEC um informe (Form-20-F) detalhado sobre todas as atividades e assuntos relevantes da Petrobrás. Na medida em que procura ampliar suas captações de recursos nos mercados de capitais estrangeiros e buscar menores taxas de juros, a empresa deve alcançar menores índices de risco e demonstrar que sua prioridade máxima é a remuneração do acionista e dos credores. Recentemente a direção da empresa vangloriou-se de que o “risco-Petrobrás” está se descolando do risco-país. Isto nada mais significa de que a Petrobrás está se descolando do país.

Esta mudança no perfil da empresa já tem se traduzido em uma deterioração nas relações trabalhistas, cada vez mais precárias e desiguais. De acordo com o Balanço Social da Petrobrás 2004, a empresa tem, no Brasil, 46 mil trabalhadores próprios, que prestaram concurso público para entrar na companhia, e 146 mil trabalhadores terceirizados. Ou seja, $\frac{3}{4}$ da mão de obra da Petrobrás é terceirizada⁴.

A Petrobrás tem batido seus recordes de lucros ano após ano, beneficiando-se do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional⁵. Em sua relação com a população brasileira, a Petrobrás, ao praticar os preços internacionais no mercado interno, muito acima do custo de produção, alcança lucros exorbitantes, penalizando a população para engordar os bolsos dos acionistas. Uma empresa estatal e monopolista, que visasse o desenvolvimento econômico e social, poderia manter os preços baixos, de forma a garantir uma taxa de lucros compatível com os investimentos necessários e, ao mesmo tempo, beneficiar a população e a produção interna.

A atuação internacional da Petrobrás

A Petrobrás vem, então, expandindo continuamente sua atuação internacional. O ex-presidente da empresa, José Eduardo Dutra (ex-senador pelo PT), vangloriava-se de que ela estava se tornando uma multinacional verde-amarela. Ao deixar o cargo recentemente, Dutra ainda afirmou que se a votação fosse hoje, reveria sua posição da época e votaria a favor da quebra do monopólio estatal do petróleo.



Hoje a Petrobrás está presente, produtivamente, em 14 países, especialmente na América Latina. Em seu Plano Estratégico tem como uma de suas metas principais tornar-se líder na América Latina. Está também nos EUA, África e Oriente Médio. Mas não atua nestes países como uma empresa estatal de um país amigo que visa ajudar seus vizinhos a desenvolver-se econômica, social e ambientalmente, integrando o continente a partir do princípio da autodeterminação dos povos. Ao contrário, sua ação nesses países não se difere das outras multinacionais (que são, aliás, suas parceiras em diversos empreendimentos): extrai o máximo dos recursos naturais, para obter a maior lucratividade possível. Seu discurso também é muito parecido: responsabilidade social e ambiental, desenvolvimento humano e coisas do gênero.

O resultado desta política é que nas recentes lutas dos povos latino-americanos em defesa de sua soberania e de suas riquezas, a Petrobrás estava do lado oposto das massas, junto com as outras empresas imperialistas. Os dois casos mais notórios ocorreram na Bolívia e no Equador. A luta do povo boliviano pela nacionalização dos hidrocarbonetos teve como um de seus alvos principais a Petrobrás, hoje a maior empresa da Bolívia onde atua em toda a cadeia petrolífera, representando mais de 10% do PIB do país e mais de 20% da arrecadação de impostos. A postura da empresa foi a de ameaçar cortar os investimentos no país. No Equador, entidades ambientalistas equatorianas e internacionais denunciaram que a Petrobrás estava construindo instalações dentro do Parque Nacional Yasuni, considerado zona protegida, levando risco ecológico às comunidades huaoranis. Em agosto de 2005, a Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana exigiu a saída imediata da Petrobrás do Parque Nacional de Yasuni.

Muitos trabalhadores brasileiros acham que a existência de uma multinacional verde-amarela é sinônimo de fortalecimento do Brasil e motivo de orgulho. Estão errados duplamente. Em primeiro lugar, nenhum povo é livre se necessita escravizar outro. Em segundo lugar, o verde-amarelo da Petrobrás está cada vez mais desbotado. Em seu lugar começam a tornar-se cada vez mais nítidas as cores da bandeira dos EUA. Da exploração dos trabalhadores de todos os países em que a Petrobrás atua, uma parcela cada vez maior da mais-valia extraída vai para o bolso fundo do imperialismo. A segunda independência dos povos latino-americanos só pode ser obra da luta revolucionária e unitária dos trabalhadores de todo o continente contra o imperialismo. Esta luta passa, necessariamente, pela nacionalização dos hidrocarbonetos em toda a América Latina, sem indenização. ■

Notas

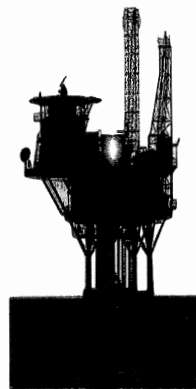
1 A primeira nacionalização de empresas petrolíferas ocorreu na Rússia, que já era uma das maiores produtoras do mundo na época, após a Revolução de 1917. Em 1938 o governo mexicano, após intensas lutas dos trabalhadores, expropriou as multinacionais petrolíferas e criou a Pemex. Várias outras estatais surgiram da nacionalização do petróleo, antes sob o controle direto das grandes empresas imperialistas: Arábia Saudita, Venezuela, Argélia, Kwait, Qatar etc.

2 Reichstul, antes de ser presidente da Petrobrás, havia sido o vice-presidente de um banco internacional no Brasil, o Banco Inter American Express S.A.

3 No mercado de capitais brasileiro há dois tipos de ações. As ações ordinárias dão direito a voto a seus detentores. As ações preferenciais não concedem este direito.

4 A terceirização tem significado uma profunda precarização das relações trabalhistas. A instabilidade no emprego leva a que estes trabalhadores tenham que se sujeitar à condições de trabalho muito inferiores às dos trabalhadores próprios. Estão divididos em centenas de empresas, as quais em grande parte tem contratos temporários com a Petrobrás. Seus trabalhadores são considerados nas bases de sindicatos de diferentes ramos, dificultando sua unidade. A rotatividade que surge dos contratos temporários leva a que os trabalhadores destas empresas acabem abrindo mão, na prática, de inúmeros direitos conquistados, como férias, por exemplo. A instabilidade também leva aos trabalhadores a sujeitarem-se mais aos riscos, fazendo com que os acidentes entre os terceirizados sejam muito mais freqüentes que entre os empregados da Petrobrás.

5 O lucro líquido da Petrobrás nos anos de 2002, 2003 e 2004 foi, respectivamente, de 8,1, 17,8 e 17,9 bilhões de reais, ou de 2,3, 6,6 e 6,2 bilhões de dólares.



Brasil: CONLUTAS, a construção de uma alternativa

PAULO
AGUENA



Há uma nova organização sindical e popular no cenário político brasileiro. Em pleno governo Lula, que conta com o apoio não só dos partidos de esquerda, como o PT e o PC do B, mas também com a participação direta em ministérios das maiores entidades do movimento sindical (CUT), popular (MST) e estudantil (UNE), está nascendo uma nova organização de massas que reúne sindicatos e setores do movimento estudantil e popular: é a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Em abril de 2006, se realizará o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores convocado por esta entidade. Neste artigo, analisamos a evolução histórica que produziu esse novo elemento no quadro da luta de classes no Brasil.

Um pouco de história: o surgimento da CUT

O fim do chamado “milagre econômico”, em meados dos anos 70 provocou o despertar das lutas econômicas e políticas contra a ditadura militar instaurada no Brasil desde 1964. O ascenso estudantil ganhou uma nova qualidade, a partir de 1978, com a entrada em cena das lutas operárias e, no início dos anos 80, com as lutas no campo. Como produto desse despertar forjaram-se o PT, a CUT e o próprio MST, os maiores instrumentos de luta da história dos trabalhadores do país.

A crise do aparelho stalinista mundial e dos partidos comunistas no Brasil impediram que se colocassem à cabeça desse processo. Eles pregavam uma aliança dos trabalhadores com as forças burguesas “progressistas”, o MDB, hoje PMDB. No movimento sindical defendiam uma política de unidade com os setores da burocracia sindical pelega.

As forças mais dinâmicas da classe trabalhadora deram as costas á essa política e decidiram seguir um caminho independente da burguesia. Quem dirigiu majoritariamente esse processo de reorganização dos trabalhadores foram setores de esquerda da burocracia sindical liderados por Lula¹, que rompiam com os antigos “pelegos”, a ala esquerda da Igreja e também alguns setores da esquerda que haviam rompido com os partidos comunistas. A CUT, fundada em 1983, foi a mais importante organização de massas da classe trabalhadora brasileira que surgiu deste processo e por muitos anos foi sua maior conquista.

Apesar do combate de setores da esquerda, essa direção conseguiu aos poucos ir transformando essas organizações em instrumentos de conciliação de classes. Esse processo deu um salto nos anos 90. A CUT se transformou num aparelho burocrático a serviço da colaboração com a burguesia e o PT num partido completamente adaptado à ordem burguesa.

Esses setores reformistas chegaram ao auge de seu projeto com a eleição de Lula para presidente (2002) que despertou enormes ilusões na classe trabalhadora. No entanto, tão logo Lula tomou posse, começou a aplicar a política do imperialismo, as normas do FMI e as reformas neoliberais preconizadas pelo Banco Mundial.

As organizações construídas no período anterior passaram a sustentar o governo e sua política. Dessa forma, definitivamente deixaram de ser instrumentos de luta da classe trabalhadora, fechando assim todo um capítulo da história.

Com o governo Lula encerrou-se o ciclo da reorganização do movimento operário no Brasil iniciado no final dos anos 70. As organizações políticas, sindicais e os movimentos sociais construídos neste período (o PT, a CUT e o MST) já vinham, ainda que com desigualdades, sofrendo um processo progressivo de perda de seu caráter classista e de luta, adaptando-se ao Estado. Esse processo se inicia em 1984 com o fim da ditadura, ou seja, com o regime democrático burguês e se intensifica no transcorrer dos anos 90. Com a vitória de Lula, dá um salto de qualidade porque essas organizações passam a sustentar diretamente esse governo burguês de colaboração de classes, tornando-se correias de transmissão direta de sua política pró-imperialista no interior do movimento operário. Nada de progressivo lhes restou.

O surgimento da CONLUTAS

No entanto, a partir do momento em que setores cada vez maiores da classe trabalhadora começaram a lutar contra os planos neoliberais aplicados pelo governo Lula, começaram também a questioná-lo e entraram em choque com as direções governistas da CUT, da UNE e do MST, inaugurando um novo ciclo de reorganização.

Surgiu um movimento de resistência de um setor do movimento sindical e popular que passa a se organizar em torno da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) que se apresenta como uma nova alternativa de direção à luta dos trabalhadores. Um processo semelhante ocorre no movimento estudantil em torno à Conlute e que tem a CONLUTAS como referência.

Ocorre dessa forma um novo processo de reorganização do movimento operário, popular e estudantil, tal como já aconteceu em outros países da América Latina e do mundo: em meados do ano 90, no Equador com o surgimento

¹Lula constrói uma oposição por dentro da estrutura sindical oficial. Aparece como tal no Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) realizado em 1978.

Independência de classe

da Coordenadora de Movimientos Sociales (CMS); na Argentina a partir do surgimento da Central de los Trabajadores de Argentina e dos movimentos “piqueiros”; com a Coordenadora de las Aguas de Cochabamba, na Bolívia, etc. Trata-se de um processo de enorme importância que prenunciou os grandes conflitos que vieram a ocorrer nestes países nos primeiros anos do século XXI, quando então essas organizações ganharam proeminência, surgiram novas, como as Assembléias Populares na Argentina e outras se revitalizaram, como a Central Obrera Boliviana (COB).

A particularidade do processo de reorganização no Brasil, em contraste com os outros, é que um componente fundamental da sua direção é um partido revolucionário, o PSTU. O desafio é construir, junto com outras forças dos movimentos sociais, um novo instrumento democrático e de luta que seja uma alternativa de direção para a revolução brasileira, superando os limites dos demais processos de reorganizações que ocorreram em outros países.

Cronologia

* A greve nacional do funcionalismo público contra a Reforma da Previdência, em julho de 2003, marca o início da ruptura das massas com suas organizações tradicionais pelo papel traidor que a CUT desempenhou nesta greve. Setores de massas e a ampla vanguarda começam a negar definitivamente as direções governistas do interior do movimento sindical e popular. O funcionalismo em greve desautorizou a CUT a falar em seu nome nas mesas de negociações com o governo. Após a derrota da greve, esse processo continuou com a suspensão do pagamento das contribuições financeiras e com a desfiliação definitiva dos sindicatos à CUT. Esse fenômeno logo foi se estendendo à outras categorias num processo de ruptura dos setores mais combativos do movimento sindical com a CUT.

* A luta contra a Reforma Sindical e Trabalhista abriu a fase da construção de organismos de luta alternativos. A Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo governo, em fevereiro de 2004, alerta o movimento sindical sobre o objetivo de modificar a estrutura sindical existente no país, visando reforçar ainda mais o controle do Estado e do governo sobre os sindicatos, manter o movimento sindical sob a direção absoluta das centrais pelegas, tirar direitos trabalhistas históricos e atar as mãos dos trabalhadores através da proibição das greves.

* O Encontro Nacional Sindical de Luziânia, em março de 2004, marca o início desta segunda fase: 1800 dirigentes e 181 entidades e oposições do movimento sindical decidem iniciar a construção de uma frente de luta contra a reforma. Aprova-se uma plataforma nacional de luta e a realização de uma marcha nacional no dia 16 de junho de 2004 em Brasília.

* Em Brasília, em março, uma reunião aprova a construção da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) como um pólo nacional de luta alternativo à CUT. Estavam presentes os representantes do setor sindical dirigido pelo PSTU, sindicatos independentes do funcionalismo público federal e um setor das Federações que posteriormente acabam também se retirando.

* O movimento estudantil vive um processo semelhante. Setores ligados ao PSTU, grupos de esquerda regionais, a ultra-esquerda e um amplo setor independente inicia a construção de um movimento de oposição à Reforma Univer-

sitária do governo. Em maio se realiza um Encontro Nacional no Rio de Janeiro: 1.500 estudantes aprovam uma plataforma de luta contra a Reforma Universitária e o governo e decidem construir a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute) como um pólo alternativo da direção à UNE.

* A marcha nacional de 16 de junho reuniu em Brasília entre 8 a 10 mil pessoas e demonstra que é possível construir uma mobilização nacional por fora das organizações tradicionais. Esse fato dá maior confiança à vanguarda que passa a ver com mais otimismo a viabilidade da construção de um projeto de direção alternativo.

* A greve nacional dos bancários, iniciada em 14 de setembro de 2004, inaugura a construção de Oposições Sindicais como alternativa de direção às diretorias sindicais pelegas e governistas. Nesta greve, a mais longa greve da história da categoria, o Movimento Nacional de Oposição dos Bancários (MNOB) dirige um processo de rebelião de base contra a Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) que enfrenta o governo, os banqueiros, a CUT e as diretorias dos sindicatos. A vitória parcial conseguida provocou um salto qualitativo na experiência dos bancários com a direção dos sindicatos governistas e, por outro lado, o MNOB se fortalece em todo o país.

* A Conlute realiza em setembro de 2004 um Plebiscito Nacional contra a Reforma Universitária no movimento estudantil. Enfrentando a UNE e setores ligados ao P-Sol e a esquerda do PT que ainda permanecem na entidade, conseguiu recolher 56.127 votos. Esse processo contribui para a afirmação da Conlute, particularmente nas universidades públicas.

* A CONLUTAS realiza seu I Encontro Nacional, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, com a participação de 1.500 ativistas. Além do setor sindical, também participou o setor popular e o setor estudantil. Colocou-se na ordem do dia a discussão estratégica sobre a necessidade da CONLUTAS transformar-se em uma verdadeira organização nacional que aglutine os vários segmentos dos movimentos sociais (sindical, popular, camponês e estudantil). Foi aprovada a realização de um novo Encontro Nacional com o objetivo de organizar um Congresso de fundação. Além disso, foi aprovado um plano de intensificação da mobilização contra a Reforma Sindical e Trabalhista e uma nova marcha à Brasília no segundo semestre. Esse plano deveria se combinar com a luta pela unificação das campanhas salariais e com um plano de disputa das eleições sindicais em várias categorias importantes pelo país.

* A Conlute também realizou um Encontro Nacional que contou com a presença de em torno de 1000 estudantes. Nele se decidiu realizar um amplo debate na base do movimento estudantil sobre a necessidade de se romper com a UNE. Aprovou também a intensificação da luta contra a Reforma Universitária e a realização de um novo encontro nacional. Ainda se realizou o Encontro Nacional da Coordenação de Lutas dos Movimentos Populares (CLMP) com a presença de movimentos urbanos dos sem-teto (MUST de S. J. dos Campos e de Recife) e do Movimento Popular Alvorada do RS. O Encontro aprovou a integração da CLMP à CONLUTAS.

* Nos primeiros meses de 2005, se intensifica a campanha contra a Reforma Sindical e Trabalhista. O governo, a direção da CUT e as centrais pelegas começam a perder o debate sobre o tema. É constituída a Frente Nacional



Independência de classe

contra a Reforma, agora com a presença de setores da esquerda da CUT e com o PC do B. A Força Sindical termina retirando seu apoio ao projeto abalando a estratégia do governo de aprová-lo neste ano.

* Pela primeira vez surgem chapas de oposição sindical à CUT pela esquerda e/ou ligadas à CONLUTAS. As discussões sobre o governismo das direções sindicais, a ruptura com a CUT e a necessidade da construção da CONLUTAS são levadas à base de importantes categorias. Apesar do peso da máquina eleitoral das diretorias cutistas, as oposições obtêm resultados eleitorais que giram em torno de 30% dos votos e, em alguns casos, chegam a obter vitórias. O processo de ruptura dos sindicatos com a CUT e a construção da CONLUTAS expressam um amplo processo de ruptura na base das categorias, tenham elas entrado em luta ou não. Começa a se generalizar o projeto de construção das Oposições Sindicais da CONLUTAS (vide Artigo 2).

As denúncias de corrupção, a crise política do governo Lula e o fortalecimento da CONLUTAS

A crise política que se abriu no país envolvendo o governo e o Congresso Nacional em escândalos de corrupção produz um novo salto no processo de ruptura com o governo e com as direções reformistas no interior do movimento sindical, popular e estudantil e abre caminho para o fortalecimento da CONLUTAS.

A CONLUTAS reorienta sua política e lança uma campanha contra a corrupção, as reformas neoliberais e a política econômica do governo/FMI. Convoca também uma jornada de lutas com atos nas principais cidades do país e uma manifestação nacional no dia 17 de agosto em Brasília. E marca a data de seu II Encontro Nacional para o dia 18 de agosto, também na capital.

A marcha contra o governo reúne em torno de 12 mil pessoas. É maior que o ato de apoio ao governo realizado no dia anterior pela CUT, UNE e o MST que reuniu apenas 5 mil pessoas. Esse fato coloca a CONLUTAS num novo patamar da disputa de direção do movimento de massas no Brasil. Embora ainda esteja muito longe de ter a mesma representatividade daquelas que são as maiores entidades de massas, o ato coloca a CONLUTAS no cenário político nacional e acelera sua capacidade de atração da vanguarda e do movimento social organizado.

A nova situação se reflete no II Encontro Nacional realizado no dia seguinte em Brasília, que reúne em torno de 1.700 ativistas do movimento sindical, do campo e do setor popular. Nele é anunciada formalmente a entrada do P-Sol na CONLUTAS (embora um setor ainda continue se opondo à esta decisão), do Movimento Terra e Liberdade (MTL) e da Fenafisco. O Encontro marca a realização de um Congresso Nacional para final de abril e começo de maio de 2006 com o objetivo de construir uma nova organização nacional de luta da classe trabalhadora que unifique os vários movimentos sociais.

Aprova também um Manifesto e um calendário de atos a serem realizados nas principais capitais do país, dando continuidade à luta contra a corrupção, as reformas e a política econômica do governo. Os atos e as reuniões nos Estados que se seguiram foram importantes manifestações de vanguarda. Eles contribuíram para que a CONLUTAS continuasse atraindo entidades em todo o país. Entra assim numa fase de fortalecimento rumo à sua transformação numa nova organização nacional que congregue os mais variados movimentos sociais.

O significado da CONLUTAS

O Brasil está vivendo um momento da reorganização semelhante ao que viveram países como o Equador, Bolívia e Argentina em meados dos anos 90. Trata-se de uma situação pré-revolucionária, isto é, uma situação que pode vir a se transformar em diretamente revolucionária.

Esse momento foi muito importante nos países citados porque preparou os grandes acontecimentos revolucionários que se sucederam a partir de 2000: essas organizações ganharam um enorme peso e outras, até então inexistentes, irromperam no cenário político nacional com características de duplo poder. É o caso do “Parlamento dos Povos” no Equador e das “Assembleas Populares” na Argentina.

É nesse cenário prévio aos grandes enfrentamentos que nasce a CONLUTAS. Um pólo que busca unificar as lutas dos trabalhadores da cidade, do campo e da juventude. Até o momento atual a CONLUTAS é a expressão mais avançada e dinâmica do processo de reorganização sindical e popular que se abriu no Brasil após o governo Lula. Seu alcance é nacional, embora haja desigualdades de região para região, entre um setor social e outro e, também, entre categorias. As distintas fases anteriormente descritas (a de negação das organizações atuais e a de construção de alternativas) seguem coexistindo lado a lado e expressam os diferentes graus de experiência existentes nos diversos segmentos dos movimentos sociais. Assim, por exemplo, continuam existindo entidades que já romperam com a CUT e outras que ainda não o fizeram. Da mesma forma, algumas já aderiram à CONLUTAS e outras não. Mas a dinâmica é a de superação cada vez maior dessas desigualdades.

A CONLUTAS expressa uma reorganização que tem no seu centro a construção de uma nova organização nacional que se transforme numa alternativa às lutas dos mais diversos setores sociais, buscando ser sua máxima expressão. Neste sentido, é distinto de outros processos de reorganização que tiveram seu centro na construção de organismos de primeiro grau -sindicatos- como a que ocorreu no Brasil no final do século XIX e início do século XX, quando se iniciou a construção dos primeiros sindicatos dirigidos pelos anarquistas e, em menor medida, pela corrente socialista.

Sob o aspecto sindical se assemelha mais ao processo de reorganização vivido no Brasil no final dos anos 70 e início dos anos 80 que culminou na fundação da CUT. Ele também se apoiava centralmente nos sindicatos e oposições sindicais combativas, muito embora seja importante ressaltar que, pelo menos em seu início, também se deu um processo de reorganização pela base que começou com o surgimento de grupos e jornais clandestinos de fábrica ainda nos anos 70 e que, mais tarde, já durante o período de construção da CUT, nos anos 80, ganhou novo impulso com a eleição de cipeiros² combativos e o surgimento das Comissões de Fábrica. Isso porque essa reorganização ocorreu num estágio superior da luta de classes, marcado por um grande ascenso das lutas sociais, particularmente das lutas operárias no ABC que, não por acaso, foi onde esse processo se deu com maior força e perenidade³.

A atual reorganização atinge todos os setores do movimento operário, popular, camponês e estudantil. A vanguarda desse processo, no entanto, é o movimento sindical na medida em que tem uma experiência mais avançada tanto

2 Cipeiros são os membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), órgão obrigatório no Brasil para todas as empresas com mais de 200 trabalhadores.

As CIPAs são organismos oficiais, previstos em lei, e que contam com representantes da patronal (50%) e dos trabalhadores (50%). Em geral, são dóceis às direções das empresas, mas muitas vezes foram utilizados pelos trabalhadores para organizar o trabalho de base nas empresas porque seus membros têm estabilidade no emprego durante o mandato e por um ano mais.



Independência de classe

com o atual governo quanto com as direções do movimento, além do peso e tradição que a direção revolucionária tem neste setor. Mais atrás vem o movimento estudantil, seguido pelo campo e o movimento popular.

A inédita unidade dos movimentos sociais

A construção de uma organização que busca unir os vários segmentos dos movimentos sociais é uma característica particular desse novo processo de reorganização no Brasil. Os organismos nacionais construídos em processos de reorganização anteriores expressavam segmentos sociais específicos. As mais variadas articulações intersindicais urbanas, organizações do campo e dos movimentos populares que surgiram no Brasil sempre tiveram um caráter setorial. A que mais se aproximou do caráter atual da CONLUTAS foi a Anampos⁴, que mesmo assim era mais uma articulação político-sindical de grupos organizados do que uma organização de massas propriamente dita.

Esse processo de reorganização no movimento sindical se expressa no rompimento dos sindicatos com a CUT. Não é, portanto, um processo que passa por fora ou contra os sindicatos. Até agora os sindicatos continuam sendo o principal instrumento de luta da classe trabalhadora urbana, apesar de todo desgaste acumulado no período passado, marcado pela reestruturação produtiva e as novas formas de gestão nas empresas, pelo refluxo da luta de classes, pela burocratização dos organismos sindicais e pela política conciliadora da maioria das direções.

Está em curso uma luta da vanguarda combativa pela recuperação dos sindicatos das mãos da CUT e das demais centrais sindicais pelegas, repetindo de um certo modo, o que ocorreu quando do surgimento da CUT. Isso se deve ao peso e à tradição dos sindicatos no Brasil. Desde o seu aparecimento sempre foram a forma predominante de organização do movimento operário e sempre tiveram um peso importante.⁵

Isso não quer dizer que um processo de organização por fora dos sindicatos não possa se dar e se desenvolver. Um forte ascenso pode se chocar seriamente com os sindicatos cutistas ao ver neles um obstáculo absoluto para sua luta. Esse fato, somado a existência de uma direção revolucionária, pode permitir que a hipótese acima levantada venha a se dar. O ocorrido na greve nacional bancária de 2004, quando a oposição bancária se impôs e praticamente co-dirigiu a greve em vários locais, é um indício disso. Outro fato relevante é que após a longa greve do judiciário do Estado de São Paulo realizada em 2004, hoje está em construção uma Associação paralela ao velho sindicato “pelego” e governista. Mas até agora esse exemplo ainda é uma exceção que confirma o fato que, mesmo por fora dos sindicatos tradicionais e oficiais, a forma alternativa de organização ainda é de tipo sindical. A vanguarda da reorganização no setor sindical é o funcionalismo público, cuja experiência com o governo e as direções é mais avançada que a do setor privado. A presença do setor operário é minoritária -embora também expressiva- e isso se deve principalmente à influência dos revolucionários na direção desses sindicatos.

O movimento estudantil é o segundo setor em que a reorganização está mais avançada, particularmente nas universidades e escolas públicas. Se expressa mais claramente na ruptura do movimento estudantil universitário com a

3 As organizações de base no Brasil sempre foram incipientes e efêmeras.

4 Anampos - Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical. Começou a ser constituída em 1980. Deu origem à CUT em 1983, ao MST em 1984 e, posteriormente, a Central dos Movimentos Popular (CMP), em 1993.

5 Desde que surgiram os sindicatos no Brasil (nos anos 20) sempre foram o principal instrumento de luta da classe trabalhadora urbana brasileira. Somente durante a onda grevista ocorrida entre 1945-47 em São Paulo chegou a se esboçar uma organização por fora dos sindicatos ao surgir os primeiros embriões de comissões de fábrica principalmente entre os têxteis, metalúrgicos e ferroviários.

UNE que é dirigida majoritariamente pelo PC do B. Isso se deve a três fatores principais: a experiência do setor estudantil com o governo a partir da continuidade da aplicação dos planos neoliberais na educação; a relação mais laxa e fluída dos estudantes com a UNE, e o peso dos revolucionários no setor. Basta ver que os DCEs da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estão entre as principais entidades do movimento estudantil do país, estão na CONLUTAS.

O processo de reorganização no campo vem se aprofundando a partir do surgimento de inúmeras organizações à margem do MST. Algumas são fruto de rupturas e disputas internas do próprio MST. Outras são movimentos mais recentes e independentes como o MTL, cujo setor mais progressivo se encontra no Triângulo Mineiro e em Goiás. No movimento popular o processo também existe, embora em menor proporção. Vide a presença da CMLP (Coordenação de Lutas do Movimento Popular) na CONLUTAS, da qual faz parte a ocupação do “Pinheirinho”, em São José Dos Campos. Há também outras importantes ocupações que fazem parte da CONLUTAS, como “Mariguela”, em Belém do Pará, e “Zumbi de Palmares”, no Rio de Janeiro.

Neste processo de reorganização está surgindo uma vanguarda, cujas características principais podem ser resumidas nas seguintes: a) tem uma consciência anti-imperialista; b) é claramente contra o regime democrático-burguês e c) é anti-burocrática. Diferente do processo de reorganização anterior, falta-lhe a consciência da necessidade imprescindível da independência da classe operária, não tem consciência “classista”. Ademais, devido aos processos do Leste e à atual crise do PT, tem traços anarquistas, anarco-sindicalistas e de sindicalismo revolucionário, ressuscitando características que estiveram presentes nos primeiros processos de reorganização do movimento operário internacional. Dessa maneira, tem uma enorme desconfiança, quando não se opõe claramente, dos partidos políticos em geral, possuindo dificuldades para diferenciar o partido revolucionário dos demais, bem como compreender sua importância. A realidade, no entanto, demonstra que isso pode ser superado na medida em que o partido revolucionário prove, tanto no terreno prático quanto teórico, ser diferente dos demais.

Por fim, embora o processo de ruptura com as direções tradicionais seja amplo na base, até agora o processo de reorganização atual não assumiu a forma de organizações mais de base, pelo menos no movimento sindical e estudantil. Isso se deve fundamentalmente ao atual estágio do ascenso, mas também pela inexistência de uma política por parte das direções do movimento sindical que busque impulsioná-las. A eleição dos delegados sindicais na base do sindicato dos bancários de São Paulo onde a oposição elegeu em torno de 40 dos mais de 90 delegados do Banco do Brasil é um importante alerta que pode indicar que a atual situação começa a se modificar.

Rumo ao Congresso

A construção da CONLUTAS e da CONLUTE está sendo produto de uma dura batalha no interior do movimento. A unidade da classe trabalhadora passa neste momento pela divisão da CUT e de outras organizações nacionais como a UNE, que querem a unidade para colaborar com a burguesia e sustentar o governo frente-populista e neoliberal. Assim, se queremos lutar pela verdadeira unidade,



Independência de classe

ou seja, a unidade a serviço da luta de classes, não se pode hesitar em demarcar campo com a CUT e com a UNE, lutar para que as entidades rompam com essas organizações e venham para a CONLUTAS. Se quisermos colher é preciso começar por separar o joio do trigo. Essa é uma das condições que explica a existência da CONLUTAS.

Fazemos nossas as palavras dirigidas pelos setores mais combativos do movimento sindical à Unidade Sindical (aliança dos PCs com os pelegos) que os acusavam de “divisionistas” quando da ruptura da Comissão Nacional Pró-CUT em 1982: “A unidade dos trabalhadores se constrói nas lutas! A unidade dos trabalhadores se constrói na organização independente dos patrões, do governo, dos partidos e da estrutura sindical atual”.

A CONLUTAS está convocando para os dias 28, 29, 30 de abril e 1º de maio de 2006, o Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT) com o objetivo de dar um salto na construção dessa alternativa para a classe trabalhadora brasileira. O debate preparatório do CONAT será um momento fundamental para ampliar ainda mais a influência da CONLUTAS, levando a discussão para outras entidades e categorias.

O peso atual da CONLUTAS já lhe garante plenas condições para fundar uma alternativa que seja um pólo nacional de bastante importância para a organização da luta dos trabalhadores, ainda que num primeiro momento seja minoritária em relação à CUT e o MST. Uma política que tenha como critério fundar uma alternativa somente quando se reúnam condições para que ela nasça majoritária é um grave erro. Mais precisamente, é o melhor caminho para que não se construa nada ou, o que é pior, retroceda o processo de reorganização em curso.

A busca de uma alternativa de direção não depende apenas da vontade de alguém, mas antes de tudo das condições concretas da luta de classes. A experiência de setores cada vez maiores do movimento de massas com suas direções tradicionais é um fato objetivo que coloca na ordem do dia a necessidade da construção de uma alternativa.

A falta de um ponto de apoio, de uma referência que vá agrupando esses setores, não contribui para que amanhã os trabalhadores se encontrem em melhores condições de fundar uma alternativa de direção majoritária. Pelo contrário, a inexistência de uma alternativa ainda que minoritária levará à dispersão, a desmoralização da vanguarda, enfim, a perda do material humano que é a base para a construção de qualquer alternativa. Colocar-se contra a fundação dessa organização neste momento é, portanto, perder uma oportunidade única para aglutinar a vanguarda e construir um pólo que amanhã possa se transformar na alternativa de direção majoritária para a classe trabalhadora brasileira. ■

A estrutura sindical no Brasil e o crescimento da CONLUTAS

PAULO
AGUENA



Até o final dos anos 30 os sindicatos brasileiros eram livres, organizados pelos próprios trabalhadores. A deposição do presidente da República Washington Luiz, que representava as oligarquias cafeeiras, e a posse de Getúlio Vargas – a denominada Revolução de 1930 – põe fim à Primeira República, e se incrementa um ciclo de industrialização no Brasil. Impõe-se uma legislação trabalhista para subordinar e disciplinar o trabalho ao capital. Para isso ela buscou incorporar antigas reivindicações e conquistas trabalhistas, além de instituir normas para dismantlar os sindicatos livres e autônomos e subordinar os novos sindicatos ao Estado burguês.

Inspirada na estrutura sindical instituída pela Constituição da Itália sob Mussolini (Carta Del Lavoro), o governo brasileiro passou a estabelecer regras para reconhecimento dos sindicatos e reprimiu os que não se enquadraram. Os sindicatos passaram a ser instrumentos de colaboração de classes sob tutela do Estado ditatorial e a fazer parte do “corpo” social do Estado, seguindo a doutrina corporativista.

Esse processo teve início em 1931, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o decreto Lei nº 19770, que estabelecia regras para o reconhecimento dos sindicatos. Em 1932 o direito de celebrar acordos coletivos passa a ser exclusividade dos sindicatos oficiais e somente os trabalhadores sindicalizados podem reclamar seus direitos perante as Juntas de Conciliação e Julgamento. Em 1934, o direito de férias também passa a ser exclusividade dos sindicalizados. Depois os sindicatos livres foram definitivamente golpeados com a Lei de Segurança Nacional e o Estado de Sítio em 1935, quando então são proscritos. O novo golpe de Estado desferido por Getúlio Vargas em 1937 dá

Independência de classe

início ao chamado Estado Novo e cria as condições para a implantação definitiva das leis do trabalho e da estrutura sindical oficial. A Constituição de 1937 institui a Justiça do Trabalho para dirimir conflitos trabalhistas. O decreto-lei nº 1402 de 1939 estabelece a nova estrutura sindical oficial, o Sistema Sindical Confederativo. O decreto nº 2377 de 1940 cria o chamado Imposto Sindical, uma contribuição anual obrigatória de todos os trabalhadores aos sindicatos. Em 1943 o decreto-lei 5452 institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), disciplinando as relações de trabalho no Brasil.

Em que pese o surgimento das centrais sindicais, o sistema sindical confederativo criado pelo “getulismo” manteve-se praticamente intacto até hoje. Assim, a estrutura sindical no Brasil é constituída pelos sindicatos que representam os trabalhadores (sócios e não-sócios) de uma categoria profissional que fazem parte de uma mesma base territorial, podendo essa base ser municipal, regional, estadual ou nacional.

Assim, os sindicatos no Brasil são constituídos em base ao princípio legal da unicidade sindical: um só sindicato de categoria numa mesma base territorial. Nisto difere de muitos países em que os sindicatos são organizados por fábricas ou empresas, ou mesmo de países em que numa mesma categoria existem trabalhadores filiados a mais de um sindicato ou central sindical. Por sua vez, cinco sindicatos de uma mesma categoria presentes numa base estadual podem constituir uma Federação; três federações podem constituir uma Confederação Nacional. Assim, existe a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), do Comércio (CNTC) e assim por diante.

A reorganização dos anos 80

As atuais centrais sindicais no Brasil surgiram à margem da legislação sindical e, portanto, do sistema confederativo. Ainda sem serem reconhecidas como parte do sistema sindical oficial, deixaram de ser proibidas por lei somente a partir de 1985, com a portaria nº 3.100. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 1983. De fato, era uma intersindical nacional que buscava agrupar os sindicatos mais combativos, uma nova estrutura intercategorias, horizontal, que rompia a estrutura vertical por categorias.

A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) foi fundada em 1986, agrupando os sindicatos dirigidos pelos setores que se opuseram à CUT constituídos pelos velhos “pelegos” (como Joaquinção, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) e pelos stalinistas (na época representados principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro, PCB, com maior influência, o Partido Comunista do Brasil, PC do B, e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8).

Em 1989 a CGT passa a ser dirigida por Rogério Magri, posteriormente, ministro do Trabalho do governo Collor. Uma dissidência encabeçada por Joaquinção funda a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Os stalinistas, por sua vez, negociam sua entrada na CUT.

Em 1991 é fundada a Força Sindical, também dissidência da antiga CGT. Existem outras centrais pelegas menos expressivas, como a União Sindical Independente (USI), a Coordenação Autônoma dos Trabalhadores (CAT), a Central Social Democrática (CSD), a Coordenação Confederativa dos Trabalhadores (CCT) e a Social Democracia Sindical (SDS).

Apesar da existência de várias centrais, os sindicatos no Brasil continuam obedecendo o princípio da unicidade sindical. Não existe mais de um sindicato que represente a mesma categoria numa mesma base territorial. Além disso, a estrutura sindical continua repousando sobre os sindicatos de base municipal ou que reúnem trabalhadores de empresas de um determinado ramo de alguns municípios. Estes sindicatos municipais ou regionais podem negociar e firmar acordos coletivos com as empresas do ramo que pertencem à sua base territorial. Também são os sindicatos que decidem, por assembléia ou decisão de diretoria, afiliar-se a tal ou qual central sindical. Até agora, os sindicatos de base municipal ou regional também podem, na prática, associar-se a uma central sindical distinta da Federação estadual ou nacional da sua categoria, se ela existe. Só alguns setores do funcionalismo público fogem a esta regra e têm sindicatos nacionais com seções regionais ou municipais sem autonomia nesse terreno.

Disputa da direção do movimento sindical

Atualmente a CONLUTAS busca agrupar - além das demais entidades do campo, dos estudantes e do movimento popular - os sindicatos combativos que se colocam pela esquerda como oposição ao governo Lula. Está, portanto, aglutinando sindicatos que rompem com a CUT governista, além de outros sindicatos independentes que não se alinham com nenhuma central. Tal como a CUT nos anos 80, a CONLUTAS disputa as eleições sindicais e os congressos das categorias, buscando conquistar cada vez mais sindicatos dos pelegos e dos "neo-pelegos" da CUT e com isso, vem crescendo e ocupando cada vez mais espaço no movimento sindical. A ruptura com a CUT e a participação na CONLUTAS é um processo. As discussões se dão em assembléias, congressos das categorias e, às vezes, plebiscitos na base. Nem sempre a desfiliação da CUT implica em adesão à CONLUTAS. Por sua vez, a participação na CONLUTAS nem sempre implica que a entidade já concluiu seu processo de rompimento com a CUT e adesão à nova entidade. Este é um processo que se inicia pela identidade política com as bandeiras da CONLUTAS, e depois pela prática comum em torno à luta e mobilização. Posteriormente é levado para a categoria a discussão da desfiliação da CUT e a adesão à CONLUTAS. Há entidades que nunca foram filiadas a nenhuma central e discutem sua adesão à CONLUTAS.

A cada semana mais e mais sindicatos rompem com a CUT. Outros, além disso, também aderem à CONLUTAS. Ao mesmo tempo, cada vez mais oposições sindicais se colocam no campo da CONLUTAS para enfrentar as diretorias governistas da CUT ou das centrais pelegas. Atualmente já são 200 entidades sindicais aproximadamente que estão participando da construção da CONLUTAS.

O setor público

A maior parte das entidades que participam da CONLUTAS é do setor público. São 119 entidades, sendo 57 do serviço federal, 43 do estadual e 18 do municipal. São entidades que representam principalmente os professores e docentes de todas as esferas (federal, estadual e municipal), funcionários da justiça estadual e federal, dos auditores fiscais estaduais e federais, da previdência e outras áreas dos serviços estaduais. Dentre essas, 59 aderiram formalmente à CONLUTAS; as demais estão em processo de discussão e participam das atividades e reuniões.

Independência de classe

Dentre essas entidades algumas são nacionais como a Unafisco Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal), que tem em torno de 15 mil associados entre ativos e aposentados e possui 64 delegacias sindicais e 35 representações; a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual) que possui 29 seções sindicais e 35 mil trabalhadores na base; o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Fundamental) que possui 54 seções sindicais com 18 mil sócios e 25 mil trabalhadores na base; a Fenafisp (Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência Social) que representa 14 sindicatos estaduais e 3 delegacias sindicais estaduais; o Andes/SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior/Sindicato Nacional); a Fenal (Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Estaduais e do Distrito Federal); o Sinasempu (Sindicato Nacional dos Servidores Públicos da União). Dentre essas entidades, a Fenafisco, o Sinasefe e a Senasempu já definiram pela adesão à CONLUTAS, bem como o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), o Unacon (Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle) e o Sinaif (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho). As demais estão em processo de discussão na base de suas categorias.

Setor privado e estatais

No setor privado estão em torno da CONLUTAS cerca de 75 sindicatos, sendo que cerca de 35 já aderiram à CONLUTAS. O setor metalúrgico é o que tem o maior peso, com 19 sindicatos, sendo a maioria ligados à Federação Sindical Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Minas Gerais, que representa 17 sindicatos. Em São Paulo está o combativo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, que representa cerca de 35 mil metalúrgicos.

Além do setor metalúrgico participam 2 sindicatos de petroleiros, 2 de telefônicos, 2 de urbanitários, 6 da saúde privada; 5 de comerciários, 3 de químicos, 3 rodoviários, 2 de correios, 2 gráficos, 4 processamento de dados, 3 construção civil, entre outros.

Oposições sindicais

A CONLUTAS tem desenvolvido e estimulado a organização de oposições sindicais para disputar a direção dos sindicatos. Atualmente, quase 100 oposições sindicais se organizam em torno à CONLUTAS, sendo 42 no setor público e 50 no setor privado. Essas oposições são as que mantêm um funcionamento mais permanente, com reuniões regulares e a publicação de panfletos e jornais. Dessa forma, disputam a direção das categorias não apenas durante as eleições sindicais, mas também no dia-a-dia das lutas e campanhas salariais.

A CONLUTAS tem estimulado a organização de importantes oposições sindicais que disputam boa parte das principais categorias da base da CUT. O resultados das últimas eleições sindicais mostram o crescimento do espaço de oposição à CUT. Por exemplo, na Volkswagen, a maior fábrica metalúrgica do ABC, berço da CUT e do PT, uma chapa de oposição (chapa 20), da qual fazia parte a oposição Ferramenta/CONLUTAS, obteve 37% dos votos.

Nas eleições do Sindicato de Petroleiros do Rio de Janeiro, a chapa 2, apoiada pela CONLUTAS, conquistou 43% dos votos, na disputa contra a chapa da direção da CUT. O mesmo resultado foi obtido pela chapa apoiada pela CONLUTAS nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais. Nas eleições do sindicato dos professores da rede pública do estado de São Paulo, a Apeoesp, maior sindicato da CUT em número de filiados, a chapa de oposição apoiada pela CONLUTAS (chapa 2) numa disputa entre seis chapas, obteve 28,51% dos votos contra 49,09% da chapa apoiada pela direção da CUT (chapa 1), num total de pouco mais de 60 mil votantes. Na Grande São Paulo, onde está a vanguarda da categoria, a chapa 2 foi a mais votada, com 40,35% contra 30,91% da chapa 1. Na capital, a diferença ampliou-se ainda mais, e a chapa 2 obteve 44,355 contra 30,73% da chapa 1.

Votação expressiva também se obteve nas eleições do Sindicato dos Bancários de São Paulo, o maior da categoria no país e o segundo maior sindicato da CUT. Dele foram presidentes o ex-ministro do Trabalho Ricardo Berzoini e o ex-ministro das Comunicações, Luiz Gushiken. A chapa 2, apoiada pela CONLUTAS, obteve 35% dos votos (10 mil votos) contra 65% (18 mil votos) da chapa 1-CUT, apesar da chamada Esquerda da CUT ter saído unificada com a corrente de Lula (Articulação), do controle burocrático do pleito e do peso do aparato sindical.

A CONLUTAS à luz de outras experiências

Alguns aspectos centrais do que seria uma nova alternativa para os trabalhadores no Brasil já estão na base da construção da CONLUTAS. Seu II Encontro Nacional, de forma, definiu algumas vigas mestras desse projeto, expressas no documento “CONLUTAS - Construindo uma Alternativa para as Lutas dos Trabalhadores”¹. A proposta é que a CONLUTAS seja uma alternativa que tenha um caráter reivindicativo como todo movimento sindical, popular, camponês, estudantil, mas que tenha, além disso, um caráter eminentemente político. De certa maneira, essa já é uma característica da CONLUTAS desde seu nascimento. Não é outro o sentido da luta contra as reformas do governo, a exemplo das campanhas contra a reforma sindical e trabalhista e contra a reforma universitária. Esta característica se mostra ainda mais evidente se tomamos como referência a marcha do dia 17 de agosto e a campanha “contra a corrupção, as reformas neoliberais e a política econômica do governo Lula/FMI”.

Essa nova organização deve consolidar-se como uma alternativa para o conjunto da classe trabalhadora, que englobe todos os setores explorados. Essa proposta, já aprovada no II Encontro Nacional, é fundamental. Trata-se de romper com o corporativismo, com a segmentação da classe trabalhadora imposta pelo próprio processo capitalista de produção e, principalmente, pelo modelo fragmentador das atuais estruturas de organizações existentes no Brasil, em particular do movimento sindical. A CONLUTAS quer superar essa situação e unificar o conjunto dos setores explorados. A construção de uma alternativa com esse caráter é inédita em nosso país. Organizações nacionais como a CUT, a UNE e o MST cumpriram um papel muito importante de romper o horizonte da luta local e dar à luta dos setores um caráter nacional. Mas não conseguiu unificar de conjunto a luta dos setores explorados e isso se expressou na inexistência de uma única organização nacional que representasse o conjunto desses setores.

Independência de classe

Somente em 2001 veio a se constituir a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) que tem como principais entidades a CUT, o MST, a UNE, e a CMP, dentre outras. No entanto, esse projeto já surgiu com a estratégia de ser uma base de sustentação do futuro governo de frente popular de Lula e não se apoiava numa unidade que tivesse como objetivo a luta de classes, mas sim a colaboração de classes. Com a eleição de Lula em 2002 deixou de cumprir qualquer papel progressivo.

Podemos dizer que mesmo na América Latina, organizações com esse caráter são muito recentes. A exceção é a COB, fundada em 1952. Essa central foi pioneira em vários aspectos, dentre eles o de aglutinar todos os setores explorados da sociedade. Cada um desses setores possui na composição da central um peso político determinado. Esse peso é chamado de “representação proporcional classista”², que serve para compor o Congresso e o “Ampliado Nacional”. Nesta representação fica claro o grande peso atribuído ao proletariado, e dentro dele mais especificamente os mineiros.

Em meados dos anos 90 surgem pelo menos dois novos tipos de organizações nacionais que buscam agrupar um espectro maior de segmentos sociais. Em 1994 surge no Equador a Coordenadora de Movimentos Sociales (CMS), agrupando vários movimentos sociais³. À diferença da COB, o peso social específico de cada setor na direção e nos demais organismos não é determinado previamente. Isso porque, como o próprio nome diz, é mais uma coordenação de movimentos do que uma organização propriamente dita. Por exemplo, a CMS não possui um estatuto definido. Não se vota quando há importantes divergências. As resoluções são tomadas, em geral, por consenso. Nesse sentido se parece mais à CMS do Brasil, embora esta não tenha peso político como a do Equador, na medida em que não foi protagonista de nenhuma importante mobilização no país, até porque já nasce sob o signo da frente popular.

Em 1995 foi criada a CTA na Argentina, por setores da burocracia que rompem com a CGT peronista. Diferente da CMS, essa é uma central sindical e tem um estatuto bem definido. Mas é distinta das demais. Da mesma forma que a CMS, procura agrupar outros sociais - embora bem menor que a CMS - além do movimento sindical, como é o caso dos desempregados que se organizam na Federación Tierra e Vivenda (FTV) a ela filiada. Esta, por sua vez, participa do movimento dos “Piqueteiros”. É importante ressaltar que a CTA tem a filiação individual, além da filiação por intermédio de entidades como ocorre com a CUT no Brasil. Com isso, consegue organizar um setor de desempregados que cresceu muito com a catástrofe econômica que se abateu sobre o país. Esses setores ficam sem representação quando deixam de ter o direito sindical ao perder o emprego. A CTA se propõe a organizar a lutar por seus direitos e reivindicações e, por isso, busca a filiação individual. A proposta da FSDM-MG e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos é que a CONLUTAS, à semelhança dessas experiências, busque agrupar e unificar outros setores organizados, além do sindical. Essa unidade se daria, no entanto, por intermédio das entidades existentes e não diretamente enquanto CONLUTAS. Para isso, se apoia nos movimentos sociais já organizados tais como o sindical, camponês, popular, estudantil, de mulheres, de desempregados etc.

Na verdade se aproxima mais de uma Coordenação de Movimentos Sociais, a exemplo da CMS do Equador, e não de uma Central Sindical, muito embora a proposta é que após o congresso de 2006 a CONLUTAS passe a ter um estatuto definido e comece a tomar decisões por votação e não mais por consenso, como ocorre ainda hoje. A forma de tomada de decisões por consenso é um sério limitador diante do agravamento da situação política e poderá levar à impotência ou mesmo ruptura quando for colocado na ordem do dia situações mais complexas e que exigem definições claras em havendo posições políticas inconciliáveis.

Além disso, a proposta de estatuto que está sendo elaborada pela FSDM-MG coloca em discussão a possibilidade da filiação individual, a exemplo da CTA, buscando dessa forma atrair setores que não estão organizados, como os desempregados. Essas filiações seriam feitas nas regionais da CONLUTAS, onde os filiados exerceriam seus direitos, como participar das assembléias e dos congressos.

A CONLUTAS embora seja uma alternativa político-sindical e não apenas reivindicativa não tem o caráter de poder. Nisto se diferencia da COB. No primeiro parágrafo do texto que introduz as modificações estatutárias no V Congresso da COB em 79 se afirma: “O sistema de organização e funcionamento da Central Operária Boliviana é consequência de suas características de sindicalismo revolucionário, o qual, junto com as funções reivindicativas, comuns a todo tipo de sindicalismo, tem fundamental e predominantemente funções políticas e de poder”. (grifo nosso).

Essa diferença com a COB não se deve a simples vontade. O caráter de poder de um organismo não se adquire por decreto, mas advém da luta de classes. Para que a CONLUTAS venha a se tornar uma instituição que tenha o caráter de poder ela precisa cumprir esse papel junto à classe trabalhadora e que esta - ainda que inconscientemente - a entenda como tal. A COB pôde ser um organismo de duplo poder em seu nascimento porque foi fundada em meio ao um processo revolucionário e dele foi sua máxima expressão. Não é caso da CONLUTAS.

Dizer que a CONLUTAS não tem um caráter de poder não significa que não possa vir a tê-lo amanhã. Tudo vai depender do papel que desempenhar na luta de classes no próximo período.

Talvez venha a ser um organismo de poder; ou ainda, a ter uma representatividade suficiente que lhe permita convocar a constituição de um organismo de poder nacional centralizado como fizeram a CONAIE e a CMS no Equador quando convocaram a constituição do Parlamento dos Povos. Hoje ela não cumpre o papel de um organismo de poder e é um equívoco pensar que poderá a cumpri-lo a partir do momento que passemos a denominá-la enquanto tal.

A principal tarefa atual da CONLUTAS, que deve se prolongar por toda esta etapa, é sem dúvida impulsionar e procurar centralizar as lutas contra as políticas neoliberais do governo atual e contra as políticas do imperialismo em geral. E buscando sempre, sem nenhum tipo de sectarismo, a unidade dos trabalhadores e dos setores populares e de suas organizações para lutar contra patrões, o governo e o imperialismo. É no marco destes objetivos que tentará obter uma representatividade de massas.

Embora seja uma alternativa nacional de luta que agrupa as entidades dos movimentos sociais, isso não significa que ela seja indiferente à organização de base da classe trabalhadora brasileira. As organizações por local de trabalho são



Independência de classe

uma representação direta de todos os trabalhadores; não representam somente os sindicalizados, nela votam todos os trabalhadores. Menos conservadores que os sindicatos, mais sensíveis às oscilações da luta de classes, esses organismos sempre cumpriram um papel de enorme importância nos processos revolucionários.

A CONLUTAS deve ser uma alternativa a serviço da organização dos trabalhadores pela base, estimulando a construção de organismos por locais de trabalho, moradia, escola e outros. ■

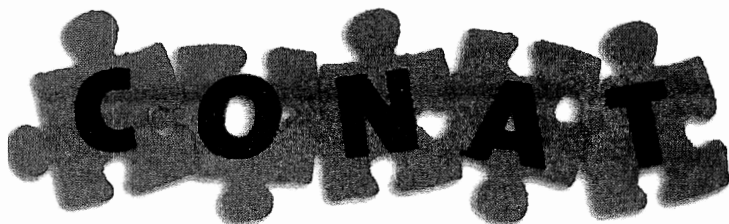
1 Ver reprodução do texto em artigo nesta mesma edição de *Marxismo Vivo*.

2 De acordo com o Estatuto aprovado no V Congresso da COB, que alterou alguns pontos do estatuto anterior, o “Ampliado Nacional”, um organismo intermediário entre o Congresso e a direção, é conformado da seguinte maneira: A) Comitê Executivo Nacional: 33 membros; B) Proletariado: 32 membros; C) Campesinato: 9 membros; D) Trabalhadores de classe média: 17 membros; E) Trabalhadores manuais e independentes: 6 membros; F) Intelectuais e estudantes: 5 membros; G) Organizações Populares: 2 membros; H) Organizações cooperativas: 2 membros; I) Centrais Operárias Departamentais e Centrais Operárias Regionais: 2 membros e 1 membro cada, respectivamente.

Por sua vez, dentro de cada segmento social, ainda são especificados quantos membros corresponde a cada setor. Por exemplo, em “Trabalhadores de Classe Média” se define da seguinte forma o número de membros: a) professores urbanos: 3 membros; b) Professores rurais: 2 membros; c) Bancários e ramos afins: 2 membros; d) Funcionários públicos: 1 membro; e) Funcionários municipais: 1 membro; f) Jornalistas: 1 membro; g) Radialistas e TV: 1 membro; h) Telecomunicações e correios: 1 membro; i) Trabalhadores em saúde: 1 membro; j) Trabalhadores em restaurantes: 1 membro; k) Empregados do comércio: 1 membro; l) Trabalhadores em universidades: 1 membro; m) Cinegrafistas: 1 membro.

3 Vide nota 9.

Propostas em debate para o I CONAT



PAULO
AGUENA

Congresso Nacional de Trabalhadores

**CONSTRUINDO UMA
ALTERNATIVA DE LUTA
E DEMOCRÁTICA**



São Paulo, 28, 29, 30 de abril e 1 de maio de 2006

O texto que apresentamos a seguir foi aprovado pela Plenária Estadual Estatutária da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais (em 25 e 26/6/05), como um dos subsídios aos debates preparatórios para o Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT) convocado pela CONLUTAS para abril/maio de 2006. Posteriormente, este texto também foi aprovado no 8º Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região/SP. Nele se discutem o caráter da nova entidade que está nascendo e seus princípios programáticos e organizativos. *Marxismo Vivo* o reproduz como um dos exemplos mais significativos das discussões que estão ocorrendo na CONLUTAS e no movimento sindical e popular brasileiro.

CONLUTAS - Construindo uma Alternativa para as Lutas dos Trabalhadores

O Encontro Nacional que fizemos em Porto Alegre indicou a realização, em 2006, de um Congresso Nacional, com delegados eleitos na base, que teria como tarefa fundamental consolidar a fundação de uma nova organização da classe trabalhadora brasileira frente à falência da CUT. Na sequência da Marcha à Brasília contra a Reforma Sindical faremos um Encontro que definirá a data e critérios de participação no Congresso. No entanto o debate na base de cada entidade e entre as entidades, sobre a natureza, concepção e funcionamen-



Independência de classe

to dessa alternativa que vamos construir precisa começar o mais rápido possível. Este texto pretende contribuir para este debate.

A ruptura com a CUT é uma necessidade objetiva dos trabalhadores

O governo Lula, ao contrário do que esperavam os milhões de trabalhadores brasileiros que nele depositaram suas esperanças, dá continuidade e aprofunda a aplicação do mesmo receituário neoliberal que caracterizava as políticas econômicas do governo anterior. Os trabalhadores seguem sendo sacrificados, cada vez mais, para que os bancos e grandes empresas possam bater recordes de rentabilidade como informa a grande imprensa quase toda semana. As denúncias de corrupção que atingem o governo e o PT mostram que além de copiar as políticas do governo anterior, Lula copiou também a forma de governar, baseada no fisiologismo e na corrupção.

A perplexidade, decepção vai se alastrando entre os trabalhadores conforme passa o tempo e as pessoas vêem o que o governo está fazendo. Não há mais nenhum lugar à dúvida de que as mudanças pelas quais os trabalhadores sempre lutaram em nosso país, para que o nosso povo possa ter uma vida digna não vão vir das políticas desse governo. Só virão com a nossa luta contra esse governo e seu modelo econômico neoliberal.

A ruptura com a CUT é um processo objetivo, que já atinge um setor muito significativo da classe trabalhadora brasileira. É o reflexo, no movimento sindical, do rompimento político de um setor cada vez maior da classe trabalhadora com o governo. Estes trabalhadores sentem-se traídos pela CUT na medida em que identificam a aliança da Central com o governo e contra os seus interesses. A greve dos servidores federais contra a reforma da previdência, a greve dos bancários do ano passado, agora a proposta de reforma sindical são apenas alguns dos episódios que evidenciam o abandono pela CUT da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores. É um processo que já atinge setores significativos da classe trabalhadora e tende a se ampliar e se estender tanto mais quanto maior for o desgaste do governo e mais se evidencie a traição da CUT.

Por outro lado, a degeneração política da CUT atingiu já outras dimensões, com a constituição de interesses econômicos comuns entre a cúpula que controla a Central, o Estado e o empresariado. Não há retorno possível para essa burocracia. Nem possibilidade de a base da Central desalojá-la do poder, já que não restam mecanismos democráticos dentro da CUT por onde isso pudesse acontecer (a última plenária nacional da CUT foi só uma pequena expressão disso).

A ruptura com esta Central, então, é expressão de uma necessidade dos trabalhadores de constituir espaços de organização que lhes permitam unir suas forças e suas lutas em defesa de seus direitos e interesses comuns. Não é possível fazê-lo mais por dentro de uma Central completamente dominada por uma burocracia que está contra todos os seus interesses.

É o momento de construir uma alternativa

No entanto, romper com a CUT é só o primeiro passo. É preciso, a partir daí, construir uma organização alternativa, caso contrário a ruptura apontaria apenas para a dispersão. Nisso consiste a tarefa mais importante da classe traba-

lhadora brasileira, neste momento de reorganização de suas forças que foi desencadeado pela nova situação política aberta com o governo Lula. E disso depende, em grande parte, o sucesso da nossa classe no enfrentamento dos desafios futuros anunciados por esta mesma situação política.

As forças sociais reunidas em torno da CONLUTAS hoje (cerca de 170 entidades, entre federações, sindicatos nacionais, sindicatos de base e seções sindicais; 50 oposições sindicais; vários movimentos populares, organizações estudantis reunidas na Conlute com representatividade significativa entre a juventude) são um ponto de apoio suficiente para darmos passos concretos no sentido de avançarmos na construção dessa alternativa.

Devemos ter uma atitude firme no sentido de irmos adiante na construção dessa alternativa. Construir uma referência clara em momentos de recomposição (e muita confusão) como o que vivemos hoje, é muito importante para agregar, aglutinar forças, evitar a dispersão. Mas ao mesmo tempo devemos ter humildade política e uma atitude aberta, não sectária em relação a setores que ainda não chegaram a esta compreensão e que poderão somar-se a este esforço no futuro. Isso é importante, pois queremos agregar cada vez mais forças sociais na construção dessa alternativa, de forma a que ela venha a ter uma parcela cada vez maior da classe trabalhadora reunida em seu interior.

I – Uma alternativa para todos os trabalhadores

Não queremos construir uma nova CUT. É preciso avançar para além da experiência representada por esta Central, buscando superar as suas limitações e evitar a repetição de erros. Destacamos quatro pontos que consideramos importantes para a definição do perfil, da natureza dessa Alternativa.

* Em primeiro lugar é preciso observar que a grande maioria das forças sociais que se reuniram em torno a CONLUTAS são entidades sindicais. Se agregarmos a isso a tradição e o lugar do movimento sindical brasileiro entre os movimentos sociais de nosso país, temos uma indicação clara de que a Alternativa que estamos construindo deve ser, de uma certa forma, uma Central Sindical. Dizemos “de uma certa forma” porque esta Alternativa deve ser sim, um abrigo para os sindicatos que estiverem de acordo com a sua plataforma programática, mas precisa ser muito mais do que isso.

* No Brasil, mais da metade da classe trabalhadora está fora dos sindicatos. São os milhões de desempregados, os que trabalham na informalidade, precarizados de todo tipo. É preciso trazê-los para a luta, de forma organizada, junto aos trabalhadores que estão no mercado formal. Esta Alternativa dar conta disso e, nesse sentido, guarda semelhanças com a CTA (Central de Trabalhadores Argentinos) construída em meados da década passada e que, além de sindicatos, agrupou em seu interior organizações de desempregados, oposições sindicais e diversas organizações sociais daquele país.

* A luta da classe trabalhadora brasileira contra o neoliberalismo e por condições dignas de vida não se esgota nas lutas sindicais. Há inúmeros movimentos e organizações sociais em nosso país que lutam por Reforma Agrária, por Moradia, por Saúde, Educação, Contra a Discriminação Racial, Sexista e Homofóbica, etc. São movimentos e organizações que agrupam trabalhadores



Independência de classe

e trabalhadoras, empregados e desempregados, jovens, estudantes, que lutam perseguindo os mesmos objetivos que os nossos. Devemos, portanto, buscar fazer com que estes setores encontrem no interior desta Alternativa, um espaço de unidade e solidariedade, pois a nossa luta, em última instância, é a mesma luta. Nossa Alternativa deve, portanto, ter espaço em seu interior para buscar abranger todas estas organizações.

* Por último, ao construirmos uma organização que agrupe um conjunto tão diverso de entidades e movimentos, é preciso estabelecer pelo menos três coisas:

1) A autonomia política, administrativa e financeira das entidades sindicais, movimentos populares e organizações estudantis que vierem a participar dessa Alternativa serão preservadas em sua integridade. A atuação cotidiana de cada uma dessas entidades e movimentos é e continuará sendo da alçada de cada entidade e movimento;

2) Por outro lado, a unidade na ação desse conjunto de entidades e movimentos deverá ser construída em base ao convencimento político, através de debate democrático, e não imposta por decisões tomadas por cima.

3) Por último uma questão a ser estudada: Em prevalecendo o caráter “sindical” da CONLUTAS, precisamos estudar a possibilidade de termos de estabelecer um limite máximo, uma cota máxima, para a representação dos demais setores na sua Direção/Coordenação?

E para marcar de forma categórica a diferença entre nossa Alternativa e as atuais Centrais Sindicais, nossa proposta é que o nome de nossa “Central” mantenha-se Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS.

II - Uma alternativa transformadora, de luta, independente e autônoma

1 - Um programa para transformar o país

O programa, a plataforma de ação da CONLUTAS é uma primeira e fundamental definição que precisamos fazer. Trata-se de definir, em última instância qual é o objetivo que queremos alcançar. Será um guia fundamental para a ação dessa Alternativa durante toda a sua existência, e ao mesmo tempo uma âncora para evitar “desvios de rota” como estamos assistindo em organizações sociais existentes hoje em nosso país.

Acreditamos que a plataforma programática deve ter como base o acúmulo que a esquerda brasileira construiu no nosso país, nos últimos 25 anos.

- A luta contra a recolonização imperialista, materializada na luta contra a ALCA e os acordos de “Livre Comércio” de forma geral, pela ruptura dos acordos com o FMI, contra o pagamento das Dívidas Externa e Interna (pela auditoria da dívida externa) e contra a Militarização. A ruptura com o Imperialismo materializada nas bandeiras acima, é condição fundamental para estancar a sangria de recursos de nosso país em direção ao sistema financeiro internacional e às empresas transnacionais, sem o que será impossível reunir recursos para solucionar os problemas sociais, cada vez mais graves, que atingem o povo brasileiro;

- Devemos lutar também pela estatização do sistema financeiro, sem o que é impossível reorganizar a economia do país. É preciso que o Estado assuma o controle dos bancos para assegurar que os recursos existentes no sistema sejam utilizados para garantir crédito barato para a produção de alimentos, para as pequenas empresas, para a construção de moradias populares, para obras de saneamento, transporte coletivo, etc. A estatização também é necessária para que se possa estabelecer um mínimo de controle dos capitais que circulem no país, acabando com a chantagem permanente que ele impõe à economia nacional;

- Por emprego, salário digno, moradia, transporte, saúde e educação pública, de qualidade e para todos. A luta em defesa dessas bandeiras é fundamental, trata-se de enfrentar as mazelas causadas pela exploração capitalista lutando por melhores condições de vida para os trabalhadores;

- Outra luta fundamental da CONLUTAS deve ser a defesa dos direitos dos trabalhadores e pela sua ampliação. Por isso nasce lutando contra a reforma sindical/trabalhista, a reforma previdenciária, universitária e a reforma tributária. São reformas que visam ajustar o Estado brasileiro aos moldes neoliberais, eliminando direitos, sucateando o serviço público (atingindo assim direitos sociais do conjunto da população) e transferindo recursos públicos ao setor privado.

- Reforma Agrária, sob controle dos trabalhadores, é outra luta fundamental. Trata-se não apenas de solucionar a imensa crise social que atinge os trabalhadores que vivem no campo, gerando empregos e renda, mas também de aumentar a produção de alimentos;

- Defender o patrimônio público e lutar contra as privatizações é outra tarefa fundamental. Sem diminuir a importância da luta contra a privatização das demais empresas estatais, a luta contra os leilões das reservas de petróleo do nosso país que vem sendo feitas pelo governo Lula, tem importância estratégica neste momento.

- A luta contra toda forma de corrupção e apropriação privada do Estado. Defendemos a prisão dos corruptos e corruptores, bem como a expropriação de todos os seus bens e recursos financeiros;

- Lutaremos contra toda forma de discriminação racial, sexista ou homofóbica;

- Solidariedade ativa às lutas dos trabalhadores e povos de todo o mundo, em defesa dos seus direitos e por sua autodeterminação;

- Nossa luta, enfim, é contra toda forma de exploração e opressão do capitalismo. Por isso defendemos um Governo dos Trabalhadores que construa uma nova sociedade, uma sociedade socialista.

Em cada momento da luta de classes em nosso país e no mundo, devemos concretizar este programa em bandeiras e tarefas precisas, de forma a que possamos avançar na organização e mobilização dos trabalhadores no sentido de realizar as mudanças que ele defende em seu conjunto.

Da mesma forma devemos desenvolver, permanentemente, a relação entre as lutas específicas e imediatas de cada uma das categorias e setores que compõem a CONLUTAS com as mudanças gerais necessárias, que constam desse programa. Assim elevamos a consciência dos trabalhadores e preparamos as lutas futuras.

Independência de classe

2 – Uma alternativa que surja das lutas e seja um instrumento a serviço delas

A CONLUTAS surge apoiada na luta que viemos desenvolvendo contra a Reforma Sindical/Trabalhista, das marchas que fizemos à Brasília, das manifestações e lutas que impulsionamos nos estados. Dos inúmeros debates e seminários que impulsionamos ou de que participamos, para elevar a compreensão e a consciência dos trabalhadores. Já nasce, portanto, nas lutas, e essa é a única forma de construirmos uma organização sólida, que seja efetivamente um instrumento para os trabalhadores em seu esforço para transformar esta sociedade e conquistar condições dignas de vida. É dessa forma que precisamos avançar, fazendo com que essa Alternativa esteja presente, apoiando e participando, em cada luta dos trabalhadores em nosso país.

Esta é uma definição fundamental, pois não há outro caminho para manter e ampliar os nossos direitos. Não só a defesa dos nossos direitos atuais ameaçados pelo neoliberalismo, mas também as mudanças preconizadas no programa colocado no ponto anterior demandam força política por parte dos trabalhadores. Força que só a mobilização social de amplas camadas da classe trabalhadora poderá reunir.

Isso não significa desprezo a qualquer outra forma de participação política, como a pressão sobre parlamentares no Congresso Nacional, por exemplo. É uma forma de luta política útil e que deve ser adotada no momento e na forma adequada. O que sim deve ficar claro é que a própria eficácia da pressão sobre o parlamento depende, entre outros fatores, da mobilização social que a sustenta. O Congresso Nacional é uma instituição dominada pelo poder econômico e não podemos confiar que venha a defender nossos interesses apenas pelos nossos belos argumentos.

3 – Uma alternativa independente do Estado, do governo e dos patrões

Nós vivemos em uma sociedade capitalista, dividida em classes. Historicamente os capitalistas têm usado de vários meios para perpetuar sua dominação sobre a classe trabalhadora, que é a ampla maioria da população. Um desses meios é a cooptação, a domesticação, de dirigentes e organizações, buscando desarticular suas lutas e desmoralizar a classe trabalhadora. É o que está acontecendo em nosso país, com o PT e a CUT. E como podemos ver, essa cooptação se dá via compromissos políticos e também através de obtenção de vantagens matérias por dirigentes e organizações.

A CONLUTAS, consciente da experiência já vivida pela nossa classe nesta sociedade, deverá pautar a sua existência pelo princípio da independência de classe. Deve ser política e administrativamente independente do Estado, de governos e dos patrões.

Também no aspecto econômico isso é fundamental, pois não há dependência financeira sem dependência política. A CONLUTAS deve ser financiada pelas organizações que dela fizerem parte e contribuições voluntárias dos trabalhadores.

4 - A autonomia frente aos partidos que atuam no seu interior também é fundamental

Queremos construir uma Alternativa que seja de massas, que tenha claramente a vocação de organizar em seu interior milhões e milhões de trabalhadores que estiverem dispostos a lutar em defesa de seus direitos e interesses. Todos os trabalhadores devem sentir-se em casa dentro da CONLUTAS, independente de suas opções partidárias, ou de não ter nenhuma opção de partido político. A alternativa que estamos construindo precisa ser então, autônoma em relação aos partidos políticos.

Essa autonomia se materializará principalmente em duas questões fundamentais: 1) serão as instâncias da CONLUTAS que definirão, soberanamente, as suas políticas; e 2) no caráter dessa alternativa, que deve ser o de uma organização de sindicatos e movimentos sociais, sem caráter partidário.

Autonomia em relação aos partidos, por outro lado, não pode ser confundida com apoliticismo. A CONLUTAS deverá posicionar-se frente aos acontecimentos da luta de classes no país, pautando-se sempre pelo seu programa, pela defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e na decisão de suas instâncias.

5 - A luta dos trabalhadores é uma só em todo o mundo

A luta dos trabalhadores brasileiros, bem como a construção da CONLUTAS, se inserem no mesmo marco das lutas dos demais trabalhadores da América Latina e do mundo, que em seus países resistem contra as políticas econômicas neoliberais, contra as agressões do imperialismo e lutam por uma vida digna.

A CONLUTAS, então, nasce consciente de que a solidariedade internacional, a unidade dos trabalhadores de todas as regiões do planeta, é um valor a ser perseguido e alcançado, pois a libertação da classe trabalhadora da exploração que ela sofre no mundo em que vivemos, é uma tarefa que não se inscreve apenas nos marcos de um país, e sim deve ser levada em nível internacional.

III - Democracia, construção pela base e formação

Estes três aspectos - a democracia, a construção pela base e a formação - devem ser diferenças fundamentais entre a CONLUTAS e as Centrais já existentes.

a - Democracia

O modelo de organização que precisamos construir tem que passar longe do modelo centralizado pela cúpula como são as centrais sindicais de hoje. É preciso enfrentar efetivamente o processo de burocratização que vive o movimento sindical brasileiro e adotar formas de funcionamento que superem muitos dos problemas existentes hoje. Queremos uma Alternativa que baseie seu processo de decisão em instancias com ampla participação das entidades e da base, com mecanismos que assegurem a democracia interna e o respeito à diversidade política. Concretamente chamamos a atenção para os seguintes aspectos:

Independência de classe

- Integrar a base e as entidades e movimentos sociais na construção das políticas e formulação dos planos de ação da CONLUTAS. Precisamos construir uma “rotina” de discussão interna em que as propostas de intervenção política, as campanhas, definição de planos, etc, passem por discussão das entidades e da base. Ou seja, é necessário que haja um processo permanente de interação entre a “direção nacional” da CONLUTAS e suas bases. A construção da unidade de todas as entidades e movimentos para a ação da CONLUTAS deve ser, portanto, construída em base ao convencimento político, e não a partir de decisão tomada em sua “direção nacional”. Será mais difícil? Sim. Mais demorado? Também. Mas com certeza mais democrático, consistente e, portanto, com mais possibilidade de se traduzir em ação, em luta unificada dos trabalhadores.

- A própria escolha da direção da CONLUTAS deve levar em conta este critério. Temos a forma tradicional de eleição da direção de uma entidade geral, que é a apresentação de chapas e composição de uma Direção Nacional com a participação de todas as chapas, proporcionalmente ao número de votos que cada uma teve no Congresso Nacional da entidade. Uma direção escolhida nestas bases também pode ser democrática e assegurar um funcionamento democrático da Alternativa que estamos construindo, particularmente se considerado o exposto no ponto acima.

Mas há também outra forma de composição da “direção nacional” desta Alternativa: Compor uma espécie de “Coordenação Nacional”, parecido com o funcionamento que têm hoje a CONLUTAS, com representação de cada setor/estado/movimento social/etc. O número de representantes de cada setor seria definida no Congresso. Neste caso não haveria mandato fixo de dirigentes, e sim da representação dos diversos setores. Caberia a essa coordenação conduzir as discussões e a ação da CONLUTAS à luz de seu programa e da realidade política do país.

Também da mesma forma como ocorre hoje, seria necessário definir uma “secretaria executiva”, sem poder deliberativo, mas que tivesse a função de encaminhar no dia a dia as definições tomadas na Coordenação Nacional.

É preciso que, no decorrer dos debates daqui até o Congresso, definamos a forma mais adequada de escolha e composição da “direção nacional” e também das “direções estaduais/regionais” da CONLUTAS.

b – A construção pela base

Aqui, destacamos os seguintes aspectos:

- É preciso que todo este debate, bem como os debates posteriores sobre suas ações da Alternativa que estamos construindo, cheguem às bases de cada setor. Não se pode restringir estes debates aos fóruns de direção das entidades e movimentos. Do debate na base, com certeza surgirão idéias e propostas que enriquecerão a discussão e aprimorarão as propostas sobre como deverá ser esta Alternativa, e sobre o que devemos fazer em cada momento da nossa luta.

- É preciso avançar na organização dos trabalhadores na base (particularmente no setor privado onde este processo é mais atrasado). Para isso devemos aproveitar as CIPAs, Comissões de Empresa, Grupos Clandestinos etc. No setor público é importante aproveitar os espaços existentes, dos conselhos de

representantes, delegados sindicais, etc, para este mesmo fim. A base organizada participa mais ativamente da sua entidade e da luta da sua categoria.

- Da mesma forma é importante o processo das Oposições Sindicais. Os trabalhadores que rompem com as Centrais Sindicais atuais não estão rompendo com os seus sindicatos, nem é esta a nossa proposta. Assim é importante o papel das Oposições Sindicais. É a forma pela qual a categoria pode se organizar para, a revelia da direção do sindicato (e muitas vezes contra ela) encaminhar suas lutas, como demonstrou o exemplo da categoria bancária em sua última greve. Também é a forma como a categoria pode se organizar para tentar ganhar a direção do sindicato e retomar a entidade para as lutas da categoria. Devemos apoiar e valorizar as Oposições Sindicais, bem como discutir as formas da sua participação na CONLUTAS. Guardadas as diferenças, as Oposições Sindicais tem, para a CONLUTAS, a mesma importância que tinham para a nascente CUT dos anos 80.

C – Formação política e sindical

A formação político-sindical dos dirigentes e ativistas sindicais é um componente importante na preparação dos trabalhadores para enfrentarem os desafios cotidianos da luta sindical. Por outro lado, a formação também é um importante antídoto ao processo de burocratização e degeneração tão comum hoje em inúmeros sindicatos.

A CONLUTAS, portanto, deverá dar especial atenção à questão da formação, tratando de organizar um sistema de formação que assegure aos sindicatos e movimentos sociais que dela participarem, acesso a cursos, textos, palestras, etc, que ajudem na formação dos seus dirigentes e ativistas.

IV – A sustentação financeira da CONLUTAS

Partindo da definição de que quem deve financiar o funcionamento e as ações da CONLUTAS devem ser as entidades e movimentos que dela participam, é preciso definir critérios claros em relação à esta questão.

Propomos dois critérios combinados:

- estabelecer-se-ia uma contribuição regular de cada entidade/movimento participante, de forma a que se possa dar conta dos custos correntes de qualquer organização com a que estamos construindo, tais como aluguel de sedes, telefones, um número mínimo de funcionários, etc. Ou seja, uma estrutura mínima que permita o funcionamento cotidiano da CONLUTAS.

- Por outro lado, as publicações de tiragem mais elevadas, as campanhas e mobilizações gerais promovidas pela CONLUTAS seriam financiadas em base a rateios com a participação proporcional de todos. As contribuições regulares seriam distribuídas proporcionalmente para as diversas instancias (nacional e estaduais/regionais da CONLUTAS). ■

O marxismo e o problema da emancipação da mulher

CECÍLIA
TOLEDO



Um estudo, mesmo que breve, sobre a maneira como o problema da opressão da mulher foi visto nas fileiras marxistas revolucionárias desde a I Internacional nos leva a duas constatações. Primeiro: que, ao contrário do que afirmam seus detratores, o marxismo, desde o início, há mais de 150 anos, sempre se preocupou com a questão da mulher e buscou encontrar a política mais justa para o problema, no marco da divisão da sociedade em classes, justamente o que o diferencia das correntes reformistas e burguesas. Por isso, as correntes que acusam o marxismo de não se preocupar com a questão da mulher, na verdade, estão contra a análise materialista da opressão da mulher, contra a necessidade de um partido marxista revolucionário para organizar a classe trabalhadora para destruir o capitalismo para acabar com a opressão da mulher.

A segunda constatação é a de que a questão da mulher sempre foi polêmica dentro do movimento socialista, com os marxistas se enfrentando aos mais diversos matizes de reformismo, justamente porque é uma das que mais coloca em evidencia a divisão da sociedade em classes. O problema da opressão da mulher é uma questão das mulheres ou da classe trabalhadora? Até que ponto pode ir a unidade entre as mulheres trabalhadoras e burguesas? É possível resolver o problema da opressão feminina no capitalismo? A raiz do problema é cultural, uma questão de gênero, de opressão sobre um setor da sociedade, ou econômica, com fundamento na divisão da sociedade entre produtores e pos-

suidores de riqueza? Essas e outras perguntas sempre atravessaram as grandes polêmicas que ocorreram nas Internacionais e no movimento socialista, e a resposta que cada setor dava a elas, fosse marxista ou não, demonstrava em última instância de que lado da divisão de classes estava.

O Manifesto Comunista: primeiro passo

O Manifesto Comunista, lançado em 1848 por Marx e Engels, começava por questionar a família burguesa. Respondendo àqueles que acusavam os comunistas de querer acabar com a instituição familiar burguesa, na qual a mulher é submetida ao papel de um simples instrumento de produção, Marx argumentava:

“Em que se baseia a família atual, a família burguesa? No capital, no lucro privado. A família plenamente desenvolvida só existe para a burguesia; mas encontra seu complemento na supressão forçada de todo vínculo familiar para o proletariado e na prostituição pública. (...) As declarações burguesas sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem pais e filhos, ficam ainda mais repugnantes à medida em que a grande indústria destrói todo vínculo de família para o proletariado e transforma as crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho. (...) Para o burguês, sua mulher não passa de um instrumento de produção. Ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser de uso comum e, naturalmente, não pode chegar a outra conclusão que o mesmo vai ocorrer com as mulheres no socialismo. Não suspeita de que se trata justamente de acabar com essa situação da mulher como simples instrumento de produção. Nada mais grotesco que o horror ultramoralista que a pretendida comunidade oficial das mulheres, atribuída aos comunistas, inspira em nossos burgueses. Os comunistas não têm necessidade de introduzir a comunidade das mulheres: ela praticamente sempre existiu. Nossos burgueses, não satisfeitos em ter à sua disposição as mulheres e as filhas de seus operários, sem falar da prostituição oficial, encontram um prazer singular em seduzir mutuamente suas esposas. O matrimônio burguês é, na verdade, a comunidade das esposas. No máximo se poderia acusar os comunistas de querer substituir uma comunidade de mulheres hipocritamente dissimulada, por uma comunidade franca e oficial. É evidente que com a abolição das relações de produção atuais, a comunidade das mulheres dela derivada desaparecerá, ou seja, a prostituição oficial e não oficial”. (Manifesto Comunista)

A linha de divisão estabelecida aqui e em todos os escritos posteriores de Marx e Engels sobre o tema da mulher era a que existe entre o socialismo utópico e o socialismo científico. Os socialistas utópicos pre-marxistas, como Fourier e Owen, também foram ardorosos defensores da emancipação da mulher. Mas seu socialismo, assim como suas teorias sobre a família e a mulher, se assentavam sobre princípios morais e desejos abstratos, não sobre uma compreensão das leis da história e da luta de classes baseada no crescimento da capacidade produtiva da humanidade.

O marxismo proporcionou, pela primeira vez, uma base materialista científica não só para o socialismo, como também para a causa da libertação da mulher. Expôs as raízes da opressão da mulher, sua relação com um sistema de produção baseado na propriedade privada e com uma sociedade dividida entre uma classe possuidora de riquezas e outra produtora de riquezas. O marxismo



explicou o papel da família na sociedade de classes como um contrato econômico, e sua função primordial na perpetuação do capitalismo e da opressão da mulher. Mais que isso: apontou o caminho para a liberação da mulher. Explicou como a abolição da propriedade privada proporcionará as bases materiais para transferir à sociedade de conjunto todas as responsabilidades sociais que hoje recaem sobre a família individual, como o cuidado das crianças, dos anciãos, dos doentes; a alimentação, o vestuário, a educação. Livres dessas cargas, as mulheres poderão romper com a servidão doméstica e cultivar plenamente suas capacidades como membros criativos e produtivos da sociedade, e não só como reprodutivos. Livre da coação econômica sobre a qual repousa, a família burguesa como a conhecemos hoje, desaparecerá e as relações humanas se transformarão em relações livres, de pessoas livres.

Assim, o marxismo eliminou o caráter utópico do socialismo e da luta pela liberação da mulher, ao demonstrar que o próprio capitalismo engendra uma força, o proletariado, bastante poderosa para destruí-lo. Pela primeira vez, os socialistas podiam deixar de sonhar com uma sociedade nova e melhor, e começar a se organizar para consegui-la.

A questão da mulher na I Internacional (1864)

A Primeira Internacional foi fundada por Marx e Engels em 1864. Respondeu à necessidade prática dos operários europeus de se organizar, já que a burguesia estava unificando economicamente o continente. A princípio, a I IC não tinha um programa claramente marxista (agrupava também os anarquistas), mas já em seus primeiros passos foi definindo sua posição em relação à causa da emancipação da mulher. Contra todos os costumes da época, a Associação Internacional dos Trabalhadores, como era chamada, elegeu uma mulher para seu Conselho Geral, a sindicalista inglesa Henrietta Law.

Foi um passo tão importante que Marx relata ter recebido inúmeras cartas de mulheres querendo filiar-se à Internacional. Tanto que ele, pessoalmente, apresentou uma moção ao Conselho Geral para que se organizassem seções especiais de mulheres trabalhadoras nas fábricas e zonas industriais das cidades onde houvesse grandes concentrações de trabalhadoras, alertando que isso não devia, de forma alguma, interferir na construção de seções mistas.

De 1865 até meados da década de 1880, o movimento socialista na Alemanha esteve dividido entre os seguidores de Ferdinand Lasalle, e os marxistas, dirigidos por Wilhelm Liebknecht e August Bebel. Em 1875, os dois grupos se uniram em um único partido, o SPD (Partido Social-Democrata Alemão), o maior partido socialista da era anterior à I Guerra Mundial, mas mantiveram sérias divergências dentro da organização. A questão da mulher foi uma delas. Os lasalleanos (seguidores de Ferdinand de Lassalle) se opunham a exigir a igualdade de direitos para a mulher como parte do programa do partido. Achavam que as mulheres eram criaturas inferiores, cujo lugar predestinado era o lar, e a vitória do socialismo, assegurando ao marido um salário adequado para abastecer toda a família, as faria regressar a seu habitat natural, já que não teriam de trabalhar por um salário. Os primeiros programas dos social-democratas alemães exigiam apenas “plenos direitos políticos para os adultos” - deixando ambígua a questão de se a mulher era considerada adulta ou não.

A ideologia de que “lugar de mulher é o lar” teve como um de seus maiores impulsionadores o pensador francês Proudhon, cujas idéias repercutiram nos sindicatos e também entre os dirigentes da I Internacional. Ele defendia ardorosamente idéias bem semelhantes às dos pais da Igreja, teólogos que construíram a teologia do catolicismo na Idade Média. Respeitado nos meios políticos, inclusive de esquerda, e intelectuais e operários de toda a Europa, Proudhon advogava que a função da mulher era a procriação e as tarefas domésticas; aquela que trabalhava (fora de casa) estava roubando o trabalho do homem. Ele chegou a propor que o marido tivesse direito de vida ou morte sobre sua mulher, por desobediência ou mau caráter, e demonstrava, mediante uma relação aritmética, a inferioridade do cérebro feminino sobre o masculino.

O preconceito contra as mulheres envenenou a tal ponto o movimento operário que em 1867 os dirigentes da Internacional Socialista foram capazes de fazer a seguinte declaração solene:

“Em nome da liberdade de consciência, em nome da iniciativa individual, em nome da liberdade da mãe, devemos arrancar da fábrica que a desmoraliza e a mata, a essa mulher que sonhamos livre... a mulher tem por objetivo essencial o de ser mãe de família, ela deve permanecer no lar, o trabalho deve ser-lhe proibido”.

E em 1875, no Congresso de Gotha, os socialistas alemães, sensíveis às idéias de Proudhon, se opõem ao grupo marxista dirigido por Bebel, que queria inscrever no programa do partido a igualdade do homem e da mulher. O Congresso derrota Bebel afirmando que “as mulheres não estão preparadas para exercer seus direitos”.

Em 1866 Marx apresenta à Internacional Socialista uma resolução em favor do trabalho das crianças e das mulheres, com a condição de que sejam regulamentados por lei. Ele achava que o trabalho não podia separar-se da educação e era benéfico para os seres humanos. N’ *O Capital* escreve que

“Se os efeitos imediatos (do trabalho das crianças e das mulheres) são terríveis e repugnantes, nem por isso deixa de contribuir ao dar às mulheres, jovens e crianças de ambos os sexos uma parte importante no processo de produção fora do meio doméstico, na criação de novas bases econômicas, necessárias para uma forma mais elevada de família e de relação entre os dois sexos”.

Apesar de ter sido com outras palavras, o mesmo disse Engels:

“Parece que a emancipação da mulher, sua igualdade de condição com o homem é e continua sendo impossível enquanto a mulher permanece excluída do trabalho social produtivo e deve limitar-se ao trabalho privado doméstico... A liberação da mulher tem como condição primeira a incorporação de todo o sexo na indústria pública” (*Origem da Família*).

Até meados do século XIX a idéia de que mulher tem de ficar em casa permaneceu quase inalterada, mas a realidade outra vez se mostrou mais forte: pese a toda ideologia, a mulher trabalhava porque precisava sobreviver.

Em 1883, August Bebel publicou o livro *A mulher e o socialismo*, que colaborou muito para transformar a discussão sobre a questão da mulher. Apesar de ter saído um ano antes do livro de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o livro de Bebel é basicamente um desenvolvimento das idéias de Engels. Explica as raízes profundas da opressão da mu-

lher, as formas que adotou ao longo dos séculos, do significado historicamente progressivo da integração da mulher na produção industrial e a necessidade da revolução socialista para abrir o caminho para a liberação da mulher. O livro causou sensação não só na Alemanha, mas em toda a Europa, e ajudou na formação de várias gerações de marxistas.

Quanto ao livro de Engels, tornou-se um clássico que até hoje norteia as discussões sobre a origem da opressão da mulher. Socialista científico, Engels partiu das descobertas históricas feitas até então sobre a origem da opressão da mulher, da família, do casamento. Os primeiros historiadores, entre eles Bachofen e Morgan, que desenvolveram suas pesquisas no século 19, afirmaram que a mulher nem sempre foi oprimida, e em algumas sociedades primitivas houve um período em que havia matriarcado, a predominância da mulher nas tribos. Essas afirmações foram tão revolucionárias para a época que provocaram verdadeiro escândalo nas sociedades conservadoras e sobretudo entre os padres. Marx e Engels deram grande importância a essas descobertas, que incorporaram em seus estudos sobre o surgimento da propriedade privada dos meios de produção. E foi em base a elas que Engels escreveu *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, publicado em 1884, obra que serviu de grande impulso para o movimento revolucionário passar a integrar em seu seio a luta pela emancipação da mulher.

As descobertas feitas pela antropologia do século 20 nos permitem concluir que a monogamia não surgiu com a propriedade privada, como acreditava Engels, mas antes dela, já com a exploração; a propriedade privada apenas acirrou, de forma brutal, a opressão da mulher, e a consolidou. No entanto, o grande mérito de Engels foi associar o surgimento da opressão da mulher a uma causa econômica e não natural ou psíquica. Para ele, o surgimento da monogamia não foi, de forma alguma, fruto do amor sexual individual, mas pura convenção. Foi a primeira forma de família que teve por base condições sociais e não naturais. E foi, mais que nada, o triunfo da propriedade individual sobre o comunismo espontâneo primitivo.

Engels definiu a abolição do direito materno como a “grande derrota do sexo feminino”.

“O homem se apossou também da direção da casa; a mulher foi inferiorizada, dominada, passou a ser a escrava de seu prazer e um simples instrumento de reprodução. Essa situação degradada da mulher, tal como se manifestou sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos, e mais ainda nos tempos clássicos, foi gradualmente retocada e dissimulada, em certos lugares até foi revestida de formas mais suaves; mas de nenhuma forma foi suprimida”. (*Origem da Família*, p.66)

Preponderância do homem na família e procriação de filhos que só podiam ser dele e destinados a ser seus herdeiros. Em todo o resto, o matrimônio era uma carga, uma dever. E Engels lembra que:

“A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo inaugura, juntamente com a escravidão e a propriedade privada, aquela época que ainda dura em nossos dias e na qual cada progresso é ao mesmo tempo um retrocesso relativo, em que a ventura e o desenvolvimento de uns se dá às custas da desventura e repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na

qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que se propagam e crescem plenamente nesta sociedade”. (Origem da Família, p. 76)

É certo que as descobertas feitas pela antropologia do século 20 atualizam a obra de Engels e corrigiram certas imprecisões, mas ela continua sendo a base para o programa marxista em relação à mulher porque derruba por terra a concepção burguesa de que ela já nasceu oprimida, e que a causa da opressão é sua inferioridade natural em relação ao homem. Demonstra que a causa da opressão da mulher é fundamentalmente econômica, e não histórica, e, portanto, para acabar com ela é preciso transformar a sociedade.

A mulher na II Internacional (1889)

Se a I Internacional significou a conquista da vanguarda proletária para o marxismo, a II Internacional levou milhões de trabalhadores às suas concepções. Foi a Internacional mais característica da era reformista, pois foi o período em que mais se arrancaram concessões, como férias, aumentos salariais, legislação social e trabalhista e outras. Em relação à questão da mulher, a luta por direitos democráticos - como igualdade política, direito de filiação a partidos e direito de voto - foi a que mais agitou a II Internacional.

Iniciada nos Estados Unidos, a luta sufragista foi a primeira luta feminista internacionalista; envolveu mulheres de vários países do mundo e incorporou os métodos tradicionais de luta da classe trabalhadora, como passeatas massivas, assembléias, greves de fome e enfrentamentos brutais com a polícia, nos quais muitas ativistas foram presas e assassinadas.

No campo socialista, a luta sufragista foi dirigida pela II Internacional, dividida entre reformistas, que defendiam o direito de voto apenas para os homens (eles achavam que as mulheres votariam nos partidos católicos reacionários) e marxistas, defensores do voto para todos. A dirigente política feminista marxista mais importante da II Internacional e também da III foi Clara Zetkin, membro do SPD. No Congresso de Stuttgart, em 1907, ela defendeu a posição dos marxistas, que saiu vencedora. E a IC lançou uma campanha internacional pelo sufrágio feminino, com mobilizações de massa em diversos países.

O partido mais importante da II Internacional era o SPD que, em 1891, ano em que a ala esquerda conseguiu aprovar um programa basicamente marxista, o partido passou a exigir direitos políticos para todos, independente do sexo, e a abolição de todas as leis que discriminavam a mulher.

Depois que os lasalleanos deixaram de existir como tendência dentro do SPD, surgiu uma nova corrente reformista dentro do partido, que pressionava pela adaptação ao status quo capitalista. Clara Zetkin, da ala esquerda marxista, dirigiu o movimento socialista da mulher durante todo o período anterior à guerra, e combateu dentro do SPD por desenvolver uma perspectiva revolucionária sobre a luta pela emancipação da mulher. Em 1914, quando a maioria da direção do SPD capitulou ante o imperialismo alemão e votou pela defesa de sua “própria” burguesia na I Guerra Mundial, Clara Zetkin foi um dos poucos dirigentes do partido a, junto com Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, a romper com o SPD e manter uma posição internacionalista revolucionária.

Na década de 1890, o SPD se concentrou em primeiro lugar na organização sindical das mulheres, e fez algumas conquistas importantes. Em 1896, por

proposta de Clara Zetkin, o partido aprovou uma moção para iniciar o desenvolvimento de organizações especiais para uma atividade política mais ampla entre as mulheres. Além de trabalhar pelos objetivos gerais do partido, se concentraram em bandeiras feministas, como igualdade política, licença-maternidade, legislação de proteção para a mulher trabalhadora, educação e proteção para as crianças e educação política para as mulheres.

Até 1908, na maior parte da Alemanha as mulheres estavam proibidas de filiar-se a qualquer grupo político. Para burlar isso, o SPD organizou dezenas de “sociedades para a autoeducação das trabalhadoras”, organizações livres que estavam parcialmente fora dos limites do partido, mas estreitamente ligadas a ele. De 1900 em diante se organizaram conferências bianuais de mulheres socialistas para unificar esses grupos e dar-lhes uma direção.

Depois de 1908, as mulheres passaram a filiar-se legalmente ao SPD, e o fizeram nas organizações especiais de mulheres do partido. Mas continuaram mantendo seu próprio jornal, Igualdade, dirigido por Clara Zetkin. Esse foi um dos jornais femininos mais importantes do mundo, cuja circulação ultrapassava os 100 mil exemplares até 1912.

No entanto, apesar desses avanços, as reivindicações da mulher se tornaram realidade pela primeira vez na Rússia, com a revolução de 1917.

A Revolução Russa e a mulher

A revolução socialista na Rússia significou uma revolução também na situação da mulher no mundo inteiro. Pela primeira vez um país tomava medidas concretas para alcançar a igualdade entre homens e mulheres.

A mulher russa tomou parte ativa em todo o processo revolucionário, apesar (e quem sabe por isso mesmo) da enorme carga de opressão, secular e brutal, que pesava sobre seus ombros, sobretudo entre as mulheres camponesas.

Mas a voragem revolucionária empurrou à frente a mulher trabalhadora russa, que já naqueles anos tinha um papel decisivo na produção, concentrada nas grandes fábricas.

A história da revolução, se bem que nem sempre é fácil encontrar as citações, está repleta de exemplos sobre a abnegação, a garra e a coragem demonstradas pelas operárias russas naqueles dias terríveis e decisivos.

A revolução de fevereiro de 1917 - antesala da revolução decisiva de outubro - iniciou-se no Dia Internacional da Mulher com manifestações massivas de mulheres em Petrogrado contra a miséria provocada pela participação da Rússia na I Guerra Mundial. A guerra havia empurrado a mulher russa para o mercado de trabalho, e em 1917 a terça parte dos operários industriais de Petrogrado eram mulheres. Nas áreas de produção têxtil da região industrial do centro, 50% ou mais da força de trabalho estava composta por mulheres.

A militância feminina era disputada palmo a palmo pelas diversas tendências políticas. Tanto os bolcheviques quanto os mencheviques tinham jornais especiais para a mulher trabalhadora, como o *Rabotnitsa*, publicado pelos bolcheviques e o *Golos Rabotnitsy*, pelos mencheviques. Os social-revolucionários (SR), que lutavam por uma democracia burguesa na Rússia, por sua vez, propuseram a criação de uma “união das organizações democráticas de mulheres”, que uniria os sindicatos e os partidos sob a bandeira de uma república

democrática. E foi naqueles dias que surgiu a Liga por Direitos Iguais para a Mulher, exigindo o direito de voto para as mulheres acompanhando a batalha que elas travavam no mundo inteiro por seus direitos civis.

Mas na Rússia, com a revolução socialista, elas conquistaram muito mais que direitos democráticos. Pela primeira vez um país legislou que o salário feminino seria igual ao masculino pelo mesmo trabalho. Tanto que, ao finalizar a Segunda Guerra, contrariamente ao que ocorreu nos países capitalistas, na URSS se conservou a mão-de-obra feminina e se buscaram os meios para que estas tivessem maior qualificação. Havia mulheres em todos os setores da produção: nas minas, na construção civil, nos portos, enfim, em todas os ramos da produção industrial e intelectual.

No entanto, logo depois da tomada do poder pelos soviets, a questão da mulher enfrentou o duro embate com a realidade. De fato, foi a primeira vez na história que ela passou do plano da discussão, para a prática.

Em um país atrasado como a Rússia em relação às questões morais e culturais, com uma enorme carga de preconceitos arraigados há séculos, o que caracteriza em geral os países predominantemente camponeses, a questão da emancipação da mulher assumia, naqueles momentos difíceis para o jovem estado operário, contornos tão complexos quanto muitos dos outros aspectos relativos à transformação para o socialismo.

Por isso, Lenin e Trotsky, juntamente com muitas dirigentes mulheres, além de se dedicarem a “explicar pacientemente” às massas, sobretudo às mulheres, quais as tarefas gerais do movimento operário feminino da República Soviética, não esperaram para tomar as primeiras medidas nesse terreno e reverter a situação humilhante à qual estava submetida a mulher russa há séculos.

Essa tarefa tinha dois aspectos fundamentais:

1) a abolição das velhas leis que colocavam a mulher em situação de desigualdade em relação ao homem e,

2) a libertação da mulher das tarefas domésticas, que exigia uma economia coletiva na qual ela participasse em igualdade de condições com o homem.

Em relação ao primeiro aspecto, desde os primeiros meses de sua existência, o Estado Operário concretizou a mudança mais radical na legislação referente à mulher. Todas as leis que colocavam a mulher em uma situação de desigualdade em relação ao homem foram abolidas, entre elas, as referentes ao divórcio, aos filhos naturais e pensão alimentícia. Foram abolidos também todos os privilégios ligados à propriedade que se mantinham em proveito do homem no direito familiar. Dessa forma, a Rússia Soviética, apenas nos primeiros meses de sua existência, fez mais pela emancipação da mulher do que o mais avançado dos países capitalistas em todos os tempos.

Foram introduzidos decretos estabelecendo a proteção legal para as mulheres e as crianças que trabalhavam, o seguro social, igualdade de direitos para as mulheres em relação ao matrimônio.

Com a ação política do Zhenotdel, o departamento feminino do Partido Bolchevique, as mulheres conquistaram o direito ao aborto legal e gratuito nos hospitais do estado. Mas não se incentivava a prática do aborto e quem cobrava para praticá-lo era punido. A prostituição e seu uso eram descritos como “um crime contra os vínculos de camaradagem e solidariedade”, mas o Zhenotdel



propôs que não houvesse penas legais para esse crime. Tentou atacar as causas da prostituição melhorando as condições de vida e trabalho das mulheres. E deu início a uma ampla campanha contra os “resquícios da moral burguesa”.

A primeira Constituição da República Soviética, promulgada em julho de 1918, deu à mulher o direito de votar e ser eleita para cargos públicos. No entanto, igualdade perante a lei ainda não é igualdade de fato. Para a plena emancipação da mulher, para sua igualdade efetiva em relação ao homem é necessária uma economia que a livre do trabalho doméstico e na qual ela participe de forma igualitária ao homem. A essência do programa bolchevique para a emancipação da mulher era sua liberação final do trabalho doméstico por meio da socialização dessas tarefas. Lenin insistia em que o papel da mulher dentro da família era a chave de sua opressão:

Independentemente de todas as leis que emancipam a mulher, esta continua sendo uma escrava, porque o trabalho doméstico oprime, estrangula, degrada e a reduz à cozinha e ao cuidado dos filhos, e ela desperdiça sua força em trabalhos improdutivos, intranscendentes, que esgotam seus nervos e a idiotizam. Por isso, a emancipação da mulher, o comunismo verdadeiro, começará somente quando e onde se inicie uma luta sem quartel, dirigida pelo proletariado, dono do poder do estado, contra essa natureza do trabalho doméstico, ou melhor, quando se inicie sua transformação total, em uma economia a grande escala (jul.1919)

Nas condições da Rússia, essa era a parte mais difícil da construção do socialismo e a que requeria mais tempo para ser concretizada. O Estado Operário começou por criar instituições como refeitórios e creches modelo para liberar a mulher do trabalho doméstico. E eram justamente as mulheres quem mais se empenhavam na sua organização. Essas instituições, instrumentos de libertação a mulher de sua condição de escrava doméstica, surgiam em todas as partes onde era possível, mas mesmo assim foram poucas para o necessário.

A Rússia estava em guerra civil, sendo atacada por seus inimigos, e as mulheres tiveram de assumir, junto com os homens, as tarefas da guerra e de defesa do Estado Operário. No entanto, muitas dessas instituições foram criadas e funcionaram a contento, mostrando seu acerto e a necessidade de sua expansão e manutenção.

Por outro lado, os dirigentes soviéticos, Lenin à frente, chamavam as mulheres a tomarem parte cada vez maior na gestão das empresas públicas e na administração do Estado, bem como a se candidatarem como delegadas aos soviets. Num discurso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em março de 1920, Lenin se dirigiu assim às mulheres russas:

“O capitalismo uniu uma igualdade puramente formal à desigualdade econômica e, por conseqüência, social. E uma das manifestações mais gritantes dessa inconstância é a desigualdade da mulher e do homem. Nenhum Estado burguês, por mais democrático, progressivo e republicano que seja, reconhece a inteira igualdade dos direitos do homem e da mulher. A República dos Soviets, pelo contrário, destruiu de um só golpe, sem exceção, todos os traços jurídicos da inferioridade da mulher e também de um só golpe assegurou a ela, por lei, a igualdade mais completa”. (Obras Escolhidas)

Ele lembra que se costuma dizer que o nível de um povo se caracteriza melhor pela situação jurídica da mulher. Sob esse ponto de vista, só a ditadura

do proletariado, só o Estado socialista podem atingir e atingem o grau mais alto da cultura. No entanto, isso não é suficiente. O movimento operário feminino russo não se contentou com uma igualdade puramente formal e assumiu a tarefa - árdua e longa, porque exige uma transformação radical da técnica social e dos costumes- de lutar pela igualdade econômica e social da mulher, fazendo com que ela participasse do trabalho produtivo social, libertando-a da escravidão doméstica, que é sempre improdutiva e embrutecedora.

As resoluções da III Internacional sobre a questão da mulher (1919)

A Terceira Internacional surgiu no calor da Revolução Russa e seu programa em relação à questão da mulher incorporou as experiências soviéticas. No livro *Lembranças de Lenin*, Clara Zetkin descreve as opiniões de Lenin sobre a questão da mulher, expressas em dois encontros que ambos tiveram em Moscou, em 1920. Ela estava encarregada de elaborar a resolução sobre o trabalho entre as mulheres para ser apresentada no Terceiro Congresso da Comintern, em 1921, e foi discutir com Lenin.

Em primeiro lugar, Lenin insistiu em que a resolução deveria enfatizar “a conexão inquebrantável entre a posição humana e social da mulher e a propriedade privada dos meios de produção”. Para mudar as condições de opressão da mulher no seio da família, os comunistas devem se esforçar por unir o movimento da mulher com “a luta da classe proletária e a revolução”.

Em relação às questões organizativas, a polêmica que perpassava o partido era se as mulheres deviam ou não se organizar de forma separada. Sobre isso, Lenin lembrava que:

“Nós deduzimos nossas idéias organizativas de nossas concepções ideológicas”. Não queremos organizações separadas de mulheres comunistas. A comunista é membro do partido tanto quanto o comunista. Têm os mesmos direitos e deveres. No entanto, não devemos fechar os olhos para os fatos. O partido deve contar com órgãos - grupos de trabalho, comissões, comitês, seções ou como se queira chamar - com o objetivo específico de despertar as amplas massas de mulheres...”

Clara Zetkin comentou que muitos membros do partido a acusaram - por fazer propostas parecidas - de cometer um desvio social-democrata, já que se os partidos comunistas concediam a igualdade à mulher, elas deviam, por isso, desenvolver seu trabalho sem diferenças entre os operários em geral. E Lenin argumentou que a “pureza dos princípios” não pode entrar em choque com as necessidades históricas da política revolucionária. Todo esse discurso cai por terra diante das necessidades impostas da realidade. Interrogando-se de por que em nenhum lugar há igual número de homens e de mulheres no partido, nem mesmo na Rússia Soviética? Por que é tão baixo o número de mulheres nos sindicatos?, ele defendeu a necessidade de levantar as reivindicações especiais em favor de todas as mulheres, das operárias e camponesas, e inclusive das mulheres das classes possuidoras, que também sofrem na sociedade burguesa.

Por último, Lenin criticou as seções nacionais da Comintern que adotam uma atitude passiva, de esperar e ver, quando chega o momento de criar um movimento massivo de mulheres trabalhadoras sob a direção comunista e atri-



buía a debilidade do trabalho sobre a mulher na Internacional à persistência de idéias machistas que levavam à subestimação da importância vital de construir um movimento de massas da mulher. Por isso, achava que a resolução para o Terceiro Congresso Mundial da Comintern era muito importante.

A resolução adotada pelo Terceiro Congresso da Comintern em junho de 1921 tratava dos aspectos políticos e organizativos da orientação da Internacional. Em relação aos aspectos políticos, a “Tese sobre o trabalho de propaganda entre as mulheres” destaca a necessidade da revolução socialista para conseguir a liberação da mulher, e a necessidade de os partidos comunistas conquistarem o apoio das massas de mulheres se querem conduzir a revolução socialista à vitória. Nenhum dos dois se pode conseguir sem o outro. Se os comunistas fracassam na tarefa de mobilizar as massas de mulheres do lado da revolução, as forças políticas reacionárias se esforçarão por organizá-las contra eles.

Afirma também que “não existem questões femininas especiais”. Com isso não queriam dizer que não houvessem problemas que afetassem especialmente as mulheres ou reivindicações especiais em torno das quais as mulheres podem ser mobilizadas; significa apenas que não existe problema que afete a mulher e não seja também uma questão social mais ampla, de interesse vital para o movimento revolucionário, pelo qual tanto os homens como as mulheres devem lutar. Não se dirigia contra a exigência de levantar reivindicações especiais para as mulheres, mas precisamente o contrário, para explicar aos trabalhadores e trabalhadoras mais atrasados que tais reivindicações não podem ser descartadas como “preocupações femininas” sem importância.

A resolução também condenava o feminismo burguês, referindo-se ao setor do movimento feminista que achava que se podia alcançar a liberação da mulher reformando o sistema capitalista. Exortava as mulheres a repudiar essa orientação.

Quanto aos aspectos organizativos, explicava porque não podia existir uma organização aparte para as mulheres no interior do partido, e, por outro lado, porque deve haver órgãos especiais do partido para trabalhar entre as mulheres. Tornava obrigatório, quase uma condição para ser membro da Internacional Comunista, que toda seção organizasse uma comissão de mulheres, estrutura que funcionaria em todos os níveis do partido, desde a direção nacional até as seções ou células. Instruía aos partidos para garantir que pelo menos uma camarada tivesse a tarefa permanente para dirigir esse trabalho a nível nacional. E criava uma Secretaria Internacional da Mulher para supervisionar o trabalho e convocar a cada seis meses conferências regulares de representantes de todas as seções para discutir e coordenar sua atividade.

Por último, a resolução tratava de dois tipos concretos de ações que podiam ajudar a mobilizar as mulheres em todo o mundo. Incluíam manifestações e greves, conferências públicas que envolvessem as mulheres sem partido, cursos, escolas de quadros, envio de membros do partido às fábricas onde trabalhassem grande número de mulheres, utilização do jornal do partido etc. Os sindicatos e as associações profissionais de mulheres eram apontadas como os terrenos centrais da atividade. Esta resolução foi aplicada dentro da Internacional de forma muito desigual, devido aos diferentes níveis de desenvolvimento das seções.

No Quarto Congresso da Comintern, no final de 1922, reafirmou-se a linha

essencial da resolução de 1921. O Congresso chamou a atenção sobre o fato de que algumas seções, não especificadas, não tivessem aplicado as decisões do último congresso. Se mencionou especialmente o trabalho efetivo entre as mulheres feito pela seção chinesa, que haviam organizado as mulheres segundo as linhas marcadas pelo Terceiro Congresso. A Comintern dava muita importância ao trabalho entre as mulheres mais oprimidas dos países coloniais.

As concepções marxistas sobre a emancipação da mulher e seu papel na luta pelo socialismo foram transformadas em teses e resoluções durante o terceiro Congresso da Internacional Comunista, reunido em 1921, antes portanto do período stalinista. Esse evento, de importância histórica para o movimento socialista mundial, traçou um programa e uma orientação para o trabalho entre as mulheres que, por sua clareza e concordância com os princípios do marxismo, até hoje não foram superados por nenhuma outra organização operária. E que, por isso, continuam sendo válidos até hoje.

Em primeiro lugar, a Internacional Comunista deixa bem definida sua posição de que a liberação da mulher da injustiça secular, da escravidão e da falta de igualdade da qual é vítima no capitalismo só será possível com a vitória do comunismo.

O que o comunismo dará à mulher, em nenhum caso o movimento feminino burguês poderá dar. Enquanto existir a dominação do capital e da propriedade privada, a liberação da mulher não será possível.

A mulher acabara de conquistar o direito de voto, e a Internacional alertava que isso, apesar de importante, não suprimia a causa primordial da servidão da mulher na família e na sociedade e não solucionava o problema das relações entre os sexos.

A igualdade não formal, mas sim real, da mulher, só é possível num regime onde a mulher da classe operária seja dona de seus instrumentos de produção e distribuição, participando de sua administração e tendo a obrigação do trabalho nas mesmas condições que todos os membros da sociedade trabalhadora; ou seja, essa igualdade só é realizável depois da destruição do sistema capitalista e sua substituição por formas econômicas comunistas.

Sobre a questão da maternidade, a Internacional não deixa dúvida de que também apenas no comunismo essa função natural da mulher não entrará em conflito com as obrigações sociais e não impedirá seu trabalho produtivo. No entanto, a IC aclara que o comunismo é o objetivo último de todo o proletariado. Por isso, a luta da mulher e do homem deve ser dirigida de forma inseparável.

E, o mais importante, é que essa que foi uma das organizações internacionais mais ativas da causa dos trabalhadores confirma os princípios fundamentais do marxismo, segundo os quais não existem problemas especificamente femininos e que a mulher operária tem de se manter junto à sua classe, e não unir-se à mulher burguesa.

Toda relação da operária com o feminismo burguês e as alianças de classe debilitam as forças do proletariado e retardam a revolução social, impedindo assim a realização do comunismo e a liberação da mulher.

Por fim, a Internacional reforça o princípio de que o comunismo só será alcançado com a união de todos os explorados e não com a união das forças femininas das duas classes opostas. E termina chamando todas as mulheres

trabalhadoras a terem uma participação ativa e direta nas ações de massas, tanto no marco nacional como em escala internacional.

A IV Internacional (1938)

O programa e os métodos revolucionários dos primeiros tempos da III não morreram com a stalinização da IC e a contra-revolução política da URSS nos finais dos anos 20. Tiveram continuidade na Oposição de Esquerda Soviética e depois na Oposição de Esquerda Internacional, que deram origem à IV Internacional, dirigida por Leon Trotsky.

Com Stalin, a burocracia impôs à revolução um regime de opressão cada vez mais destrutivo, em todas as esferas, que resultou num retrocesso enorme de todas as conquistas feitas pela mulher na Revolução de Outubro. A família foi recolocada em seu pedestal, o aborto voltou a ser ilegal, o divórcio se tornou cada vez mais difícil, a prostituição e a homossexualidade voltaram a ser considerados crimes, as creches foram fechadas ou tiveram seus horários reduzidos.

Em seu livro *A Revolução Traída*, Trotsky dedicou um capítulo inteiro às conseqüências da reação stalinista sobre a mulher e a família, intitulado “A família, a juventude e a cultura”. Explica as causas materiais que impediram a revolução de proporcionar as alternativas necessárias ao sistema familiar, e porque a burocracia se via obrigada, em seu próprio interesse, a reforçar a família e aprofundar a opressão da mulher. Depois de afirmar que “a Revolução de Outubro cumpriu honradamente sua palavra em relação à mulher”, lembra que

“Não foi possível tomar de assalto a antiga família, e não por falta de boa vontade; tampouco porque a família estivesse tão firmemente arraigada nos corações. Pelo contrário, depois de um curto período de desconfiança em relação ao Estado e suas creches, jardins de infância e seus diversos estabelecimentos, as operárias e, depois delas, as camponesas mais avançadas, apreciaram as imensas vantagens da educação coletiva e da socialização da economia familiar”.

Mas lembra que todos esses avanços sofreram um retrocesso com a burocratização do Estado operário:

“Por desgraça, a sociedade foi demasiado pobre e demasiado pouco civilizada. Os recursos reais do Estado não correspondiam aos planos e às intenções do partido comunista. A família não pode ser abolida: é preciso substituí-la. A verdadeira emancipação da mulher é impossível no terreno da ‘miséria socializada’. A experiência revelou muito rapidamente esta dura verdade, formulada há cerca de 80 anos por Marx.”

E Trotsky continua explicando porque esses avanços sofreram um retrocesso:

“Durante os anos de fome, os operários se alimentaram tanto quanto puderam - com suas famílias em certos casos - nos refeitórios das fábricas ou nos estabelecimentos análogos, e este fato foi interpretado oficialmente como o advento dos costumes socialistas. Não há necessidade de nos determos aqui nas particularidades dos diversos períodos - comunismo de guerra, NEP, o primeiro plano quinquenal - a este respeito. O fato é que desde a supressão do racionamento de pão, em 1935, os operários melhor pagos começaram a voltar à mesa familiar. Seria errôneo ver nessa retirada uma condenação do sistema socialista que não havia sido posto à prova. No entanto, os operário e suas mulheres julga-

ram implacavelmente ‘a alimentação social’ organizada pela burocracia. A mesma conclusão de impõe para as lavanderias socializadas, nas quais se rouba e se estraga a roupa mais do que se lava. Volta ao lar! Mas a cozinha e a lavagem de roupas em domicílio, atualmente defendidas de forma confusa pelos oradores e os jornalistas soviéticos, significam o retorno das mulheres às panelas e tanques, ou seja, à velha escravidão. É muito duvidoso que a resolução da Internacional Comunista sobre ‘a vitória completa e sem retrocesso do socialismo na URSS’ seja, depois disso, muito convincente para as donas de casa da periferia”.

Em 1938, em um artigo intitulado “O governo soviético ainda segue os princípios adotados há vinte anos?”, Trotsky resumia o processo pelo qual foram anuladas as conquistas obtidas pela mulher depois da revolução:

“A posição da mulher é o indicativo mais claro e eloqüente para avaliar um regime social e a política do Estado. A Revolução de Outubro inscreveu em sua bandeira a emancipação da mulher e criou a legislação mais progressiva da história sobre o casamento e a família. Isto não quer dizer, claro, que só isso bastasse para a mulher soviética ter, imediatamente, uma “vida feliz”. A verdadeira emancipação da mulher é inconcebível sem um aumento geral da economia e da cultura, sem a destruição da unidade econômica familiar pequeno-burguesa, sem a introdução da elaboração socializada dos alimentos e sem a educação. Enquanto isso, guiada por seu instinto de conservação, a burocracia se assustou com a “desintegração” da família. Começa a fazer elogios à vida em família, ou seja, à escravidão doméstica da mulher. Como se não bastasse, a burocracia restaurou a penalização criminal do aborto, fazendo a mulher retroceder oficialmente à posição de animal de carga. Em completa contradição com o ABC do comunismo, a casta dominante restabeleceu desse modo o núcleo mais reacionário e obscurantista do regime classista, ou seja, a família pequeno-burguesa” (Escritos, 1937-38)

No final dos anos 60 e durante a década de 70 ocorreu na Europa e nos Estados Unidos (com reflexos nos países do Terceiro Mundo) uma onda de lutas das mulheres por seus direitos, que conquistou em muitos países importantes reivindicações, entre elas o direito de divórcio na Itália e o direito ao aborto na França, Itália, Inglaterra e Estados Unidos. Essas mobilizações geraram um intenso debate dentro do marxismo sobre o caráter das lutas das mulheres, as raízes de sua opressão e o caminho para eliminá-la.

Mary-Alice Waters, dirigente do SWP (Socialist Workers Party), dos Estados Unidos, elaborou um documento que foi, posteriormente, adotado pelo Secretariado Unificado da IV Internacional, encabeçado por Ernest Mandel. Nele, Waters propunha uma unidade de todas as mulheres em um movimento autônomo policlassista e independente. Segundo ela, as mulheres de todas as classes lutarão cada dia mais unidas entre si frente ao capitalismo, que é o inimigo comum, em uma dinâmica que não parará até derrotá-lo.

Para retomar as posições do trotskismo, a Fração Bolchevique da IV Internacional, antecessora da LIT-QI, lançou em 1980 o documento, intitulado “As tarefas do trotskismo entre as mulheres”, que não só respondeu à altura o documento de Waters como até hoje serve de orientação para o trabalho e as posições marxistas sobre a questão. Esse documento afirma que a unidade das mulheres por cima das classes é impossível devido as contradições políticas e



sociais da luta entre a revolução e a contra-revolução. Os trotskistas devem apoiar e fazer unidade de ação nas lutas pelas reivindicações democráticas específicas das mulheres, mas sua participação em tais movimentos tem como objetivo ganhar as mulheres, principalmente as operárias, através da mobilização, para que rompam com a burguesia e o reformismo e se unam à sua classe e ao partido revolucionário. Reafirma que os trotskistas estão na primeira fila da luta pelas reivindicações contra a opressão da mulher, e para isso, seu programa deve contemplar as demandas democráticas como aborto livre e gratuito, divórcio, plena igualdade legal etc. Pelas demandas das operárias e mulheres pobres, como salário igual para trabalho igual, redução da jornada, creches, restaurantes e lavanderias coletivos, por um salário para a dona de casa e pleno emprego para a mulher. Exige representação das mulheres nas direções sindicais e criação de comissões femininas nos sindicatos. Pela defesa das condições de vida da família operária e camponesa; por serviços públicos de saúde, educação e recreação gratuitos, e por subsídios para os filhos. E conclui afirmando que esse programa democrático e transicional tem um único objetivo: a mobilização das mulheres operárias e pobres junto a sua classe, pela tomada do poder pelo proletariado e a revolução socialista mundial, que é a única que poderá garantir a igualdade plena e permanente das mulheres e de todos os oprimidos.

Sob novas bases, o mesmo combate que se travava na I Internacional entre os marxistas revolucionários e os reformistas de todos os matizes, sobre o papel da mulher na sociedade, se seu lugar predestinado é o lar ou o mundo inteiro, continua até hoje. Firmes na defesa da revolução socialista e da organização das mulheres trabalhadoras e pobres nas fileiras revolucionárias, ao lado de sua classe, os marxistas revolucionários mantêm vivo o combate do movimento socialista internacional pela liberação da mulher. Em contrapartida, ao afirmar que o problema da mulher é um problema de gênero, que pode ser resolvido dentro do capitalismo, e que por isso as mulheres trabalhadoras e pobres devem estar junto com todas as mulheres, afastadas da luta de classes, o feminismo reformista retoma o mais atrasado do passado da luta dos trabalhadores, de que lugar de mulher é no lar. Porque, como disse Lenin, a única forma de emancipar a mulher é emancipar o conjunto da classe trabalhadora pela revolução socialista e a construção de novas bases sociais, sem exploração, sem opressão e com igualdade plena entre homens e mulheres. ■

ISSN 1806-1591



Marxismo Vivo